



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUIZ CARLOS SANTOS DA SILVA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA
CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)**

CATALÃO (GO)

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

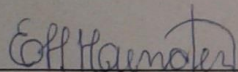
Nome completo do autor: **Luiz Carlos Santos da Silva**

Título do trabalho: **TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)**

3. Informações de acesso ao documento:

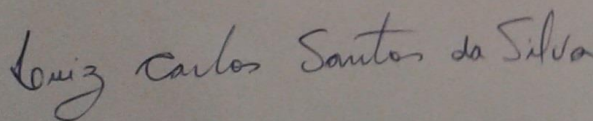
Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do (s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 16 / 04 / 2016



¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LUIZ CARLOS SANTOS DA SILVA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA
CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG) - 2003-2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof^a. Dr^a. Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Luiz Carlos Santos da
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS
(MG) [manuscrito] / Luiz Carlos Santos da Silva. - 2016.
136 f.

Orientador: Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós
Graduação em Geografia, Catalão, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agroindústria Canavieira. 2. Relação capital e trabalho. 3.
Capinópolis (MG). I. , Estevane de Paula Pontes Mendes, orient. II.
Título.

CDU 911.3



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
Luiz Carlos Santos da Silva

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis (01/07/2016), às 13h (quatorze horas), no Laboratório de Cartografia- Bloco B, Regional Catalão/UFPA, teve lugar a 111ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de Luiz Carlos Santos da Silva, CPF 010.380.854-08, intitulada "RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: o município de Capinópolis (MG) - 2003-2014". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 016/2016 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPA, pelos Professores: Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (Orientadora IGEO/RC-UFPA e Presidente), Profª. Dra. Joelma Cristina dos Santos (UFPA - Membro Externo), Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (IGEO/RC-UFPA - Membro Interno). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 15 horas e 15 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - Ass. Estevane
 Aprovado (X) Reprovado ()

Profª. Dra. Joelma Cristina dos Santos - Ass. Joelma
 Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa - Ass. Vera Lúcia
 Aprovado (X) Reprovado ()

Obs.: Deixar as considerações sugeridas pelas examinadoras. Sugestão de título: "Canavieira, Trabalho e Capital na Agroindústria Canavieira no Município de Capinópolis (MG)"

Presidente da Banca - Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - Ass. Estevane

Resultado final: APROVADO (X) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPA.

Assinatura do Mestrando: Luiz Carlos Santos da Silva

Secretária Priscila Priscila Queiroz de Lima
 Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPA

Obs: (X) a ata será lançada em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de data da Defesa Pública, os examinadores distribuirão a Dissertação, para encaminhamento e devolução encadernada, mediante as normas 05/035 para PPGO-856/15

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ CARLOS SANTOS DA SILVA

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG) - 2003-2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração em Geografia e Ordenamento do Território.

Catalão (GO), 01 de julho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (UFG/RC)
Orientadora

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFG//RC)

Prof. Dra. Joelma Cristina dos Santos (FACIP /UFU)

DEDICATÓRIA

À Deus pela força e coragem com que tenho lutado todos esses anos sem desanimar.

À minha família pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

À minha mãe Maria Lúcia pela dedicação e amor ao longo desses anos.

Ao meu pai Cícero Francisco da Silva (in memoriam) por ter me educado e me guiado no
caminho da justiça.

Aos meus dez irmãos que me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu filho Luiz Miguel dedico este trabalho.

À minha esposa Nilva Silva pelo seu amor e carinho em todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A construção desta pesquisa foi resultado de muito trabalho e sem a colaboração de algumas pessoas, com certeza não teria chegado até aqui. São amigos, família que estiveram presente em todos os momentos do processo de construção deste trabalho e que foram fundamentais nessa caminhada acadêmica.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes pela parceria ao longo desses dois anos na construção dessa pesquisa;

À Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão pela concessão da bolsa de estudos de meados de 2014 até o início de 2016;

À Prof^ª. Dra. Joelma Cristina dos Santos pelo incentivo na continuidade de minha formação.

À Prof^ª. Dra. Patrícia Francisca de Matos pela contribuição no Simpósio Interno do Mestrado (SIM) em 2014, e no Exame de Qualificação em 2015;

À Prof^ª. Dra. Vera Salazar Pessoa pelas contribuições no Simpósio Interno do Mestrado (SIM) em 2014 no Exame de Qualificação em 2015.

Aos professores do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal Prof^ª. Dra. Gerusa Gonçalves, Prof. Dr. Carlos Loboda, Prof. Dr. Sérgio Gonçalves, Prof. Dr. Rildo Costa.

Aos membros e amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas Agrárias e trabalho (GEPEAT), Rogério, Virgínia, Joelma, Patrícia.

Aos amigos da graduação Daniel Féo, Rogério Gonçalves, Fernando, Thiago.

Ao amigo Mateus Sampaio pela confecção dos mapas.

Ao amigo e companheiro de luta Bruno Lourenço pela convivência ao longo desses dois anos na luta do mestrado.

A todos os amigos (as) do mestrado da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, turma 2014: Bruno Lourenço, Marcelo Nascimento, Vitor Mendes, Francielle Siqueira, Luciana Domingues, Gabriela Bernardes, Douglas Santos, Marcos Antônio, Pedro Paulo, Valquíria Soares, Suely Luana, Gilliard, Juliana Paula, Loren Lucas, Selma Pereira, Diego Emanuel e Suzana Alves.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, em especial para a Prof^ª. Dra. Patrícia Matos, Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, Prof^ª Dra. Carmen Lúcia Costa, Prof. Dr. José Vieira

Neto, Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira, Prof. Dr. Ronaldo Silva, que ministraram disciplinas para a turma de 2014;

Aos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG).

À Prefeitura de Capinópolis (MG) através do Secretário de Agricultura, Sr. Wagner Juvêncio da Silva.

Ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), Alan Cunha Santana.

Ao vereador e Presidente da Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais (FETAEMG), o Sr. José Divino de Melo.

Aprendi cedo que precisamos ser gratos pela vida e pelas oportunidades que ela nos proporciona ao longo da nossa pequena trajetória nesse mundo. São muitos os momentos que nos alegram a vida e a alma e as pessoas que nos cercam: família, amigos, companheiros de estrada que deixam marcas indeléveis em nossa existência.

São encontros e desencontros que nos fazem amadurecer nessa caminhada e que precisamos sempre estar abertos ao diálogo e compreensão da realidade que nos cerca. Somos desafiados a ser melhores e a acreditar em um amanhã melhor e cheio de esperança, de justiça e solidariedade entre as pessoas.

É nessa perspectiva de esperança, de justiça e solidariedade que procuro pautar minha vida e meus valores cristãos. Acredito nas pessoas e sei que todas têm potencial para se superar e se emanciparem na condição de cidadãos, de trabalhadores que na luta pela sobrevivência, se lançam pelo mundo em busca de uma vida melhor, de condições básicas para sua reprodução e de sua família.

A todos que não mencionei e que, de alguma forma, foram importantes para a realização dessa pesquisa.

Fábrica - Legião Urbana (Composição: Renato Russo)

Nosso dia vai chegar

Teremos nossa vez

Não é pedir demais:

Quero justiça

Quero trabalhar em paz

Não é muito o que lhe peço –

Eu quero um trabalho honesto

Em vez de escravidão

Deve haver algum lugar

Onde o mais forte não

Consegue escravizar

Que não tem chance

De onde vem a indiferença

Temperada a ferro e fogo?

Quem guarda os portões da fábrica?

O céu já foi azul, mas agora é cinza

O que era verde aqui já não existe mais

Quem me dera acreditar

Que não acontece nada de tanto brincar com fogo

Que venha o fogo então

Esse ar deixou minha vista cansada

Nada demais

RESUMO

A recente expansão da cana-de-açúcar no Brasil, iniciada na década de 1990, vem (re) definindo os territórios e alterando a relação capital e trabalho. Novas arrumações socioespaciais são construídas e impostas pelo capital agroindustrial canavieiro no país. Esse processo de transformação do espaço pelo capital agroindustrial canavieiro iniciou, ainda no século XVI, na região Nordeste, com a implantação dos primeiros engenhos e se expandiu para a região Centro-Sul nos séculos XIX e XX. A economia açucareira foi, durante alguns séculos, a principal base econômica do país. O preço pago por esse modelo de desenvolvimento foi muito grande porque provocou efeitos sociais e ambientais negativos. Biomas foram devastados para dar lugar à cana-de-açúcar. O setor canavieiro vivenciou períodos de alta e de baixa produção em função da crise que esteve presente nesse setor da agropecuária brasileira. A crise enfrentada no século XVII foi responsável pela decadência da economia açucareira. Nesses períodos de crise, o Estado beneficiou esse setor liberando grandes quantias em dinheiro na forma de empréstimos. Essa expansão da cana-de-açúcar no Brasil resultou em um processo de migração de trabalhadores para atividade no corte de cana nas agroindústrias canavieiras em várias regiões do país. Nesse intuito, queremos compreender os efeitos sociais na vida dos trabalhadores que migram da região Nordeste do país para o município de Capinópolis (MG) para essa atividade do corte de cana no período de 2003 a 2014. Em 2008, o setor canavieiro é abalado pela crise mundial com reflexos diretos no setor porque reduziu a procura por açúcar e etanol, desencadeando a quebra de várias agroindústrias canavieiras e a consequente demissão de milhares de trabalhadores segundo a União da Indústria da Cana-de-Açúcar. Em Minas Gerais, o grupo João Lyra entrou em processo de falência decretado pelo Juiz do Trabalho de Alagoas, onde fica a sede do grupo João Lyra. Com essa decisão, todas as unidades do grupo foram fechadas. A unidade canavieira Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), foi uma das que fechou as portas. O fechamento dessa agroindústria teve reflexos diretos na vida dos trabalhadores que exerciam atividades no corte de cana nessa empresa.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira. Relação capital e trabalho. Capinópolis (MG).

ABSTRACT

The recent expansion of the sugar cane in Brazil, which began in early 1990, come (re) defining the territories and changing the relationship between capital and labor. New socioespaciais storage compartments are constructed and imposed by the sugarcane agribusiness capital in the country. This process of transformation of sugarcane agroindustrial capital space began in the 16th century, in the Northeast, with the deployment of the first machines and expanded to the South-Central region in the 19th and 20th centuries. The sugar economy was, for a few centuries, the main economic base of the country. The price paid for this model of development was too big because it caused negative social and environmental effects. Biomes were destroyed to make way for sugar cane. The sugarcane sector experienced periods of high and low production due to the crisis that was present in this sector of brazilian agriculture. The crisis faced in the 17th century was responsible for the decline of the sugar economy. In these times of crisis, the State has benefited this sector by releasing large amounts of money in the form of loans. This expansion of the sugar cane in Brazil resulted in a migration of workers to process the cane-cutting activity in agribusiness canavieiras in various regions of the country. In this order, we want to understand the social effects on the lives of workers who migrate in the Northeast region of the country to the municipality of Capinópolis (MG) to this activity of cutting sugar cane in the period of 2003 to 2014. In 2008, the sugar industry is shaken by the global crisis with direct reflections in the sector because it has reduced the demand for sugar and ethanol, triggering the breakdown of various agribusiness canavieiras and the consequent dismissal of thousands of workers according to industry Union of sugar cane. In Minas Gerais, João Lyra group entered bankruptcy decreed by the Judge of Alagoas, where the headquarters of the João Lyra. With this decision, all units of the Group were closed. The sugar cane do Paranaíba Valley drive, in the municipality of Capinópolis (MG), was one of the ones who closed the doors. The closing of this agroindustry reflexes straight into the lives of workers who exercised activities in cane cutting in this company.

Keywords: Sugarcane Agroindustry. Relationship capital and labor. Capinópolis (MG).

LISTA DE FLUXOGRAMAS, FOTOS E FIGURAS

Fluxograma 1	Esboço metodológico da pesquisa.....	24
Fluxograma 2	Sujeitos da pesquisa.....	28
Figura 1	Brasil: distribuição das Agroindústrias Canavieiras por região e área plantada de cana-de-açúcar (2014).....	49
Figura 2	Minas Gerais: participação de cana, açúcar e etanol por região do Estado (2015)	60
Figura 3	Perfil do setor canavieiro no Estado de Minas Gerais (2015)	61
Foto 1	Agroindústria British Petroleum (BP) - Unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda. (2014)	66
Foto 2	Agroindústria LAGINHA/AS - Unidade Triálcool (2008)	68
Foto 3	Agroindústria Laginha S/A - Unidade Vale do Paranaíba (2008)	71
Foto 4	Agroindústria canavieira Vale do São Simão (2010)	73
Foto 5	Município de Capinópolis (MG): Agroindústria Laginha S/A-Unidade Vale do Paranaíba (2016)	89
Foto 6	Protesto de trabalhadores das agroindústrias Vale do Paranaíba e Triálcool do Grupo João Lyra: Rodovia 365, próximo à Ituiutaba (MG) - 2012.....	98
Foto 7	Protesto de trabalhadores das agroindústrias Vale do Paranaíba e Triálcool do Grupo João Lyra: Rodovia 365, próximo à Ituiutaba (MG) - 2012.....	98
Foto 8	Trabalhadores protestam por salário atrasado (2014).....	100
Foto 9	Município de Capinópolis: abandono da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016).....	103
Figura 4	Dependoadores de milho no Estado de Goiás (2015).....	104
Figura 5	Dispersão dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)	110

LISTAS DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 1	Brasil: produção de cana-de-açúcar (t) no período (1960-1989) ...	40
Gráfico 2	Brasil: produção de etanol (m ³) no período (1960-1988).....	41
Gráfico 3	Brasil: produção de cana-de-açúcar (t) no período (1990-2000)....	42
Gráfico 4	Brasil: comparativo de produção de automóveis – Tipos de combustíveis (2000-2009)	47
Gráfico 5	Brasil: produção de cana-de-açúcar no período (2001-2013)	48
Gráfico 6	Brasil: Produção de cana-de-açúcar por estados no período (2000-2013)	50
Gráfico 7	Minas Gerais: evolução da produção de cana-de-açúcar no período (1990-2015)	57
Gráfico 8	Minas Gerais: área plantada (hectares) cana-de-açúcar (1990-2014)	58
Mapa 1	Microrregião geográfica de Ituiutaba e de Uberlândia (MG): espacialização da cana-de-açúcar no período (2003-2013)	63
Gráfico 9	Microrregião geográfica de Ituiutaba (MG): produção de Cana (1990-2014)	64
Quadro 1	Imóveis rurais próprios-Usina Triálcool (2008)	69
Quadro 2	Agroindústria canavieira Vale do Paranaíba: imóveis rurais próprios (2008)	72
Mapa 2	Localização do município de Capinópolis (MG) – 2016	80
Gráfico 10	Capinópolis (MG): quantidade de migrantes por região de origem (2010)	82
Mapa 3	Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): evolução da área de cana-de-açúcar (2003-2013)	90
Gráfico 11	Município de Capinópolis (MG): área plantada (ha) de cana-de-açúcar, milho e soja no período (2003-2014)	91
Gráfico 12	Município de Capinópolis (MG): Produção (ton.) de cana-de-açúcar, soja e milho no período (2003-2014)	93
Mapa 4	Município de Capinópolis: área plantada de cana-de-açúcar da Agroindústria Canavieira Vale do Paranaíba (2016)	94
Gráfico 13	Ocupação atual dos ex-cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)	105

Gráfico 14	Município de Capinópolis (MG): rendimento mensal dos ex-trabalhadores do corte de cana que atuam no despendoamento de milho (2016)	106
Gráfico 15	Município de Capinópolis (MG): escolaridade dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)	106
Gráfico 16	Município de Capinópolis (MG): idade dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)	107
Gráfico 17	Município de Capinópolis (MG): trabalhadores do corte de cana e expectativas de trabalho.....	108
Gráfico 18	Município de Capinópolis (MG): rendimento médio dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba em 2013.....	109
Gráfico 19	Município de Capinópolis (MG): Município de Capinópolis (MG): opinião dos trabalhadores sobre a atuação do Sindicato em defesa dos seus direitos (2016).....	114

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

% - Por cento

AFC - Associação dos Fornecedores de Cana

AL - Alagoas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BP - British Petroleum

CANASAT - Monitoramento da cana-de-açúcar por Imagens de Satélite

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CTBC – Centro de Telecomunicações Brasil Central

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira

EUA – Estados Unidos da América

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais

GO - Goiás

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KM – Quilômetro

MA - Maranhão

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MG – Minas Gerais

Nº - Número

ONG – Organização Não-Governamental

PE – Pernambuco

PI - Piauí

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

RN – Rio Grande do Norte

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais

SIAMIG – Sindicato da Indústria do Açúcar de Minas Gerais

SP – São Paulo

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJ – Tribunal de Justiça

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UDOP – União dos Produtores de Bioenergia

ÚNICA - União Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool

Unicamp – Universidade de Campinas

ZAE cana - Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	Pesquisa teórica	24
1.2	Pesquisa documental	25
1.3	Pesquisa de campo	26
2	TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA – DE - AÇÚCAR NO ESPAÇO BRASILEIRO: do açúcar ao etanol	30
2.1	A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil colônia	30
2.2	Modernização do setor canavieiro no Brasil no século XX: o Instituto do Açúcar e do Álcool e a regulação do setor açucareiro.....	33
2.3	O Programa Nacional do Álcool (PROÁCOOL) em 1973 e a reestruturação da agroindústria canavieira no Brasil	37
2.4	A cana-de-açúcar na década de 1990 e abertura da economia para o capital internacional	42
2.5	Novos rumos para a cana-de-açúcar no Brasil no início do século XXI.....	45
3	A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA (MG)	55
3.1	Algumas considerações sobre a territorialização da agroindústria canavieira no Estado de Minas Gerais.....	55
3.2	A cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) e os rebatimentos no território e no trabalho	62
3.3	A British Petroleum (BP) - Unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda.....	65
3.4	Agroindústria Canavieira Triálcool.....	67
3.5	Agroindústria canavieira Vale do Paranaíba	70
3.6	Companhia Energética Vale do São Simão.....	72
4	TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: o município de Capinópolis (MG)	75
4.1	O processo histórico e a formação espacial de Capinópolis (MG)	77
4.2	A mobilidade dos trabalhadores migrantes nordestinos para a agroindústria Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG)	81

4.3	Transformações socioespaciais no município de Capinópolis (MG) decorrentes da expansão da cana-de-açúcar.....	85
4.4	A implantação da agroindústria canaveira Vale do Paranaíba e o discurso do progresso	87
4.5	A crise econômica do Grupo João Lyra e os rebatimentos na vida dos trabalhadores	94
4.6	O fechamento da agroindústria Vale do Paranaíba e os desdobramentos no trabalho	101
4.7	O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG) em defesa dos trabalhadores do corte de cana da agroindústria canaveira Vale do Paranaíba.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICES	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “ Transformações territoriais do capital na agroindústria canavieira no município de Capinópolis (MG) ” visa compreender o processo de expansão da agroindústria canavieira no município de Capinópolis (MG) e os desdobramentos sociais envolvendo os trabalhadores do corte de cana territorializados nesse município.

A crise econômica no setor canavieiro vem afetando dezenas de agroindústrias canavieiras no território brasileiro. No município de Capinópolis (MG), esse problema tem afetado centenas de trabalhadores que sobreviviam do trabalho no corte de cana na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba e hoje sofrem com desemprego e a consequente falta de alimentos e de condições básicas de sobrevivência.

Diante da realidade exposta, acreditamos que a pesquisa é de grande relevância social porque se debruça sobre as consequências sociais dos atores envolvidos na relação metabólica capital e trabalho no setor canavieiro a partir do fechamento da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG).

A agroindústria canavieira Laginha Agroindustrial S/A - unidade Vale do Paranaíba, situada no município de Capinópolis (MG), no Triângulo Mineiro, foi incorporada ao Grupo João Lyra em 2001. Além da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, o Grupo possui mais quatro agroindústrias canavieiras, duas no estado de Minas Gerais e três no estado de Alagoas.

As transformações espaciais no campo brasileiro, geradas a partir da expansão da cana-de-açúcar na região Sudeste, após a década de 1990, têm reflexos diretos na organização do território em suas diversas formas. Neste contexto, faz-se necessário analisar o processo histórico da expansão da cana-de-açúcar no Brasil para, dessa forma, compreender as dinâmicas que envolvem este setor da economia brasileira.

A territorialização da cana-de-açúcar no Brasil inicia-se no século XVI concentrando-se na região Nordeste do país em função das condições naturais dessa região, principalmente pelo solo, considerado o melhor solo para o cultivo dessa cultura, além de possuir um clima quente e úmido em função da proximidade com o oceano. Vale destacar que, algumas dificuldades, como a falta de mão de obra constituiu-se em entrave para o processo de concretização dessa atividade. Uma das formas de superar a falta de mão de obra foi importar escravos oriundos do continente africano para o trabalho nos canaviais.

Após atingir seu ápice no final do século XVI e início do século XVII, a economia canavieira entra em uma crise sem precedentes, com declínio da produção de açúcar, pois não

havia para quem vender, uma vez que a Europa enfrentava uma grave crise econômica e era a principal consumidora do açúcar da colônia brasileira.

Neste sentido, é na segunda metade do século XX que a produção de cana-de-açúcar ganha novo impulso pautado pela entrada de capital externo, durante o processo de modernização da agricultura, acompanhado pela instalação de diversas agroindústrias canavieiras espalhadas pelo território brasileiro, principalmente na região Sudeste. Essa modernização foi incentivada pelo governo por meio de políticas e programas como o Proálcool, que concentrou todos os projetos relacionados à expansão da cana-de-açúcar no país.

Na década de 1990, com o prelúdio de uma nova matriz energética mundial em voga, o Brasil ganha destaque porque apresenta alto potencial na produção de etanol obtido a partir da cana-de-açúcar, o que despertou o interesse do mercado externo para essa nova fonte de energia considerada limpa e menos poluente que os combustíveis fósseis como petróleo e o carvão mineral.

O desenvolvimento da agroindústria canavieira especificamente no Estado de Minas Gerais inicia-se na década de 1990 e ganha impulso no início do século XXI com a instalação de dezenas de agroindústrias canavieiras, principalmente no Triângulo Mineiro, Oeste do Estado. O Triângulo Mineiro apresenta as condições naturais favoráveis, como solos férteis, com destaque para o latossolo vermelho-amarelo rico em ferro e um clima tropical com estações bem definidas, possui um relevo que facilita a logística e o escoamento da produção de cana-de-açúcar nessa região.

As condições naturais foram fundamentais para atrair diversas agroindústrias, como a Triálcool, Vale do Paranaíba, British Petroelum e a Companhia Energética Vale do São Simão.

Para movimentar estas agroindústrias canavieiras, além da mecanização, fazem-se necessárias centenas de homens, trabalhadores braçais, em suas maiorias migrantes nordestinos, que se deslocam para esta porção do território mineiro, alimentando sonhos de melhores salários e condições de vida e, via de regra, deparam-se com as situações precárias no ambiente de labor oferecidas pelas agroindústrias.

A trajetória teórico-metodológica foi muito importante para compreendermos a pesquisa e buscar sanar as dificuldades que se apresentavam. Nesse sentido, a metodologia aparece como uma preocupação instrumental. Trata-se das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. Disto trata-se a metodologia. (DEMO, 1985, p. 19).

É preciso repisar que metodologia é instrumental para a pesquisa e não a pesquisa. Existe dificuldade real de se adequar a preocupação metodológica com a criatividade científica, se a definirmos como construção para além da tautologia, da repetição do já dito, insistindo-se na espontaneidade, mais que em cerceamento, capaz de ver no método uma potenciação do inventivo, não a obsessão normativista. Talvez seja esta a mágoa do metodólogo: o espírito inventivo aprende metodologia mais para saber rejeitar do que seguir, assim como o artista aprende regras da arte sabendo que arte realmente criativa surge depois das regras e quase sempre contra as regras. Entretanto, para desprezar as regras, é mister dominá-las. (DEMO, 1995, p. 62).

Nesse sentido, a metodologia aparece como uma preocupação instrumental. Trata-se das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. Disto trata-se a metodologia. (DEMO, 1985, p. 19).

O pesquisador ao se deparar diante do problema da pesquisa, logo ele se questiona: qual método deve seguir? Qual caminho metodológico deve trilhar para chegar aos resultados esperados?

Esses questionamentos foram importantes para balizar, do ponto de vista metodológico, a pesquisa em curso, pois a ideia inicial da pesquisa mudou ao longo do caminho, exigindo adaptações teóricas e metodológicas para adequar a pesquisa à nova realidade que se apresentara. No projeto inicial da pesquisa propomos estudar a precarização das relações de trabalho envolvendo os trabalhadores migrantes que desenvolviam a atividade no corte de cana nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG), principalmente no município de Capinópolis (MG). Queríamos dar continuidade a uma pesquisa iniciada em 2012, ainda na graduação envolvendo os trabalhadores migrantes oriundos da região Nordeste do país. Fomos forçados a mudar a partir do ano de 2014 quando a agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, do grupo João Lyra entrou em processo de falência e o trabalho no corte de cana foi extinto e todos os trabalhadores, os gestores que seriam os principais sujeitos da pesquisa perderam seus empregos. Essa situação obrigou-nos a rever o projeto e optamos por investigar as consequências da falência da agroindústria na vida dos ex-trabalhadores do corte de cana.

Com esperança de que a agroindústria canavieira poderia voltar as suas atividades normais no ano de 2015, nós optamos por defender o projeto inicial no Simpósio Interno do Mestrado (SIM) do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, em dezembro de 2014, intitulado “a precarização das relações de trabalho nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) e tinha como principal objetivo estudar a expansão da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba e a precarização das relações de trabalho, dando continuidade a uma pesquisa

iniciada em 2012, ainda na graduação envolvendo os trabalhadores migrantes oriundos da região Nordeste do país.

Com a notícia de que as agroindústrias do grupo João Lyra não seriam reativadas mudamos nosso da pesquisa e nos concentramos em investigar as consequências do fechamento da agroindústria cafeeira do Paranaíba na vida dos ex-cortadores de cana.

Optamos por estudar apenas um município, neste caso, o município de Capinópolis (MG) na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) e tentar compreender os desdobramentos advindos do fechamento da unidade Vale do Paranaíba na vida dos ex-trabalhadores do corte de cana que ficaram desempregados e sem condições básicas de sobrevivência em Capinópolis (MG).

O recorte temporal também mudou e passou a ser entre 2003 a 2014, período de operação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG).

Feitas todas as readaptações necessárias no projeto de pesquisa, submetemo-nos ao Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Goiás. O atraso no processo de aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética contribuiu para o atraso da pesquisa de campo que só foi possível no final de 2015.

Liberada a pesquisa de campo, veio outra grande dificuldade na coleta de dados que foi encontrar os ex-trabalhadores do corte de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba. Depois de várias viagens até Capinópolis (MG) encontramos dez ex-trabalhadores do corte de cana que se dispuseram em responder os questionários. Alguns ex-cortadores de cana não quiseram responder as perguntas do questionário. Muitos ficaram desconfiados de que poderiam sofrer alguma penalidade, pois acreditavam que a agroindústria Vale do Paranaíba poderia voltar a funcionar e assim, eles voltariam a trabalhar no corte de cana. Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), o Sr. Alan Cunha, a maioria dos ex-trabalhadores do corte de cana foi embora para outras cidades vizinhas e para outros estados como Mato Grosso e Goiás.

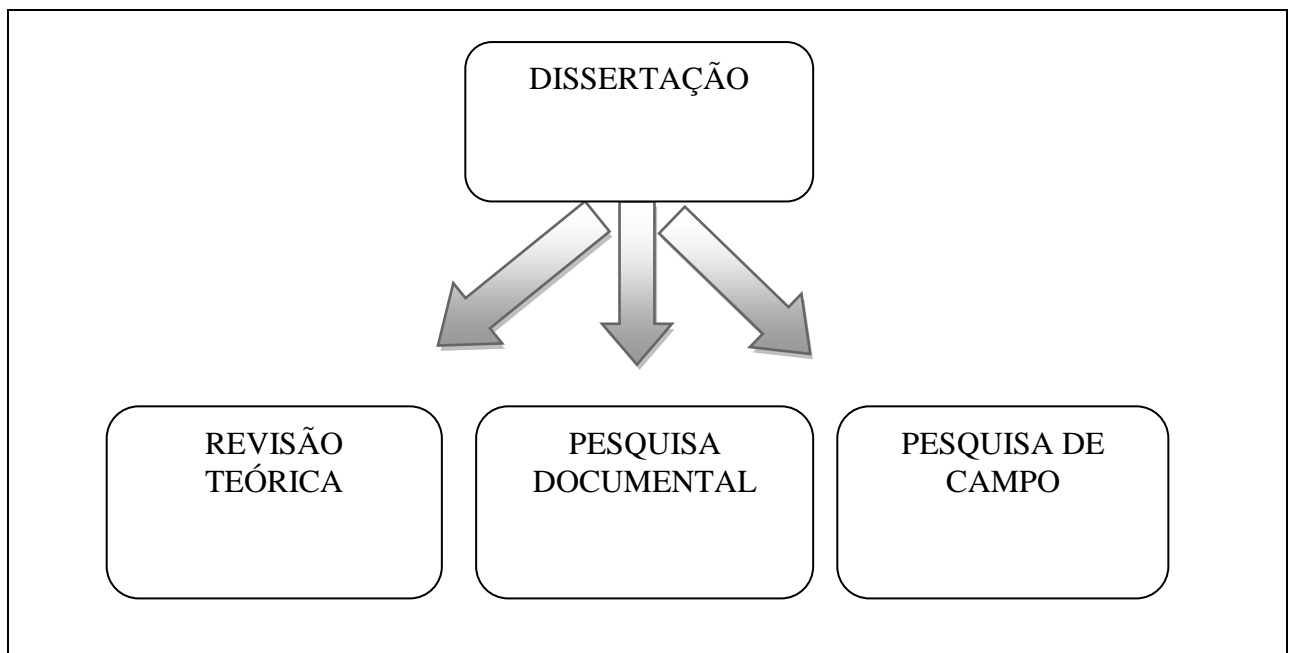
Diante dessa dificuldade de se encontrar os sujeitos da pesquisa, optamos pela pesquisa qualitativa porque segundo Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002),

oferecer sugestões para o planejamento de estudos qualitativos não é fácil. Em primeiro lugar porque, ao contrário do que ocorre com as pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto. Assim, por exemplo, enquanto os pós-positivistas trabalham com projetos bem detalhados, os construtivistas sociais defendem um mínimo de estruturação prévia, considerando que o foco da pesquisa,

bem como as categorias teóricas e o próprio *design* só deverão ser definidos no decorrer do processo de investigação. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 147).

Tendo em vista atingir os objetivos propostos pela pesquisa foram realizadas: a pesquisa teórica; pesquisa documental; e a pesquisa de campo. Cada uma dessas etapas foi desenvolvida de forma organizada e sequencial.

Fluxograma 1 – Desenho metodológico da pesquisa



Org.: Silva, L. C. S. (2016).

1.1 Pesquisa teórica

Nesta seção da pesquisa nos ocupamos em reunir, ler e fichar todas as bibliografias que tratam do tema e que servirão de base teórica na sustentação das ideias desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Segundo Demo (1985), a pesquisa teórica é fundamental para montarmos e desmontarmos os quadros teóricos da pesquisa principalmente na escolha das referências.

A pesquisa teórica é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência. Não existe pesquisa puramente teórica, porque já seria mera especulação. Mera especulação é a reflexão aérea subjetiva, à revelia da realidade, logo que um colega cientista não poderia refazer ou controlar. (DEMO, 1985, p. 23).

Para Demo (1985) faz-se necessário dominar os clássicos de uma disciplina como base para um quadro teórico de referências.

Alguns procedimentos são fundamentais para a formação de um quadro teórico de referência. Um primeiro poder o domínio dos clássicos de determinada disciplina. Eles trazem a acumulação de conhecimentos, as polêmicas vigentes, a cristalização de certas práticas de investigação, o ambiente atual da discussão em torno do assunto, e assim por diante. O conhecimento criativo dos clássicos - não a mera leitura passiva ou a de discípulo ingênuo - é uma das formas mais comuns de pesquisa teórica. (DEMO, 1985, p. 23).

Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica junto aos autores que estudaram a formação social e econômica do território brasileiro, com ênfase na economia açucareira e a modernização no espaço agrário. Os principais autores são: Alberto Passos Guimarães (1977), Antônio Carlos Robert Moraes (2005), Caio Prado Júnior (1972), Celso Furtado (1995), Manuel Correia de Andrade (1979, 1980, 1994, 1995) Mendes (2005) e Santos (2011). Outros autores serão incorporados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, se assim for necessário.

Na discussão capital x trabalho, nos embasamos nos estudos de Karl Marx (2014), Istvan Mészáros (1993), Lukács (1995), Ricardo Antunes (1995, 1997, 1999), Thomaz Júnior (2002, 2002^a, 2005), Rui Moreira (1987, 1998, 2001c) Giovanni Alves (2000, 2001), Marcelo Mendonça (2004).

Para os estudos que analisam a exploração e o agravamento das condições de trabalho da mão-de-obra migrante empregadas na atividade canavieira, destacamos os estudos de Silva (1999, 2004, 2005, 2007), Oliveira (1984), Oliveira (2009), Santos (2009), Matos (2011) e Cleps (1998).

1.2 Pesquisa documental

Documento é todo registro qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de sequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc. (ALVES-MAZZOTTI ; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 169).

A análise de documentos pode ser a única fonte de dados - o que costuma ocorrer quando os sujeitos envolvidos na situação estudada não podem mais ser encontrados - ou pode ser combinada com outras técnicas de coleta, o que ocorre com mais frequência. Nesses casos, ela pode ser usada, tanto como uma técnica exploratória (indicando aspectos a serem focalizados por outras técnicas), como para "checagem" ou complementação dos dados obtidos por meio de outras técnicas. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 169, grifos do autor).

Lakatos e Marconi (2003, p. 175) afirmam que a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

O levantamento de dados de fonte secundária foi realizado junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos Agropecuários, Produção Agrícola Municipal), as informações extraídas dessas publicações são relacionadas à produção de cana ao longo da década de 1990 até o ano de 2014, além de pesquisas através da Internet nos sites do IBGE, União da Indústria de Cana-de-açúcar – ÚNICA, Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais - SIAMIG, Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, além de outros sites que serviram de fonte de informações para a pesquisa.

1.3 Pesquisa de campo

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 185), a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Partimos do pressuposto de que a pesquisa de campo é instrumento necessário e indispensável para realização de investigações de quaisquer naturezas e, ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é neste momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os entrevistados, respeitando principalmente como estes se percebem, inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho.

Nesta seção vamos detalhar os procedimentos da pesquisa de campo. A pesquisa de campo também se constitui uma etapa muito importante para coleta de dados primários e secundários. O questionário é um dos procedimentos metodológicos de investigação na forma escrita. As perguntas feitas nos questionários devem ser simples, ou seja, de informações qualitativas. Não são adequados para questões mais complexas. A realização de entrevistas tem sido umas das técnicas mais usadas na obtenção de informações acerca do sujeito entrevistado. Ela pode ser estruturada, não estruturada e semi-estruturada. Algumas

desvantagens é que entrevista se centra sobre o que indivíduo faz e não avalia as relações do indivíduo com o seu grupo e o entrevistado pode distorcer as respostas exagerando-as ou salientando aspectos menos importantes.

Luna (2005, p. 59) afirma que cada procedimento de coleta de informações, pelas suas próprias características, apresenta uma série de vantagens, mas é limitado em vários aspectos. É preciso que o pesquisador tenha conhecimento das desvantagens saiba como contorná-las.

A ideia inicial era aplicar questionários estruturados junto aos ex-trabalhadores do corte de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba objetivando a origem, idade, escolaridade, regime de trabalho, condições de moradia, de alimentação, de transporte, ocupação atual. Luna (2005) defende que:

os questionários podem ser aplicados em forma de questões abertas, mas estas precisam ter uma formulação clara e sua eficiência ainda dependerá de indivíduos razoavelmente bem-articulados na escrita. Dependendo do tipo de informação que se espera do indivíduo, talvez seja preferível deixar que ele a forneça por escrito, garantindo (ou não) o anonimato. (LUNA, 2005, p. 55, grifos do autor).

A entrevista realizada junto ao presidente do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Capinópolis (MG) nos ajudou a compreender as a dimensão dos desdobramentos na vida dos ex-trabalhadores do corte de cana-de-açúcar advindos do fechamento da agroindústria canavieira Vale no Paranaíba.

Todos os dados obtidos pela aplicação de questionários e entrevistas foram tabulados e transformados em gráficos e tabelas.

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação. À medida que os dados vão sendo coletado, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final. (ALVES-MAZZOTTI ; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 170).

Ao longo da pesquisa, novas informações e dados referentes ao estudo serão incorporados ao texto na forma de tabelas e gráficos, pois acreditamos que as informações vão aparecendo a todo o momento e precisamos estar atentos a essa realidade.

O Fluxograma 2 ilustra os principais sujeitos da pesquisa porque entendemos que eles são parte essencial da pesquisa.

Fluxograma 2 - Sujeitos da pesquisa



Org.: Silva, L.C.S (2016).

Diante desse quadro, estabelecemos os caminhos metodológicos seguidos, porque entendemos que, a partir do desenho da pesquisa, bem como os seus sujeitos, dá-nos uma dimensão do que realmente vamos pesquisar e tentar compreender os fenômenos que inquietam o pesquisador. Diante disso, optamos pela pesquisa qualitativa para entender como se deu os desdobramentos da crise na vida dos trabalhadores da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG).

Na segunda seção nos debruçamos sob como se deu o processo histórico da territorialização da cana-de-açúcar no espaço brasileiro iniciado no século XVI no período

colonial na região litoral do Nordeste. Entender os vários momentos históricos porque passou a economia canavieira, bem como a intervenção do Estado nesse processo de expansão no território brasileiro.

Na terceira seção apresentamos o processo de territorialização da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) a partir da década de 1990, com a chegada do grupo alagoano João Lyra nessa região. Compreender a relação capital e trabalho estabelecido a partir da territorialização de dezenas de agroindústrias nessa região e os desdobramentos sociais na vida dos trabalhadores nordestinos que migravam para o trabalho no corte de cana-de-açúcar nessas agroindústrias, bem como a crise econômica que afetou esse grupo canavieiro em 2008.

Na quarta seção apresentamos o quadro da crise do setor canavieiro no município de Capinópolis (MG) com o fechamento da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, pertencente ao grupo alagoano João Lyra, que desde 2003, operava no município. Evidenciamos como essa crise afetou os trabalhadores migrantes que cortavam cana nessa agroindústria e que ficaram desempregados com desfecho dessa crise, como também investigar do que vivem os poucos trabalhadores que continuaram morando na cidade de Capinópolis após o fechamento da empresa. Verificar qual o papel do sindicato e dos órgãos que defendem os trabalhadores que ainda esperam receber os salários atrasados devidos pela massa falida.

2 TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESPAÇO BRASILEIRO: do açúcar ao etanol

Não se pode negar que a agroindústria evoluiu, no período estudado, de um sistema escravista de exploração da terra e da mão-de-obra para um patriarcalismo semicapitalista e, finalmente, para o capitalismo, em sua plenitude, dos dias atuais. Nota-se como, após a extinção da escravidão legal, foram desaparecendo os agentes que detinham algum controle sobre os meios de produção, como os lavradores de cana, os senhores de engenho e, agora, os fornecedores de cana; como os moradores e colonos foram proletarizados e como as usinas, antes propriedade de pessoas físicas foi se transformando em sociedades anônimas familiares ou de grupos econômicos; como as áreas produtoras, por razões as mais diversas, foram se ampliando ou se transferindo, de acordo com as novas tecnologias agrícolas e com o jogo caprichoso do mercado. (ANDRADE, 1994, p. 9-10).

As transformações processadas no campo brasileiro nas últimas décadas são reflexos do modelo de desenvolvimento organizado e efetivado na economia açucareira do período colonial. Como colônia de exploração, o Brasil construiu sua base econômica assentada no que havia de mais atrasado que era a produção de cana-de-açúcar por meio da exploração da mão de obra escrava indígena e africana.

Após alguns séculos o cultivo da cana-de-açúcar sofreu mudanças através da tecnologia impulsionada pela modernização no campo. Mesmo assim, a relação capital e trabalho e o antigo modelo de exploração da terra são evidentes. O modelo de dominação da terra e do trabalho pelo capital ainda é muito visível e tem se mostrado cada vez mais perverso na incursão pelo lucro a qualquer custo. O Estado ainda permanece como financiador das agroindústrias canavieiras por meio de empréstimos para a expansão da cana-de-açúcar no território brasileiro com consequências trágicas para o meio ambiente e para os trabalhadores que são explorados ao extremo pelo capital agroindustrial canavieiro.

2.1 A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil Colônia

O objetivo desse subitem é mostrar a trajetória dos processos histórico-geográficos do desenvolvimento da economia canavieira no território brasileiro no período colonial. Esse resgate do processo histórico-geográfico da economia canavieira é de grande importância para a compreensão do atual cenário do setor canavieiro no Brasil de 2003 a 2014, principalmente porque este vem passando por profundas transformações em função do momento atual da crise econômica mundial, vivenciado pelo Brasil, situação que afeta todos os setores da economia, principalmente o setor agroindustrial canavieiro. São apresentados os vários

momentos de ascensão e decadência da produção canavieira, bem como os desdobramentos no processo de configuração do espaço agrário brasileiro.

O açúcar era uma mercadoria de alto valor na Europa. Esse fato fez com que os colonizadores portugueses logo iniciassem o processo de produção de cana-de-açúcar, primeiramente, no litoral nordestino em função das condições físicas existentes nessa região. As dificuldades para se produzir cana eram muitas, principalmente porque foi necessário desmatar uma grande área da Mata Atlântica no litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII para dar lugar à cana-de-açúcar. Outra dificuldade era a falta de mão de obra para o trabalho no cultivo da cana, uma vez que o índio que era escravizado, não possuía a habilidade para o trabalho na lavoura, obrigando Portugal comprar escravos africanos para desenvolver a atividade nas lavouras de cana na colônia.

Para Andrade (1994, p. 17), a economia canavieira marca o processo de formação e de consolidação do país desde o período colonial, ou mais precisamente, desde o início do século XVI. Ele reforça que para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, os portugueses tiveram de se apropriar das terras indígenas, destruírem as matas, construir engenhos de açúcar, escravizar indígenas e africanos e montar estrutura para a exportação do produto.

Caio Prado Júnior (1972, p. 37) afirma que “seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma”. Furtado (1995) afirma:

a escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Sem o trabalho escravo, seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para auto-consumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas. (FURTADO, 1995, p. 41).

Superadas as dificuldades do processo de instalação, a colônia açucareira desenvolveu-se rapidamente na segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII. Mas a crise no final do século XVII afetou diretamente a economia açucareira dando início a um processo de decadência. Para explicar essa crise da economia canavieira, Furtado (1963) afirma:

a economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando, qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. (FURTADO, 1963, p. 60).

A queda no preço do açúcar afetou o desempenho da economia escravista que era totalmente dependente da procura externa, da mão de obra escrava e da importação de equipamentos. A combinação desses fatores foi crucial para desencadear uma perda de receita e o início de uma crise na economia escravista evidenciado pelo processo de atrofiamento da produção de cana no Brasil no final do século VII. Os empresários brasileiros tentaram manter a produção até que passasse aquele momento de crise. Neste sentido, Furtado (1963) destaca:

quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços se reduziram à metade. Contudo, os empresários brasileiros fizeram o possível para manter um nível de produção relativamente elevado. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira. O sistema entrou, em consequência, numa letargia secular. Sua estrutura preservou-se, entretanto, intacta. Com efeito, ao surgirem novas condições favoráveis a começos do século XVIII, voltaria a funcionar com plena vitalidade. (FURTADO, 1963, p. 61).

Assim, na segunda metade do século XIX, tanto os custos da produção, como a má qualidade do açúcar, colocaram o país em situação delicada em relação ao mercado externo. A solução apontada foi a idealização dos engenhos centrais em 1875 por meio da concessão de exploração das empresas nacionais e estrangeiras, fundamentadas na modernização da lavoura canavieira. Segundo Machado (2006),

foram aprovados 87 Engenhos Centrais, mas só 12 foram implantados. O primeiro deles, Quissamã, na região de Campos, entrou em operação em 1877 e está em atividade até hoje. Mas a maioria não teve a mesma sorte. O desconhecimento dos novos equipamentos, a falta de interesse dos fornecedores, que preferiam produzir aguardente ou mesmo açúcar pelos velhos métodos, e outras dificuldades contribuiu para a derrocada dos Engenhos Centrais. Os próprios fornecedores dos equipamentos acabaram por adquirir-los e montar suas indústrias de processamento de açúcar. A maioria das novas indústrias estava no Nordeste e em São Paulo e passaram a ser chamadas de "usinas de açúcar". Apesar da novidade, o açúcar derivado da cana não fazia frente ao de beterraba que por volta de 1900 ultrapassava mais de 50% da produção mundial. (MACHADO, 2006, p. 5, grifos do autor).

A partir daí a produção de cana-de-açúcar no Brasil debuta como atividade caracteristicamente capitalista, pois com o desenvolvimento das forças produtivas criam-se as condições para os processos de reprodução ampliada.

A territorialização da cana-de-açúcar no território brasileiro no período da Colônia foi resultado de esforços dos portugueses, pois tiveram dificuldades inicialmente para desbravar a Mata Atlântica, no litoral brasileiro, principalmente no litoral nordestino e depois conseguir mão de obra e se manter no mercado nos momentos de crise da economia canavieira.

A produção de cana-de-açúcar no século XX ganha uma nova configuração, pois esta experimenta a modernização do seu parque industrial acelerando não a produção de açúcar, mas também a produção de uma nova fonte de energia: o álcool. Essas conquistas do setor canavieiro do século XX se concretizaram via do governo por meio de políticas públicas de incentivos financeiros para a modernização do parque industrial das agroindústrias canavieiras, como veremos na seção seguinte.

2.2 Modernização do setor canavieiro no Brasil no século XX: o Instituto do Açúcar e do Álcool e a regulação do setor açucareiro

Historicamente, o Estado sempre interveio no processo de expansão da cana-de-açúcar. Esse dado nos ajuda a compreender os vários programas criados para estimular e organizar o desenvolvimento desse setor no país. Nesta subseção vamos perceber os vários programas que tiveram papéis importantes na consolidação do setor canavieiro na economia brasileira no século XX como o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

A expansão da produção de cana-de-açúcar no início do século XX no Brasil, principalmente nos estados de Pernambuco e Alagoas, sendo os principais exportadores do país, dava sinais claros que em breve haveria uma superprodução na oferta de açúcar no mercado interno. Segundo Machado (2006), a produção de açúcar do Nordeste somada à de Campos no norte fluminense e a rápida expansão das usinas paulistas acenavam para um risco eminente, a superprodução. Foi com o intuito de controlar a produção que surge então o IAA- Instituto do Açúcar e Álcool, criado pelo governo Vargas em 1933.

O Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) foi criado para regular o setor agroindustrial canavieiro no Brasil no século XX. Embora tenha sido criado pelo Decreto n. 22.789, o IAA somente veio assumir uma forma definitiva através do Decreto n. 22.981, de 25/07/1933. Criado no governo Vargas em 1933. Esse programa surgiu para controlar a produção de açúcar e álcool no país. Tendo como principais objetivos resolver os problemas de superprodução da agroindústria canavieira por meio de planejamento e controle anual da produção e, ainda, adequar às necessidades do consumo interno e externo. Outra função da autarquia era a de organizar as bases para o aumento da produção alcooleira nacional, por meio de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar. O IAA adotou o regime de cotas, que atribuía a cada usina uma quantidade de cana a ser moída, a produção de açúcar e

também a de álcool. A aquisição de novos equipamentos ou a modificação dos existentes também precisava de autorização do IAA.

Tratava-se, em outras palavras, de promover o reerguimento da indústria açucareira e de dar solução ao problema do álcool-combustível. O primeiro desses objetivos seria alcançado pela eliminação da superprodução e pela estabilização dos preços. Já o segundo seria atingido através da construção ou equipamento de destilarias para a produção de álcool anidro. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 180).

O IAA foi pensado para regulamentar as agroindústrias canavieiras em um momento em que havia uma superprodução e os canaviais se expandiam de forma desordenada pelo território brasileiro. Nesse sentido, o Instituto procurou controlar essa produção determinando uma quota para cada usina, ou seja, cada usina teria que produzir uma quantidade de açúcar e de álcool por ano ou por safra. Essa política de controle de produção teria seus dias contados a partir do momento que houvesse maior demanda pelo açúcar e pelo álcool. Andrade (1994) afirma que

o controle da produção foi mantido até o início da Segunda Guerra Mundial (1939), que provocou a desorganização do comércio internacional e interno. Do internacional porque, ocupada pela Alemanha, a Europa continental deixou de importar o açúcar americano, e do interno porque, com o torpedeamento de navios brasileiros, a navegação de cabotagem foi reduzida, tornando-se impossível abastecer o mercado do Sul e do Sudeste com o açúcar nordestino. As circunstâncias políticas, desorganizando o mercado nacional, levaram as regiões mais populosas e de maior nível de renda a pressionar o IAA para aumentar suas quotas de produção, afim de que pudessem atender à demanda. Daí o período da Segunda Guerra Mundial (1939) ter sido aquele em que o sistema de quotas de produção caiu e os estados do Sudeste aumentaram consideravelmente a sua produção, em detrimento da do Nordeste. (ANDRADE, 1994, p. 109-110).

Nesse período, houve dificuldades também para a conservação e a modernização do parque industrial, o que tornou numerosas as usinas obsoletas. (ANDRADE, 1994, p. 110). As agroindústrias canavieiras do Nordeste foram as mais prejudicadas porque não possuíam uma indústria metalúrgica com capacidade técnica para produção de equipamentos de reposição para suas usinas. São Paulo fez o caminho contrário, implantou um parque industrial na área de metalurgia que também abastecia as agroindústrias do Nordeste.

Houve um crescimento rápido da produção paulista que, em 1957, tornou-se a maior do Brasil. Daí em diante, a indústria sucroalcooleira nordestina passou a se manter graças aos subsídios que recebia do IAA. Mas, com grupos econômicos fortes e organizados, São Paulo conseguiu quebrar a resistência nordestina e disputar o mercado internacional, aumentando a sua participação na quota de exportação, ao mesmo tempo que dominava o mercado regional. (ANDRADE, 1994, p. 110).

O estado de São Paulo ultrapassa a Região Nordeste na produção de açúcar e de álcool alterando um domínio que duravam vários séculos. Mas isso se deu, principalmente, pela

capacidade industrial e pelo poder econômico. São Paulo se consolidou na produção de cana pós Segunda Guerra Mundial com a entrada do país na modernização da agricultura por meio de novas políticas governamentais que elevaram a produção de cana no país através de inserção de novas técnicas de cultivo no campo brasileiro.

Pensar, geograficamente a modernização do campo brasileiro, requer um maior aprofundamento teórico. Faremos uma discussão sobre esse momento destacando as principais políticas governamentais que foram importantes para a aceleração desse processo. Primeiramente, precisamos entender como estava o cenário econômico e político nas décadas de 1950 e 1960 pós- Segunda Guerra Mundial. Oliveira (2009) afirma que

a conjuntura econômica internacional apresentada no período pós-Segunda Guerra Mundial favoreceu a territorialização de empresas estrangeiras nos países da periferia do sistema capitalista, contribuindo assim para o processo de industrialização, a exemplo do Brasil nos anos 1950/60. No campo, a influência do paradigma da Revolução Verde, incentivou a produção voltada para a exportação e alterou as relações sociais de produção, consubstanciando-se na modernização conservadora da agricultura. (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

Para Graziano da Silva (1993) “industrialização da agricultura” brasileira é relativamente recente (pós-65, se quisermos datá-la) e representa mudança qualitativa fundamental no longo processo de transformação da sua base técnica – chamado de “modernização” – que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde o pós-guerra.

A territorialização de empresas estrangeiras foi responsável pelo início do processo de industrialização e ao mesmo tempo, da modernização do campo impulsionada pela Revolução Verde. Oliveira (2009, p. 81) afirma que a implantação da indústria de base (siderúrgica, petroquímica etc.), as empresas produtoras de insumos, máquinas e equipamentos também se instalaram no país, internalizando a produção e, conseqüentemente, aumentando a capacidade de modernização da agricultura. Essa modernização criou condições para que emergisse, a partir de 1965, o processo de ‘industrialização da agricultura’ brasileira. Abramovay (1992) afirma:

A modernização da agricultura se caracterizou como um processo induzido, que ocorreu a partir do avanço da ciência e da tecnologia moderna que introduziu novas formas de produção que resultaram no aumento da produtividade e na baixa quantidade de mão-de-obra, mas é preciso apontar que nem todos os agricultores de um país adotam as mesmas técnicas, assim existem graus de modernização diferenciados em propriedades agrícolas vizinhas, sobretudo na relação latifúndio-minifúndio[...] (ABRAMOVAY, 1992, p. 59-60).

O processo de modernização no campo alterou de forma intensa a estrutura agrária brasileira. Os pequenos camponeses que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção e não atingiram produtividade suficiente para se manterem na atividade, conseqüentemente, muito se endividaram devido a empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades agrícolas, tendo como única forma de pagamento da dívida a venda da propriedade para outros produtores. A modernização não aconteceu de forma homogênea no campo brasileiro, revelando a exclusão daqueles que não podiam ter acesso aos benefícios tecnológicos da modernização.

A modernização da agricultura no Brasil é o reflexo da expansão do sistema capitalista de produção, pautada nas políticas de Estado refletidas no modelo de propriedade que se consolidou no país. Segundo Correia (1979), as políticas públicas que visavam o desenvolvimento da agricultura no país não se atentaram para os desdobramentos sociais, como o desemprego e migração de milhares de trabalhadores.

Por sua vez, a política de desenvolvimento agrícola, feita em moldes economicistas, despreocupada com a problemática social, vem contribuindo para aumentar o desemprego no meio rural, e conseqüentemente, para acelerar o processo migratório rural-urbano. Procura-se montar todo um sistema que visa proteger e subvencionar a grande agricultura, estimulando-se o processo de mecanização agrícola, facilitando-se o crédito para a formação de plantios e para a implantação e modernização de instalações, a assistência agrônômica etc. em favor da agricultura de exportação. (ANDRADE, 1979, p. 62).

A modernização, aliada a investimentos por parte do Estado e do setor privado, reestruturam o setor canavieiro que responde com a expansão, e novas unidades são criadas tendo em vista maior produtividade de álcool e de açúcar. A expansão da cana-de-açúcar no Brasil é resultado da busca por uma nova matriz energética menos poluente e mais lucrativa. Nesse sentido, Oliveira (2009) afirma que

a expectativa criada em torno da possibilidade de fortalecimento da matriz energética brasileira, de reconhecimento internacional de que o país estaria produzindo energia limpa e renovável e, sobretudo de garantir novos mercados para a “commodity” álcool, estimulou uma corrida desenfreada entre os empresários do setor canavieiro e aqueles que especulam e/ou veem nos investimentos em novas áreas de cultivos de cana-de-açúcar, aquisição ou implantação de unidades processadoras, uma oportunidade de novos negócios e, portanto, de acumulação de capital. (OLIVEIRA, 2009, p. 306).

A corrida de empresários canavieiros vem suscitando alguns questionamentos no sentido de elucidar essa nova lógica de reprodução do capital e seus desdobramentos no território. Oliveira (2009) destaca:

o contexto expansionista do capital agroindustrial canavieiro tem evidenciado um conjunto de questões como o uso da terra, modelos de produção ecologicamente sustentáveis, produção de alimentos e segurança alimentar, degradação/preservação ambiental; mudanças infraestruturais e o desenvolvimento das pequenas cidades e municípios, nos quais se instalam essas novas unidades agroindustriais canavieiras, entre outras, implicando assim em ruptura ou transformação das formas de organização espaciais construídas anteriormente. (OLIVEIRA, 2009, p. 306).

As transformações espaciais provocadas pela expansão do capital agroindustrial canavieiro nas cidades e municípios rompem as formas de produção do espaço produzidas anteriormente pela população local dessas cidades. Uma ruptura socioespacial que visa a expansão dos canaviais para o suprimento das demandas nacionais e mundiais do etanol.

Nesse subitem salientamos que o setor canavieiro passou por um processo de reestruturação, principalmente com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que ficou responsável pelo controle da produção de cana no país bem como um processo de modernização da base industrial de algumas agroindústrias canavieiras na Região Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo. A Região Nordeste começou um momento de crise pois, diferente do Estado de São Paulo, não conseguiu modernizar suas agroindústrias. Na seção seguinte, verificamos a continuidade da intervenção do Estado na agroindústria canavieira com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) que buscou uma maior produção de álcool combustível no país para diminuir sua dependência do petróleo.

2.3 O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em 1973 e a reestruturação da agroindústria canavieira no Brasil

O processo de reestruturação da agroindústria canavieira, por meio do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), foi de grande importância para o setor porque ajudou a impulsionar a produção de álcool combustível para o mercado nacional de veículos e para diminuir a dependência da importação do petróleo.

O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) consistiu em uma iniciativa do governo brasileiro de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Essa atitude teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970, pois o preço do produto estava muito elevado e passou a ter grande peso nas importações do país.

O auge de modernização capitalista se daria a partir de 1975, com um novo programa, o Proálcool, estabelecido pelo Decreto n. 76.593, de 14 de novembro de 1975. A justificativa para a promulgação deste decreto era a de que o Brasil, grande importador de petróleo, não teria condições de continuar a importar o produto, de acordo com as suas necessidades, por causa da elevação de preço no mercado

internacional. Mas a principal razão do novo programa era “salvar” a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já estava trabalhando com capacidade ociosa. (ANDRADE, 1994, p. 236, grifo do autor).

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA, 1973) tinha como diretrizes o controle da produção de açúcar e do álcool determinando quotas de produção para as usinas do Nordeste e de São Paulo, o Proálcool surgiu para expandir de forma desenfreada a área destinada ao plantio de cana para a produção de álcool combustível. Outra razão para a criação do Proálcool foi a necessidade de diminuir a dependência da importação de petróleo. Conforme Andrade (1994), o Programa Nacional do álcool (PROÁLCOOL) permitiu a implantação de mais de cem destilarias autônomas e a expansão dos canaviais tanto por áreas anteriormente ocupadas por outras atividades agrícolas como por áreas em ocupação. Segundo Szmrecsányi (1979),

o Programa destina-se a “expandir rapidamente a produção (do álcool) e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de misturas, e como matéria-prima para a indústria química, além de assegurar o (seu) fornecimento para outros usos”. Além disso, ele integra um “amplo elenco de medidas [...] para fazer face às tendências de desequilíbrio do balanço do pagamento”. (Tais medidas foram adotadas em outubro de, 1975, incluindo, entre outras, a decisão de celebrar “contratos de risco” com empresas petrolíferas estrangeiras). Finalmente – afirma a exposição de Motivos – a implementação do Programa deverá abrir “extraordinárias perspectivas de expansão para a agroindústria canavieira”, gerar “novas oportunidades de desenvolvimento para regiões vazias ou deprimidas”. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 436-437, grifos do autor).

Essa atitude teve como fator determinante impulsionar o aumento da produção de álcool como combustível para os carros, consolidando definitivamente a expansão da agroindústria canavieira no país. Machado (2006) afirma que essa expansão da produção de álcool foi uma resposta ao primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, quando os países do Oriente Médio descobriram que o petróleo era um bem não renovável e que, por isso, iria acabar algum dia. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e para a Europa também foram embargadas nessa época devido ao apoio dado Israel na Guerra do YomKippur¹ (Dia do Perdão).

¹ O YomKippur é um grande feriado judaico que também é conhecido como “Dia do Perdão”. No dia 6 de outubro de 1973, a maioria da população estava cuidando dos preparativos da festividade, e por uma infeliz coincidência, ou por uma elaborada estratégia, o Egito e a Síria iniciaram um ataque militar surpresa, atingindo os postos israelenses responsáveis por proteger a região de Suez. Foram centenas de granadas lançadas sobre os postos em questão de minutos. Um dia que deveria ser de comemoração viera a se tornar de guerra, o “Dia do Perdão” de Israel se tornou o “dia da vingança” para os árabes.
Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/guerra-de-yom-kippur-1973>. Acesso em 05/08/2015.

Era urgente e necessário pensar em uma nova matriz energética menos poluente e mais sustentável e, o álcool extraído da cana-de-açúcar, atendia efetivamente essa demanda energética mundial em questão. Para que essa matriz energética se desenvolvesse, o governo brasileiro abriu as portas para o capital agroindustrial nacional e internacional para que este expandisse suas áreas de plantio de cana-de-açúcar, até mesmo sobre áreas destinadas a produção de alimentos, além de expulsar milhares de famílias de camponeses de suas terras, obrigando-os a irem para os centros urbanos. Carvalho (2008) afirma que,

da busca incessante de energias limpas e renováveis capazes de serem obtidas a partir de formas de organização da produção socialmente apropriadas e ambientalmente sustentáveis, o que vem se tornando hegemônico é uma disputa insana do controle, pelas grandes empresas transnacionais, das fontes de energia renovável, em especial da oferta da biomassa. As iniciativas dessas empresas, rebuçadas pela ideologia da obtenção de fontes alternativas e renováveis de energia, mascaram a sua indiferença perante a conservação do meio ambiente e as práticas socialmente excludentes e etnicamente discriminatórias que provocam a ampliação das desigualdades sociais em todo o mundo. E, mais, reificam, desde a revolução verde burguesa da década de 1960 do século passado, a concepção e a prática de que a natureza, amplo senso, e os gens especificamente são mercadorias e, portanto, as atividades a eles relacionadas devem ser sempre negócios. (CARVALHO, 2008, p. 2).

Os projetos de expansão da agroindústria canavieira no Brasil sempre foram financiados pelo governo através de empréstimos a longos prazos, redução de juros, entre outras vantagens, contribuindo de forma significativa para o avanço da cana-de-açúcar no território brasileiro.

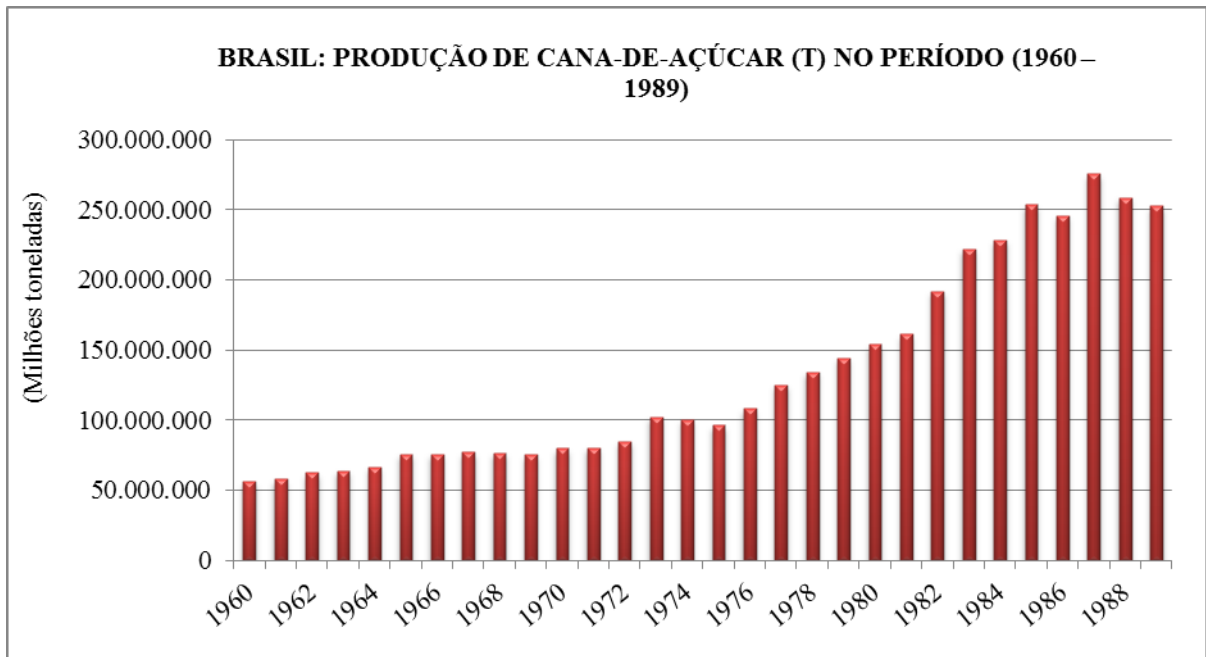
O avanço da cana-de-açúcar para a produção de álcool e a concentração de terras nas mãos dos grandes empresários, cria uma situação de tensão no campo, uma vez que os pequenos camponeses não recebem os mesmos incentivos para a produção dados aos grandes empresários do setor canavieiro. São pressionados a arrendar, vender ou até deixar suas terras e buscar trabalho e se tornar os novos proletários trabalhando nas cidades e até empregados nessas agroindústrias.

Para Carvalho (2013), o governo tem responsabilidade sobre essa situação em que vive o campo brasileiro, pois incentiva e financia essas empresas:

essa concentração de renda e da riqueza pelas empresas capitalistas no campo vem se concretizando - como outrora no período colonial, com o apoio massivo das políticas públicas governamentais. Seus negócios caminham “pari passu” com os negócios dos governos. E, esta escolha de favorecimento político dos governos aos grandes negócios agropecuários e florestais privados nacionais e estrangeiros não apenas compromete a soberania alimentar nacional como contribui ao mesmo tempo para a acumulação via espoliação dos recursos naturais e a exploração dos trabalhadores do país. (CARVALHO, 2013, p. 2, grifo do autor).

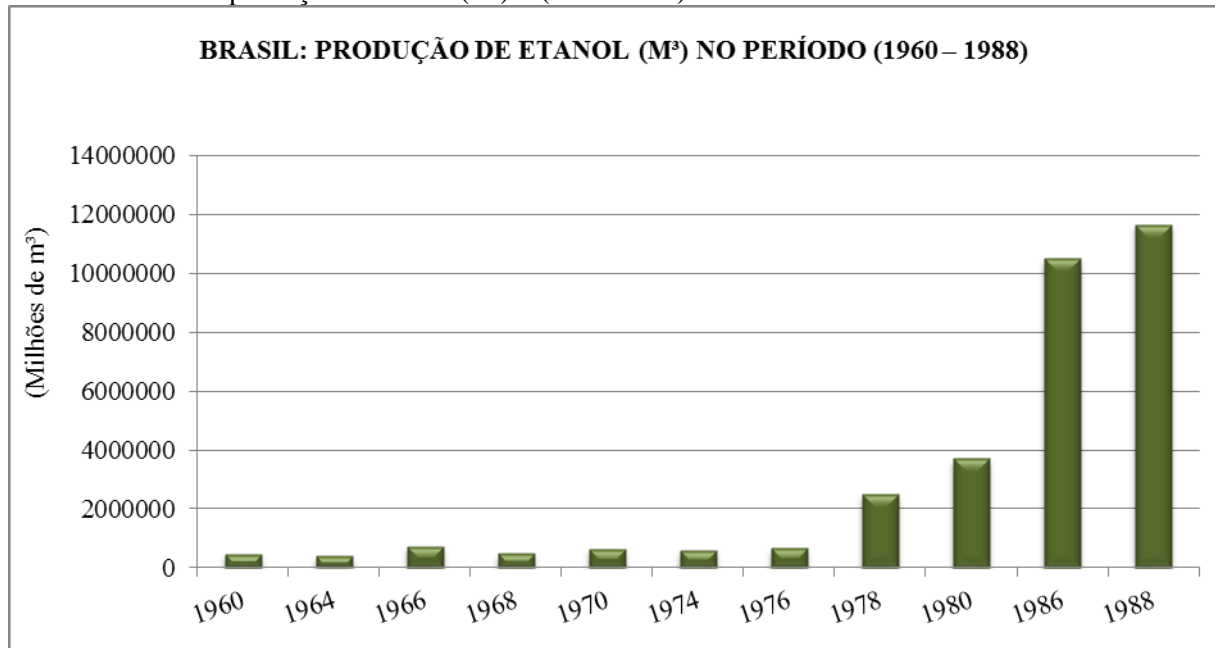
O gráfico 1 mostra essa dinâmica da produção de cana-de-açúcar no Brasil no período que se estende de 1960 a 1989. Esse crescimento foi resultado, principalmente, dos programas de incentivo a produção de álcool, implantados pelo governo brasileiro, como o Proálcool, para abastecer os veículos movidos por esse combustível.

Gráfico 1 - Brasil: produção de cana-de-açúcar (t) – (1960-1989)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Comércio (MAPA) - **Org.:** Silva, L.C. S (2015).

Vale lembrar que o esforço foi dirigido, sobretudo para a produção de álcool anidro para a mistura com gasolina. Nessa fase, o esforço principal coube às destilarias anexas. A produção alcooleira cresceu de 456.302 milhões m³/ano (1960) para 11.644.882 milhões m³/ano (1989), conforme gráfico 2.

Gráfico 2- Brasil: produção de etanol (m³) – (1960-1988)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Comércio (MAPA) - **Org.:** Silva, L.C. S (2015).

Apesar do auge da crise da década de 1980, houve um significativo aumento na produção de etanol no Brasil no período mencionado, que vai de 1960 a 1989 e está relacionado à instalação de várias destilarias ao longo do território brasileiro, aliado ao processo de modernização vivenciado desde a década de 1960. A cana foi o agente motor tanto da produção quanto da reprodução dos espaços ocupados. (ANDRADE,1995, p. 31).

Essa expansão da cana-de-açúcar para a produção de açúcar nesse período resultou em uma maior concentração fundiária, efeitos diretos sobre o ambiente devido as queimadas, resultando na alteração do solo e sobre as relações de trabalho.

A expansão das monoculturas, além de degradarem o ambiente e realizarem a ampliação da exploração do trabalho assalariado, destrói os territórios camponeses, provoca o êxodo rural, e amplia ainda mais as desigualdades sociais no campo e na cidade. (CARVALHO 2008, p. 14).

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) como um programa governamental, impulsionou a produção de álcool por meio da cana-de-açúcar e consolidou o papel dominante do setor canavieiro na agricultura brasileira.

No próximo subitem, discutiremos as mudanças significativas com a diminuição da intervenção do Estado no setor agroindustrial canavieiro na década de 1990.

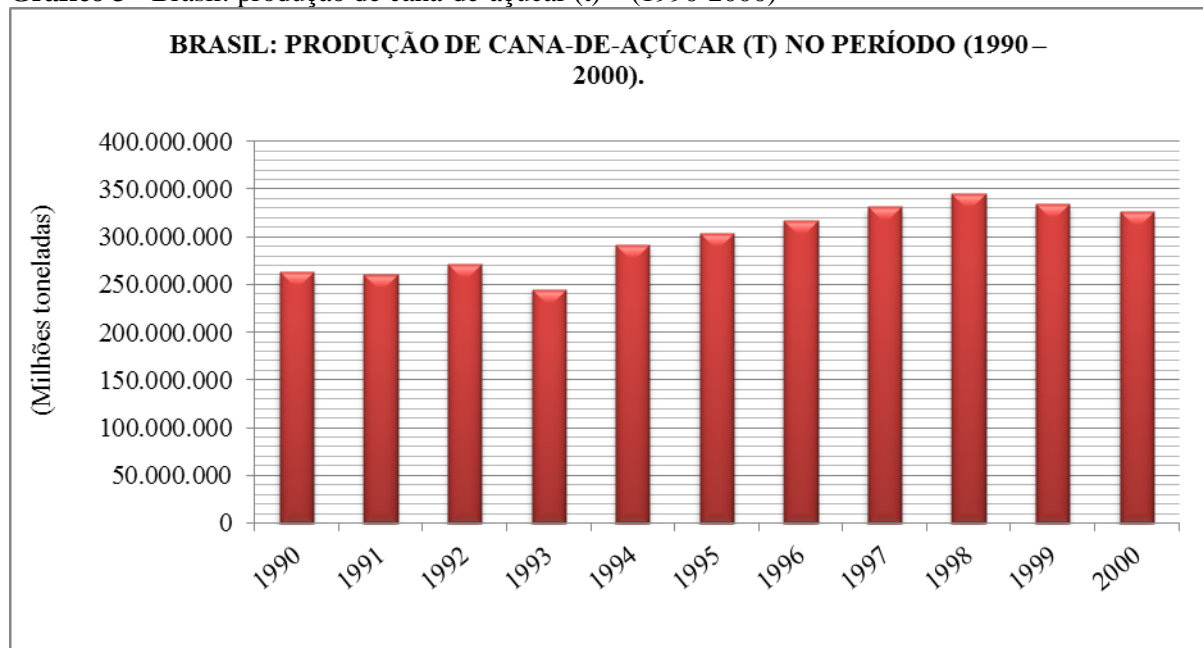
2.4 A cana-de-açúcar na década de 1990 e a abertura da economia para o capital internacional

A agroindústria canavieira no Brasil, bem como o mercado de combustíveis, que por décadas desenvolveram suas atividades com elevado nível de intervenção governamental, definição de mercados, cotas e preços, viveram durante os anos 1990 um processo de liberalização, com a progressiva retirada dos subsídios e o fim do tabelamento dos preços.

A economia brasileira sempre teve como base uma forte política intervencionista do Estado. Entretanto, no governo Collor (1990-1992), a abertura comercial ao capital internacional no início dos anos 1990 e o Programa Brasileiro de Estabilização Econômica (Plano Real de 1994)², que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente trinta anos.

Nessa década de 1990 e em meio às turbulências políticas e econômicas vividas no período, especialmente pelo afastamento do presidente Fernando Collor, a produção de cana-de-açúcar passou por momentos de alta e de baixa (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Brasil: produção de cana-de-açúcar (t) – (1990-2000)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de 1990-2000 - Org.: Silva, L.C.S. (2015).

²O programa brasileiro chamado **Plano Real** resultou no lançamento de uma nova moeda, o Real, em 1994. O governo presidencial que se encerrou em 1994 passou por uma série de crises. O problema inicial se deu com o impeachment do presidente eleito por voto direto Fernando Collor de Melo. Em seu lugar assumiu o vice Itamar Franco, que guiou o mandato até o final. Outro problema, que já se arrastava há algum tempo, foi o da economia, com suas graves crises financeiras e inflacionárias. A inflação atingia todo mês níveis exorbitantes. O **Plano Real** foi então iniciado oficialmente no dia 27 de fevereiro de 1994 através da Medida Provisória nº 434. A medida determinou a Unidade Real de Valor (URV) e culminou com o lançamento do Real como nova moeda. A implantação do Plano Real se deu através de três etapas: equilíbrio das contas públicas, criação da URV e o lançamento do Real. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/plano-real>. Acesso em: 07/08/2015.

A produção de cana-de-açúcar no Brasil ficou estagnada no período que vai de 1990 a 1993 (Gráfico 3) que evidencia uma diminuição na produção de cana-de-açúcar, reflexo da crise econômica que o país enfrentou na década de 1980, conhecida como a década perdida³, pois foi marcada pelas perdas econômicas ocorridas através de baixas no PIB, aceleração da inflação, produção industrial fraca, perda do poder de compra dos salários e nível de empregos.

A reestruturação do setor agroindustrial canavieiro no país no início da década de 1990 teve reflexos diretos na produção cana-de-açúcar, pois esta atividade econômica ganhava novo impulso com os incentivos governamentais e com os investimentos externos. A extinção do IAA em 1990 foi um marco importante nessa nova dinâmica da produção cana-de-açúcar no Brasil, marcando o período de desregulamentação do setor, com a liberação das exportações e dos preços do açúcar e do álcool. Com essas mudanças dava-se início a nova forma de gestão do capital agroindustrial o que permitiu a reprodução do capital investido na produção. Nessa direção, Thomaz Júnior (1998) afirma que

Esta “[...] gestão do capital sobre o território pode ser vista [...] como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção [...]” onde se consolida o foco das estratégias espaciais adotada pelos empresários agrícolas do setor sucroalcooleiro. (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p. 8, grifos do autor).

Sob a ótica de análise da nova geopolítica mundial⁴ há diversos parâmetros para contribuir com o desenvolvimento sustentável⁵, sendo um deles a modificação da matriz energética mundial, por meio de novas fontes que poluem menos o ambiente em relação ao petróleo, sobretudo considerando que a oferta do mesmo tende a diminuir no mercado, já que se trata de uma fonte não renovável. A partir da diminuição das reservas de petróleo, a

³Contrapondo-se ao desempenho altamente favorável que ostentou no pós-guerra em decorrência do pesado endividamento externo que acumulou nos anos 1970, a economia brasileira mergulha, a partir dos anos 1980, num período de crise e estagnação. Fortes descontinuidades na condução da política econômica – quatro choques entre 1986 e 1990 –, redução dos níveis de investimentos e bruscas oscilações nas taxas de inflação levaram a que o PIB real evoluísse a uma taxa média anual de apenas 1.5% e o PIB per capita declinasse de US\$ 3000 para US\$ 2856, entre 1980 e 1990, configurando o que por muitos analistas foi denominado “década perdida”. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23926.pdf>. Acesso em: 07/08/2015.

⁴A **Nova Ordem Mundial** é o atual panorama internacional demarcado pelas relações e disputas de poder entre os Estados Nacionais e pelas relações de equilíbrio entre eles. A emergência desse contexto é associada ao término daquilo que se convencionou chamar por **Guerra Fria**, em que o mundo deixou de ser considerado **bipolar**, recebendo novas designações. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/geopolitica03.htm>. Acesso em: 10/08/2015.

⁵A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: 10/08/2015.

disponibilidade de outras fontes de energia torna-se fator decisivo para a economia global (BARROS, 2007, p. 50).

Para Barros (2007) modificar a matriz energética mundial é fundamental para tornar-se independente do petróleo, uma vez que esta é uma fonte de energia não renovável que contribui para poluição do meio ambiente. Ainda conforme o autor,

A partir dos anos 1990, a expansão da cana-de-açúcar no Brasil está diretamente relacionada ao prelúdio de um novo modelo energético, mediante a existência de uma conjuntura mundial voltada ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, devido à escassez das reservas de petróleo e as preocupações com o aquecimento global. É aí que os combustíveis “limpos” estão entre as apostas para a diminuição da dependência do petróleo, uma vez que a queima dos combustíveis fósseis lança dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, aumentando a poluição e o efeito estufa. (BARROS, 2007, p. 50, grifos do autor).

Barros (2007) destaca que a questão energética toma novos rumos, e o Brasil passa a ser o alvo preferido para a sustentação desse novo modelo em função da sua vocação para a produção de etanol como uma energia limpa e que ganha destaque no cenário mundial.

Segundo Moreira (2007, p. 44), “a bioenergia é fruto da terceira era técnica, em que estamos entrando, e da qual o biocombustível aparece como símbolo, assim como o petróleo e o automóvel simbolizavam a era técnica da segunda revolução industrial”.

Essa concepção de terceira era técnica, apontada pelo autor, designa o momento atual do avanço tecnológico e, os biocombustíveis, expressa bem esse avanço.

Moreira (2007) alerta para os avanços tecnológicos afirmando que estamos caminhando para o que ele considera como a biorrevolução que é a expressão direta da bioengenharia, epicentro da terceira revolução industrial, e o veículo mais contundente do avanço da biorrevolução.

Destarte, a bioenergia, o complexo agroindustrial, a bioindústria, o transporte movido a biocombustível são os elos mais conhecidos da biorrevolução, termo que traduz uma profunda reestruturação nas formas de organização da agricultura, da pecuária, das atividades industriais, do sistema de transporte e das fontes e formas transmissão de energia, portanto das relações tecnoprodutivas e da arrumação do espaço no futuro-presente. (MOREIRA, 2007, p. 44-45).

Conforme mencionado pelo autor (MOREIRA, 2007), é necessário pensar como a reestruturação tecnoprodutiva do capital, pautado na biorrevolução, poderá impactar a organização social estruturada e como serão as disputas por/pelo território. Segundo Carvalho (2007):

é crescente o esforço da classe dominante no Brasil, seja a partir dos organismos governamentais, seja das grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras, de aumentar a oferta de energia de fontes renováveis como a energia de fonte

hidroelétrica e a da biomassa, esta em particular a partir da cana-de-açúcar. Isso porque essas megaempresas nacionais e multinacionais já possuem o controle efetivo da oferta de energia elétrica no país, tem garantias de que ganharão novas licitações para novas hidroelétricas e construirão as barragens e usinas com a impunidade pelos impactos ambientais e sociais típicos de situações de exceção política favoráveis ao grande capital. Caminho similar, ainda que um pouco mais amplo, se constrói para a expansão oferta de etanol e de madeira, seja para celulose seja para carvão vegetal, tanto no nível da produção da matéria prima seja no da sua industrialização. (CARVALHO, 2007, p. 9).

Carvalho (2007) acredita que a classe dominante no Brasil, principalmente as megaempresas multinacionais insiste em manter seu poder no controle sobre as fontes de energia renováveis, como a hidrelétrica e a biomassa, mesmo que para isso, tenham que ignorar os impactos ambientais e sociais advindos dessa expansão da oferta de etanol.

As discussões apresentadas nessa subseção nos deram a dimensão das mudanças no setor canavieiro em função da demanda mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar. E para isso, combinaram investimentos em biotecnologia e transporte dinamizando o setor para a demanda mundial e nacional do etanol.

A necessidade de se tornar independente do petróleo foi uma das razões principais para que o setor canavieiro com o apoio estatal, investisse na modernização do parque industrial e melhorasse sua competitividade na produção de etanol no país.

Foi nesse período que as primeiras agroindústrias canavieiras foram implantadas na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG), com destaque para o grupo João Lyra, do Estado de Alagoas.

No próximo subitem é apresentado o grande salto da produção de cana-de-açúcar no século XXI no Brasil, legitimado pelo Estado, por meio de incentivos econômicos para a abertura de dezenas de agroindústrias canavieiras no território brasileiro.

2.5 Novos rumos para a cana-de-açúcar no Brasil no início do século XXI

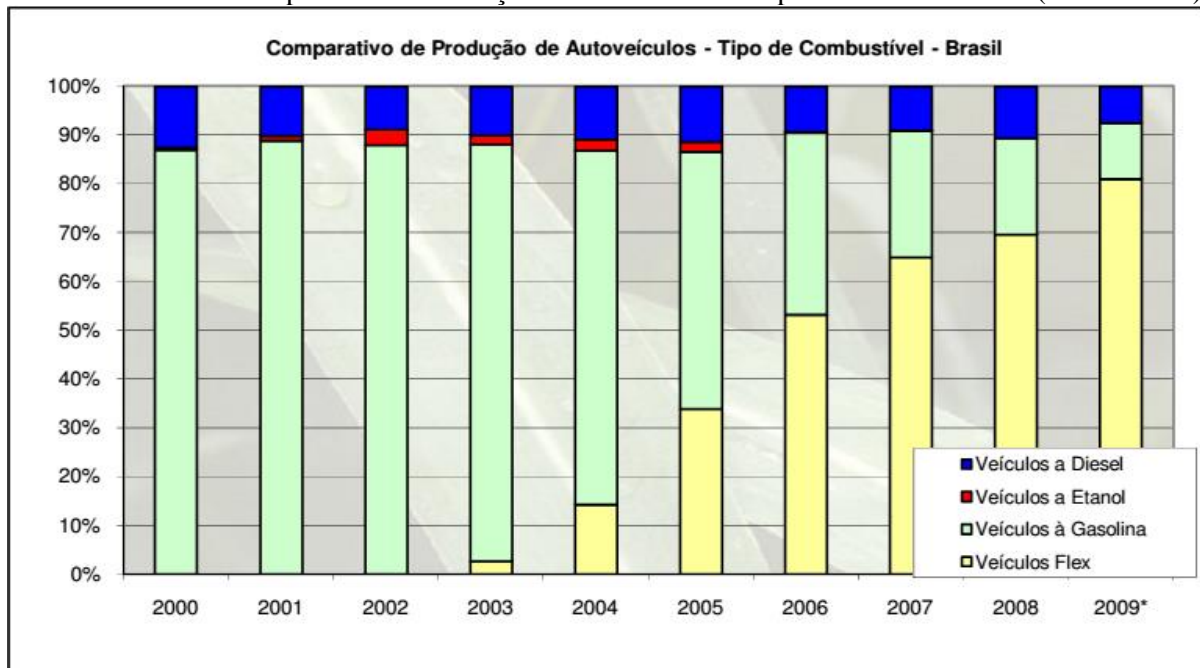
O Brasil inicia o século XXI movido por rápidas e profundas transformações tanto na política quanto na economia. E o setor da economia que mais sofreu com essas mudanças foi o setor agroindustrial. O governo Lula (2003-2010) encabeçou um projeto político e econômico voltado para a agricultura do país através de incentivos fiscais. O setor agroindustrial canavieiro foi um dos setores que mais recebeu recursos financeiros para sua expansão, tendo em vista o aumento da produção de etanol para atender o mercado interno e externo. Conforme atesta Oliveira (2007):

esta opção pelo álcool combustível, derivado da cana-de-açúcar, ganhou força e foi motivada por questões relativas ao desempenho interno das tradicionais commodities e também pelo cenário macroeconômico mundial de preços e de uma demanda por álcool derivado de produto não contemplado na cesta básica de alimentos. O marco dos especialistas na área é o ano 2000, quando teve início a chamada fase de transição, com a expansão da área cultivada de cana, a abertura do mercado mundial e a saída do governo do comando das exportações de álcool. Aliado à demanda mundial, o Brasil entrou na era dos carros bicombustíveis e fomentou ainda mais a produção e demanda do álcool. O apelo ao consumo do combustível renovável e menos poluente foi outro fator que também estimulou a expansão deste nicho de mercado. (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Assim, iniciava-se o novo século, o XXI, com transformações profundas na estrutura de mercado e na esfera regulatória associada ao setor de combustíveis no Brasil. Nesse momento, o consumo de etanol hidratado apresentava queda gradativa devido ao pequeno número de carros de passeio movidos a etanol vendidos e ao sucateamento da frota movida pelo biocombustível. A partir de 2003, essa tendência de retração no consumo de etanol sofre uma alteração significativa devido ao lançamento dos veículos flex⁶.

Essa iniciativa da indústria automobilística, potencializada pela alíquota diferenciada de IPI para os veículos flex e pela competitividade do etanol frente à gasolina naquele momento, fez com que os veículos flexíveis colocassem fim à era dos carros movidos apenas à gasolina. Para efeito de comparação, podemos observar no gráfico 4 que o aumento na produção de carros flex, movidos a gasolina e etanol, cresceu vertiginosamente no período que vai de 2003 a 2009 (Gráfico 4).

⁶ No dia 24 de março de 2003, na festa comemorativa dos 50 anos da Volkswagen no Brasil, com a presença do Presidente Lula e do Governador Alckmin, foi lançado o Gol Total Flex 1.6, primeiro veículo nacional equipado com a tecnologia Flex. Iniciava-se um ciclo de revigoração para a engenharia automobilística nacional que, depois do declínio do carro a álcool, não via oportunidade semelhante para inovação tecnológica. Os números comprovam o sucesso da tecnologia. Em 2003, quando foi lançado o primeiro Flex, as vendas desses veículos atingiram 4% do total das vendas de veículos leves no país. Em 2012, a sua participação no mercado atingiu o recorde de 87%. Se desconsiderarmos a participação de veículos com motor diesel nesse segmento, o percentual dos veículos Flex no mercado de veículos leves ultrapassa 90%. Disponível em: <http://www.unica.com.br/colunas/21375871920322737930/10-anos-de-veiculos-flex-por-cento3A-pausa-para-reflexao>. Acesso em: 10/08/2015.

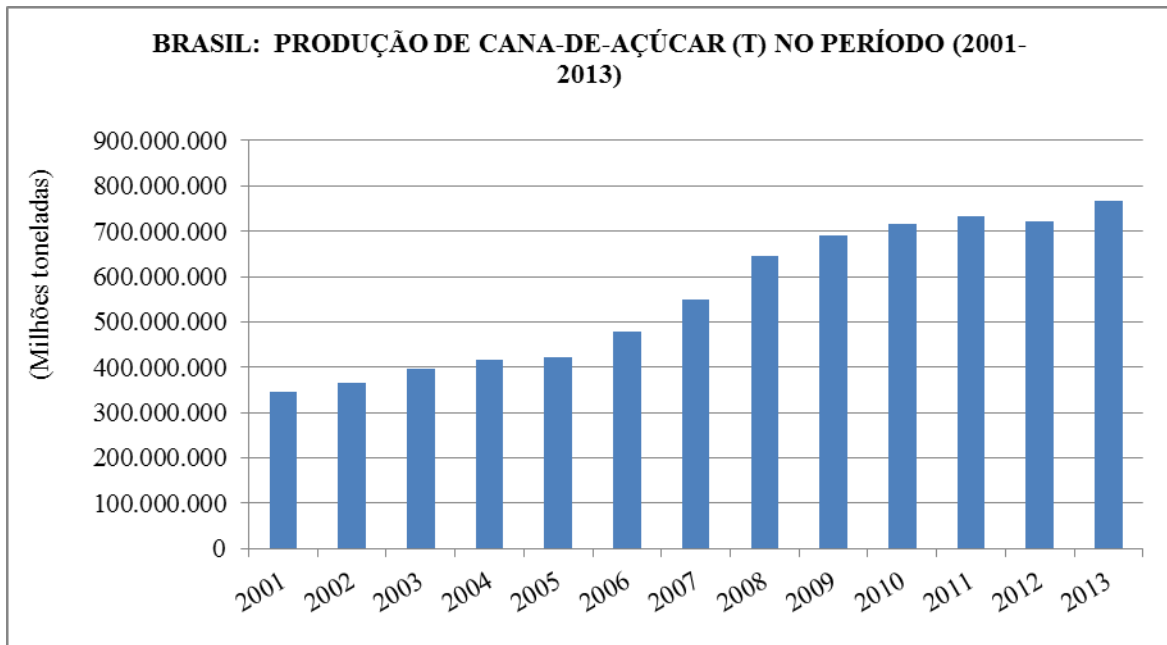
Gráfico 4 - Brasil: Comparativo de Produção de Automóveis – Tipos de Combustíveis (2000 – 2009)

Fonte: UDOP- União dos Produtores de Bioenergia (2015).

As transformações espaciais que se materializam no país em decorrência da expansão dos canaviais, visando principalmente o suprimento das demandas mundiais do etanol devem ser apreendidas a partir das diferentes formas de produção, da apropriação de terras e das relações sociais de trabalho. Dito isto, cabe ressaltar que o avanço da cultura da cana-de-açúcar no país reforça a concentração de terras, (re) ordena a sua distribuição, assim como a da força de trabalho pelo território. A esse respeito, Santos (2009) destaca:

Entender o capital sucroalcooleiro no início do século XXI exige uma leitura das transformações espaciais, que nos tem permitido apreender um (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor. No que diz respeito ao capital, cabe reforçar o interesse internacional pelo etanol coadunado com a disponibilidade de terras para o plantio da cana no Brasil. Essas terras poderiam ser destinadas a milhares de trabalhadores desterrados, por meio de Programas de Reforma Agrária; ao cultivo de alimentos, mas é com o apoio do governo brasileiro que se transformam em canaviais. (SANTOS, 2009, p. 187).

É nesse contexto que vem ocorrendo a expansão da cana-de-açúcar no Brasil, cuja produção saltou de 326.121.011 toneladas em 2000 para 768.090.444 milhões de toneladas no ano de 2013 (Gráfico 5). A área plantada, por sua vez, saltou de 4.804.511 hectares em 2000, para 10.223.043 hectares em 2013, conforme dados do IBGE (2013).

Gráfico 5 - Brasil: Produção de cana-de-açúcar (t) - (2001-2013)

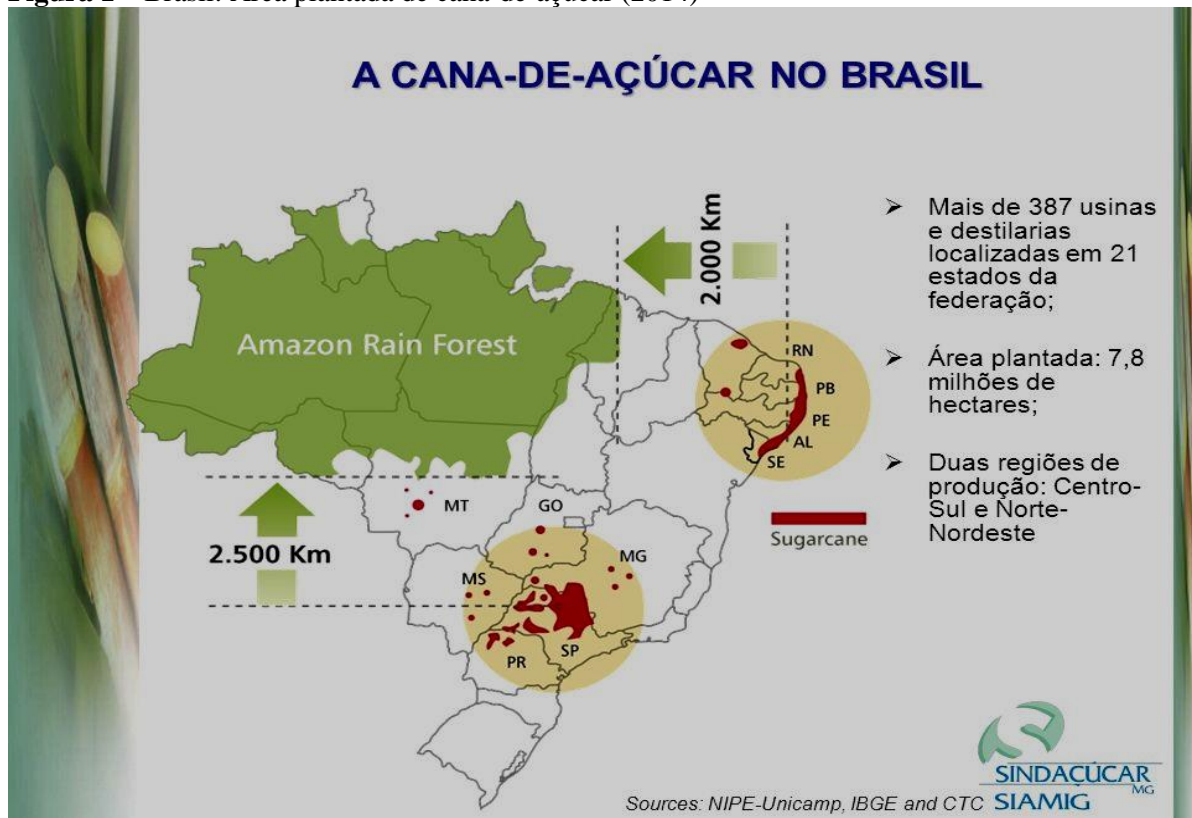
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de 2001-2013 - Org.: Silva, L.C.S. (2014).

Segundo o IBGE, em 2013 a produção nacional de cana-de-açúcar atingiu 737,8 milhões de toneladas. O aumento da safra de cana de 2013 foi importante para a recuperação do setor, que ainda sente os efeitos da crise mundial de 2008, que restringiu os investimentos. A área colhida em 2013 foi de 9,8 milhões de hectares, beneficiada por uma maior renovação dos canaviais e pelas melhores condições climáticas.

A região brasileira com maior área plantada e colhida de cana-de-açúcar se concentra nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil.

A figura 1 mostra, em vermelho, as áreas onde se concentram as plantações e usinas produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, segundo dados oficiais do IBGE, da Universidade Estadual de Campinas – SP (UNICAMP) e do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

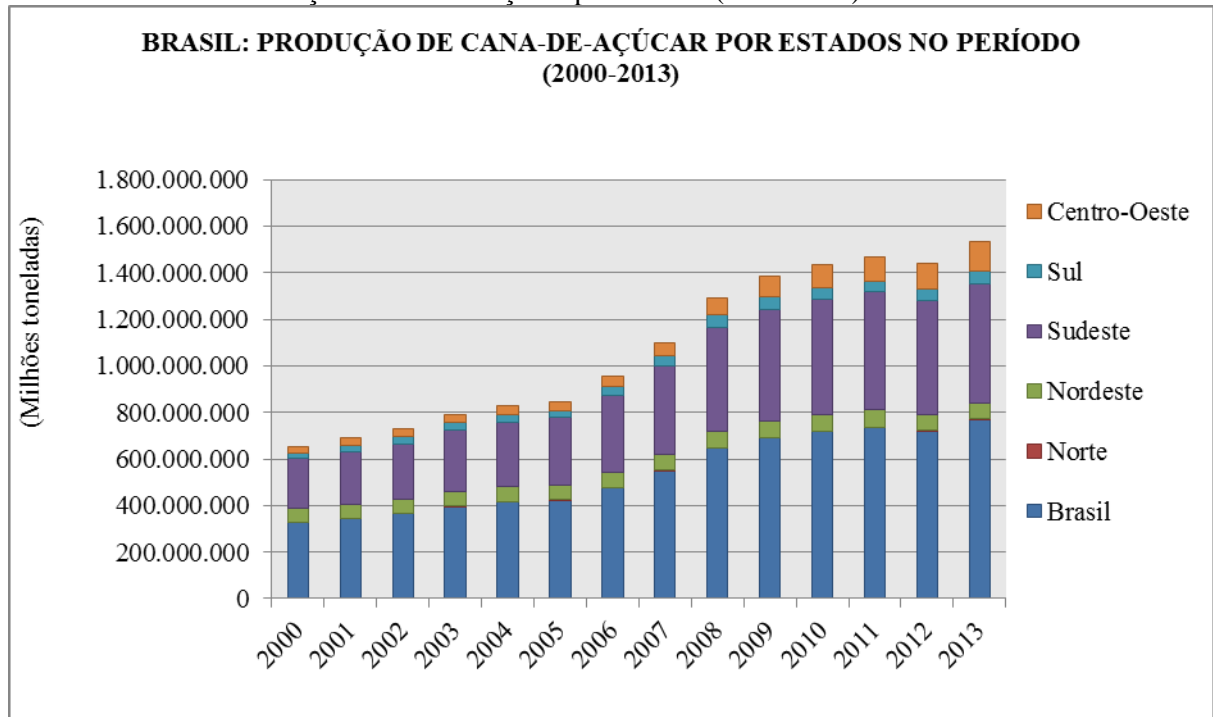
Figura 1 – Brasil: Área plantada de cana-de-açúcar (2014)



Fonte: NIPE-Unicamp, IBGE e CTC, Sindaçúcar e Siamig (2014).

Segundo a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), o estado de São Paulo, responsável por 53,2% da produção nacional, apresenta um incremento de 6,7% na produção, com a recuperação da produtividade dos canaviais. Contudo, os maiores incrementos percentuais na produção foram verificados na Região Centro-Oeste, área de expansão dos canaviais nos últimos anos. Os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás apresentam incrementos na produção de 18,1%, 17,5% e 14,7%, respectivamente, impulsionados pelo crescimento da área a ser colhida. Na Região Sul, o maior produtor é o Paraná, com quase 98,0% da produção. O Estado vem se recuperando da seca de 2012, obtendo um aumento de 2,6% na produção. O cultivo apresenta boa qualidade, tendo sido colhido cerca de 70,0% da área. Os preços variaram de R\$ 50,54 a tonelada da cana no campo, até R\$ 53,73 a tonelada da cana na esteira das Usinas e Destilarias.

Segundo a UDOP, a região Nordeste apresentou ligeira recuperação em relação ao ano anterior, com um crescimento de 2,6% na produção e 3,4% no rendimento. Os principais estados produtores Alagoas, Pernambuco, Bahia e Paraíba obtiveram incrementos na produtividade na ordem de 1,9%, 6,3%, 5,0% e 7,0% respectivamente. O Gráfico 6 mostra esse processo de evolução da produção de cana-de-açúcar no período que vai de 2000 a 2013.

Gráfico 6 - Brasil: Produção de cana-de-açúcar por estados (2000-2013)

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de 2000-2013 - Org.: Silva, L.C.S. (2015).

A expansão recente da agroindústria canavieira no Brasil foi viabilizada principalmente através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e social (BNDES). Somente em 2010, o BNDES forneceu R\$ 7,4 bilhões para o setor. Durante os oito anos do governo Lula, o total de empréstimos obtidos pelos usineiros chegou a R\$ 28,2 bilhões. Esses desembolsos representam um crescimento nos investimentos com intensidade superior a qualquer outro segmento econômico no país.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a produção nacional de cana-de-açúcar chegou a 755.624.349 toneladas numa área plantada de 10.376.180 hectares, menores respectivamente em 1,1% e 1,7%, quando comparadas as estimativas de janeiro. Já o rendimento médio de 70.880 kg/ha, encontra-se 2,3% maior.

O apoio estatal para o agronegócio inclui constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, crédito a juros subsidiados e segurança de mercado, através de acordos internacionais de comércio e da retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis. Essa política ganhou força a partir de 2004, quando houve uma forte queda do preço da soja no mercado internacional e grandes produtores foram salvos pelo Programa Nacional de Biocombustíveis. O mesmo ocorreu com as usinas de cana – muitas estagnadas ou falidas desde a extinção do Instituto do açúcar e do Alcool, em 1990 – que “ressuscitaram” a produção de etanol com a injeção de novos recursos públicos.

A cana-de-açúcar no Brasil tem despertado o debate sobre problemas causados pela expansão desenfreada dessa monocultura no território brasileiro. Uma dessas preocupações é o aumento do preço da terra e a diminuição da oferta de alimentos no país. Segundo Delgado (2009) dessa forma,

com a expansão que já está acontecendo na produção de agrocombustíveis, e que provavelmente vai se acentuar no futuro, dificilmente a continuidade do aumento da produção para exportação nos termos em que está ocorrendo deixará de provocar uma grande pressão alta sobre o preço da terra, correndo o risco de desestruturar a produção interna de alimentos, a menos que seja protegida pela intervenção governamental reguladora. Se houver uma estagnação na produção de alimentos, a tendência à elevação dos preços será inevitável e, mantido o ajustamento externo via exportações agropecuárias, o mais provável é que a política macroeconômica seja utilizada para reduzir o crescimento da economia, diminuindo, como consequência, a demanda doméstica e o mercado interno. (DELGADO, 2009, p. 31).

Delgado (2009) nos alerta sobre as consequências socioeconômicas dessa expansão da produção de agrocombustíveis no país o que tem causado o aumento de preços da terra e possivelmente uma diminuição da oferta de alimentos, situação que obriga o governo a repensar suas políticas de incentivos de expansão dos agrocombustíveis.

Outro problema dessa expansão da cana no território brasileiro são os efeitos ambientais à fauna e à flora nas regiões aonde a lavoura canavieira chega porque destrói a paisagem e as formas de vida tradicionais. Segundo Carvalho (2007),

a expansão do cultivo da cana-de-açúcar tende a consolidar o modelo econômico dominante na agricultura brasileira que é a afirmação das grandes áreas de monoculturas (como na soja, algodão, milho e outros cereais) e a artificialização da agricultura, esta a através dos cultivos transgênicos, fertilizantes de origem industrial, uso intensivo de agrotóxicos e de herbicidas, da automação, da mecanização pesada e da aviação agrícola. Esse modelo é ambientalmente insustentável e favorece a degradação ambiental. (CARVALHO, 2007, p. 1, grifos do autor).

Nesse movimento de expansão da monocultura da cana, o desmatamento do Cerrado ganha uma nova causa importante, ao lado das principais já existentes (expansão das fronteiras agrícolas das culturas de grãos, novas pastagens para a pecuária e produção de carvão vegetal). Vale destacar que o Cerrado vem sofrendo um intenso processo indiscriminado de ocupação por meio da implantação de empresas ligadas ao agronegócio, onde Mendonça (2004) destaca que,

o Estado, pressionado pelos interesses empresariais e comerciais, ansiosos para a ampliação da fronteira agrícola, se omitiu da responsabilidade de debater com a sociedade o processo de ocupação “racional” do Cerrado. Preferiu mascarar e/ou se esconder por detrás do discurso de que o *progresso beneficiaria a todos*, sem, no entanto, subsidiar pesquisas para verificar os impactos sociais e ambientais e,

inclusive, mapear e catalogar as potencialidades presentes nessas áreas. (MENDONÇA, 2004, p. 28, grifos do autor).

O capital agroindustrial nacional e estrangeiro tem pressionado o Estado brasileiro para ocupar novas áreas tendo em vista a ampliação de suas fronteiras agrícolas. Tal fato tem gerado um avanço desenfreado e irresponsável da agricultura sobre o bioma Cerrado causando sérios impactos ambientais e sociais o que vem alterando a forma de vida do trabalhador camponês, pois este vem sendo expulso de suas terras, pressionado pelo grande capital agroindustrial que ao avançar seu projeto expansionista nessas áreas de Cerrado (re) ordena o território e o trabalho. Nesse sentido, Mendonça (2004) nos alerta para a necessidade de compreendermos essa trama do capital e seus rebatimentos.

[...] Por isto, cabe aos geógrafos compreender a efetiva materialidade e subjetividade do capital e do trabalho, apontando por meio das leituras geográficas as possibilidades emancipatórias construídas no processo cada vez mais forte de controle do capital nas áreas de Cerrado. É necessário (des) construir os mitos acerca do progresso e dos estereótipos, ainda presentes no imaginário social e cultural dos povos cerradeiros. Ao se ideologizar a improdutividade da terra transfere-se diretamente para os trabalhadores/produtores a responsabilidade pela parca produção capitalista nessas áreas, fundamentando as teses do atraso, da preguiça e da brejeirice em que se encontravam os camponeses e os trabalhadores da terra, reforçando as teses para “modernizar” essas áreas. (MENDONÇA, 2004, p. 174, grifos do autor).

Para Mendonça (2004) o capital impõe aos trabalhadores camponeses a ideologia da modernidade e que suas técnicas de cultivar a terra são atrasadas e por isso não produzem a contento. Essas formas de domínio da terra e do trabalho na região do Cerrado pelo capital tem o estado como parceiro econômico para avançar o agronegócio nessas terras.

Segundo o Ministério da Agricultura (MAPA), a política nacional para a produção da cana-de-açúcar se orienta na expansão sustentável da cultura, com base em critérios econômicos, ambientais e sociais. O programa Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAEcana), lançado em 2008 regula o plantio da cana, levando em consideração o meio ambiente e a aptidão econômica da região. A partir de um estudo minucioso, são estipuladas as áreas propícias ao plantio com base nos tipos de clima, solo, biomas e necessidades de irrigação. Segundo a ONG Repórter Brasil,

o discurso do governo federal em torno do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAEcana) é o de que o Brasil pode aumentar a produção de etanol sem destruir o Pantanal, a Bacia do Alto Paraguai e a Amazônia. No entanto, uma série de empreendimentos sucroalcooleiros em andamento nas zonas de 22 exceção podem se tornar incômodas pedras no sapato desse projeto. Além de permitir que usinas já em atividade nos biomas proibidos se mantenham onde estão. O PL 6.077/2009 destaca que as novas regras não valem para “instalação e operação de unidades industriais que possuam licença ambiental regularmente concedida até 17 de setembro de 2009”. (ONG Repórter Brasil, 2007, grifos do autor).

A expansão da cana-de-açúcar no Brasil, no início do século XXI, sob o argumento de que a cana seria portadora do desenvolvimento e do progresso tem sido colocada em questão, pois pelo que observamos apenas o grande capital tem se beneficiado com o aumento da produção de cana no território brasileiro causando impactos ambientais principalmente nas áreas de Cerrado e agora avançando sobre a Amazônia e o Pantanal.

A territorialização da cana-de-açúcar, na sua origem, mostrou-se agressiva não apenas pelo desmatamento da Mata Atlântica na região Nordeste, no primeiro momento, mas pela subordinação dos índios e africanos, forçados a trabalharem na forma de escravidão e, quando resistiam, eram açoitados e mortos pelos portugueses. Assim, nascia a economia canavieira no século XVI que procurou abastecer o mercado europeu de açúcar. Um açúcar que na sua composição, havia “suor e sangue de inocentes” que foram duramente escravizados, humilhados, explorados.

No século XX, a cana-de-açúcar ganha maior destaque porque, através dela, foi possível a obtenção do álcool para a produção de energia em um momento em que o mundo descobriu que o petróleo era uma fonte de energia não-renovável e poluía o ambiente mais que o álcool extraído da cana-de-açúcar. O Estado encabeça vários projetos que visavam maior produtividade de álcool extraído da cana-de-açúcar, como o Proálcool, em 1973 sinalizando que uma nova era dos biocombustíveis estava começando. O espaço agrário brasileiro vivera uma nova fase com maior concentração de terras e maior exploração do trabalho e da degradação do ambiente.

A cana-de-açúcar, impulsionados pela modernização tardia, iniciada na década de 1960, se expande de uma forma nunca vivenciada no Brasil (re) ordenando o território para o capital agroindustrial canavieiro. Viviam-se uma euforia, pois acreditavam que agora sim, a produção de cana seria portadora do progresso que tanto o país esperava séculos. A euforia dava lugar a incertezas quando no final dos anos 1980, o Brasil enfrentara uma de suas maiores crises econômicas com reflexos diretos no setor agroindustrial canavieiro com o fechamento de dezenas de agroindústrias.

Em pleno século XXI, a cana-de-açúcar ainda exerce um papel importante na economia brasileira, foi nesse início de século que a cana-de-açúcar atingiu seu auge na produção na era Lula (2003-2010) com a política de incentivo a produção de biocombustíveis para abastecer carros de passeio, os chamados carros flex. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se encarregou de financiar os vários projetos de expansão do setor agroindustrial canavieiro na forma de empréstimos de dezenas de

bilhões de reais ao setor, não apenas para reequipar as agroindústrias já instaladas, mas também recuperar os canaviais.

A expansão desenfreada da cana-de-açúcar no território brasileiro foi acompanhada de violações das leis ambientais ao se apropriar da terra e destruir milhares de hectares de floresta em uma atitude criminosa contra o ambiente natural, expulsando os pequenos camponeses de suas terras (os verdadeiros donos da terra) e oprimindo aqueles que opunham ao seu projeto hegemônico expansionista e explorador.

Na próxima seção discutiremos o avanço do capital agroindustrial canavieiro em direção ao estado de Minas Gerais e os desdobramentos socioespaciais decorrentes da expansão da cana-de-açúcar nessa porção do território.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA (MG)

Minas Gerais possui uma grande extensão territorial, os seus canaviais não se apresentam tão contínuos como ocorre no Nordeste oriental, em São Paulo, nem tão concentrado, como no Rio de Janeiro. A sua agroindústria canavieira, encarada do ponto de vista do desenho espacial, apresenta-se bem diferenciada diante do que ocorre nos estados grandes produtores. (ANDRADE, 1994, p. 77).

A territorialização da cana-de-açúcar no Estado de Minas Gerais ganhou força a partir da década de 1990, com a chegada de grupos canavieiros oriundos da região Nordeste que buscavam expandir seus negócios. O Triângulo Mineiro foi a região escolhida pelos empresários para implantação de dezenas de agroindústrias canavieiras nessa porção do espaço.

Queremos registrar que o cultivo da cana-de-açúcar em Minas Gerais é muito mais antigo e data ainda do período colonial graças à implantação de centenas de engenhos em várias regiões do Estado conforme atestou Godoy (2008).

Nesta seção empreenderemos esforços no sentido de compreender a trajetória da cana-de-açúcar no Estado de Minas Gerais a partir da década de 1990 e início do século XXI.

3.1 Considerações sobre a territorialização da agroindústria canavieira no Estado de Minas Gerais

Como veremos nessa seção, o foco será analisar o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Triângulo Mineiro, porção Oeste do Estado, que se consolida na década de 1990 e início do século XXI graças à instalação de dezenas de agroindústrias canavieiras por meio de grupos canavieiros de Alagoas e Pernambuco.

Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil. Somente a capital, Belo Horizonte, possui em torno de cinco milhões de habitantes em sua região metropolitana. Situa-se na região Sudeste e tem como limites São Paulo a Sul e Sudoeste, Mato Grosso do Sul a oeste, Goiás a noroeste (além de uma pequena divisa com o Distrito Federal), Espírito Santo a Leste, Rio de Janeiro a Sudeste e Bahia a Norte e Nordeste.

A trajetória da cana-de-açúcar em Minas Gerais começa ainda no século XVIII com a instalação dos primeiros engenhos no território e sua produção se destinava ao abastecimento do seu próprio mercado.

Na visão de Andrade (1994), até o início da década de 1990, o álcool e o açúcar não tiveram uma importância na economia mineira, em face da sua diversificação econômica: uma produção mineral; o peso de sua pecuária de leite e de grãos; a importância da produção de café e de grãos.

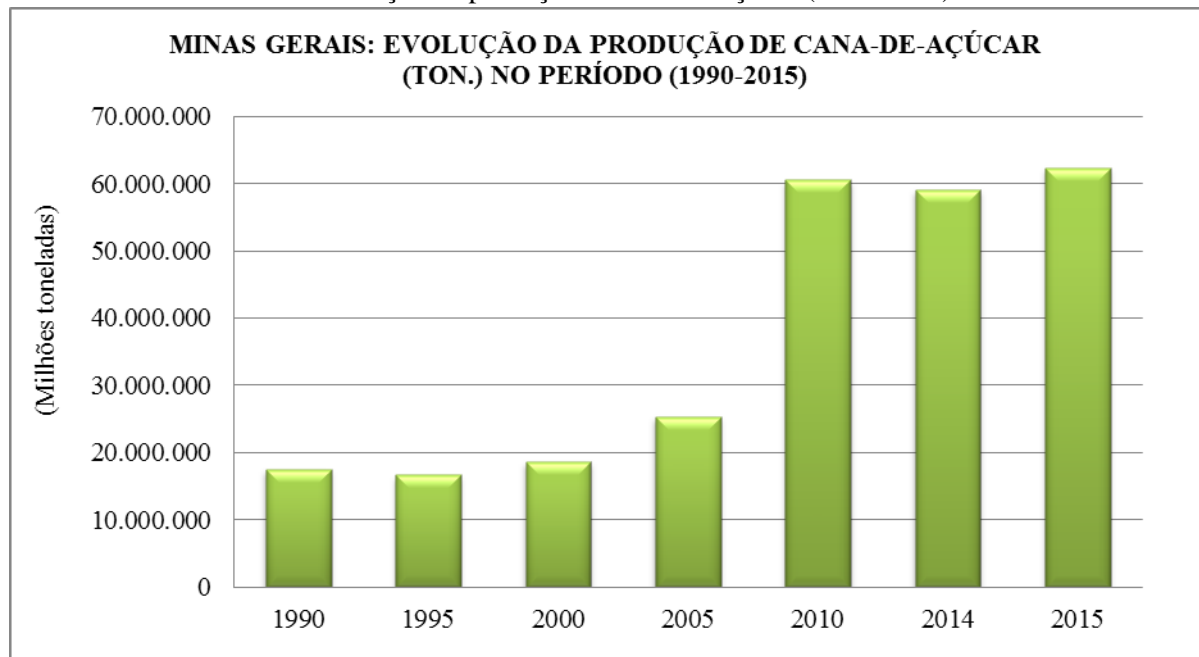
Essa realidade começa a mudar com a territorialização de grupos canavieiros vindos da região Nordeste em busca de expandir a cana-de-açúcar em Minas Gerais, principalmente no Oeste do Estado, no Triângulo Mineiro.

No século XX, com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), em 1975, Minas Gerais foi um dos estados que mais se beneficiaram com o Proálcool, pois vivia uma preocupação acentuada com a dinamização da economia, promovendo programas de modernização e crescimento industrial, de construção e estradas e integração da região setentrional à área polarizada sua capital, de desenvolvimento da agricultura de café e de grãos no Cerrado e de expansão dos canaviais (ANDRADE, 1994).

A produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais tem ganhado destaque, principalmente na década de 1990 e início do século XXI devido a demanda nacional e internacional do etanol e do açúcar e graças aos investimentos públicos no setor canavieiro. Conforme Thomaz Júnior (2010),

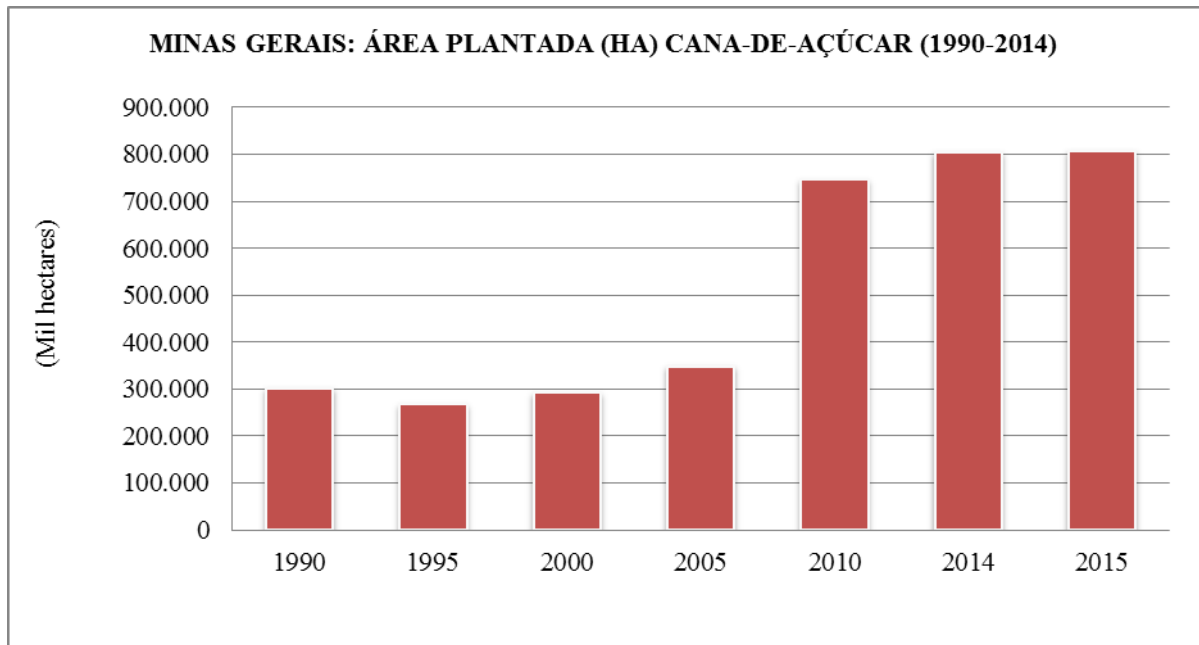
o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados/retornos obtidos são complementados/potenciados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso a água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea, sobretudo os aquíferos Caiuá-Bauru e Serra Geral, no Centro Sul do País, índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da planta (cana-de-açúcar, soja etc.). (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 3).

A consolidação da produção de cana-de-açúcar no estado de Minas Gerais ocorre no período que se estende de 1990 a 2015 (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Minas Gerais: evolução da produção de cana-de-açúcar (1990-2015)

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – Série histórica da Produção de cana-de-açúcar Minas Geral (1990-2015) - **Org.:** Silva, L. C. S. (2015).

A Companhia de Abastecimento (Conab), Minas Gerais é o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar do país respondendo por 8,9% da área plantada, atrás de São Paulo que concentra 51,7% da produção e Goiás com 9,8%. Ainda segundo a Conab, Minas Gerais deverá produzir 62,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar nesta safra de 2015/2016, em uma área estimada de 811,2 mil hectares. Estima-se um incremento de 4,9% na produção de cana-de-açúcar em relação à safra passada, em razão do aumento de 0,7% na área plantada e de 4,1% na produtividade. Verificamos no Gráfico 8, a evolução da área plantada no estado.

Gráfico 8 – Minas Gerais: área plantada (hectares) cana-de-açúcar (1990-2014)

Fonte: Companhia nacional de abastecimento (CONAB) – Série histórica da Produção de cana-de-açúcar Minas Gerais 1990-2015 - **Org.** Silva, L. C. S. (2015).

Na avaliação do presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG), Mário Campos, "a safra mais alcooleira ocorre em virtude do atual mercado em Minas Gerais, que devido aos incentivos do governo, como a redução do ICMS, vai demandar mais o combustível renovável, já que esse tem preços mais competitivos do que os da gasolina. Também contribuiu para a mudança, os valores baixos e o mercado pouco demandado do açúcar. Diante as dificuldades, as usinas estão priorizando a produção de etanol em detrimento ao açúcar."

O setor sucroenergético vive um momento de boas expectativas, em que pese os resultados dos anos anteriores, com incentivos fiscais anunciados pelo governo de Minas Gerais que resultaram em recorde de consumo em outubro passado, quando o estado registrou alta de 147,6% no consumo do combustível verde. Com maior competitividade com a gasolina, a fabricação de etanol passou a ser uma melhor opção para as Unidades de Produção. Esse fator vem impedindo que o produto tenha uma maior valorização nos mercados interno e externo, acontecendo, tão somente, oscilações de natureza de mercado.

O desenvolvimento da agroindústria canavieira em Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro, consolida-se na década de 1990 e início do século XXI com a instalação de dezenas de agroindústrias canavieiras. Os grupos canavieiros João Lyra, Carlos Lyra e Tércio Wanderley, ambos do estado de Alagoas. As condições naturais favoráveis ao

desenvolvimento da cana-de-açúcar é o fator principal de atração desses grupos canavieiros para essa região de Minas Gerais, onde Souza e Cleps (2009) destacam que:

no mesmo sentido, o estado de Minas Gerais apresenta condições naturais que convergem a favor do cultivo da cana-de-açúcar, principalmente a região do Triângulo Mineiro e alto Paranaíba, uma vez que os dados do zoneamento agroclimático do estado caracterizam o solo da região como sendo de aptidão regular nos níveis de manejo B e C, significando que se trata do segundo e o terceiro melhores para cultivo, e o terceiro com vasta área contínua para produção agrícola do Estado. (SOUZA; CLEPS, 2009, p. 9).

Conforme os autores (SOUZA; CLEPS, 2009), o Triângulo Mineiro apresenta não apenas solos adequados e uma topografia relativamente plana, mas também possui um clima propício ao cultivo dessa monocultura o que tem despertado o interesse de várias empresas ligadas a agroindústria canavieira.

Dessa maneira, pode-se inferir que, são “aptos” e de melhor adequação à cultura da cana, o solo das regiões oeste de Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Além disso, o clima tropical com inverno seco e frio e verão quente e chuvoso, também viabiliza o desenvolvimento da monocultura na região, visto que o comportamento pluviométrico apresenta no saldo de precipitações anuais uma variação de 1200 a 1500 milímetros, identificada como adequada para o cultivo de soja e cana-açúcar. (SOUZA; CLEPS, 2009, p. 9).

Essas condições naturais têm contribuído para a expansão recente da cana-de-açúcar nessa região. Oliveira (2009), ao estudar a expansão da cana-de-açúcar em Minas, reforça que:

no estado de Minas Gerais, o apoio do governo do estado, inclusive atraindo novos investidores, somado a disponibilidade de terras férteis (que são comparadas às terras da região de Ribeirão Preto/SP) e com baixa declividade, que favorece o processo de mecanização; boas condições climáticas; grande disponibilidade de terras, sobretudo para arrendamento e ou contratos de fornecimento; abundância de água (principalmente nas porções sul, oeste e norte do Triângulo Mineiro, banhadas pelo Rio Grande e Rio Paranaíba, respectivamente); logística para escoamento da produção através de ferrovia, rodovia e perspectiva de construção do alcooduto, entre outros fatores, têm influenciado na constituição desse novo desenho territorial e produtivo implementado pelo agronegócio canavieiro, não só em Minas Gerais, mas em todas as frentes de expansão visitadas e áreas já tradicionalmente produtoras. (OLIVEIRA, 2009, p. 242-243).

Dentre as questões levantadas pela autora (Oliveira, 2009), podemos destacar dois pontos primordiais que é o domínio da terra e da água. Esses dois componentes configuram a base do sucesso do capital agroindustrial canavieiro no Brasil e em Minas Gerais. Na visão de Thomaz júnior (2010),

Em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo

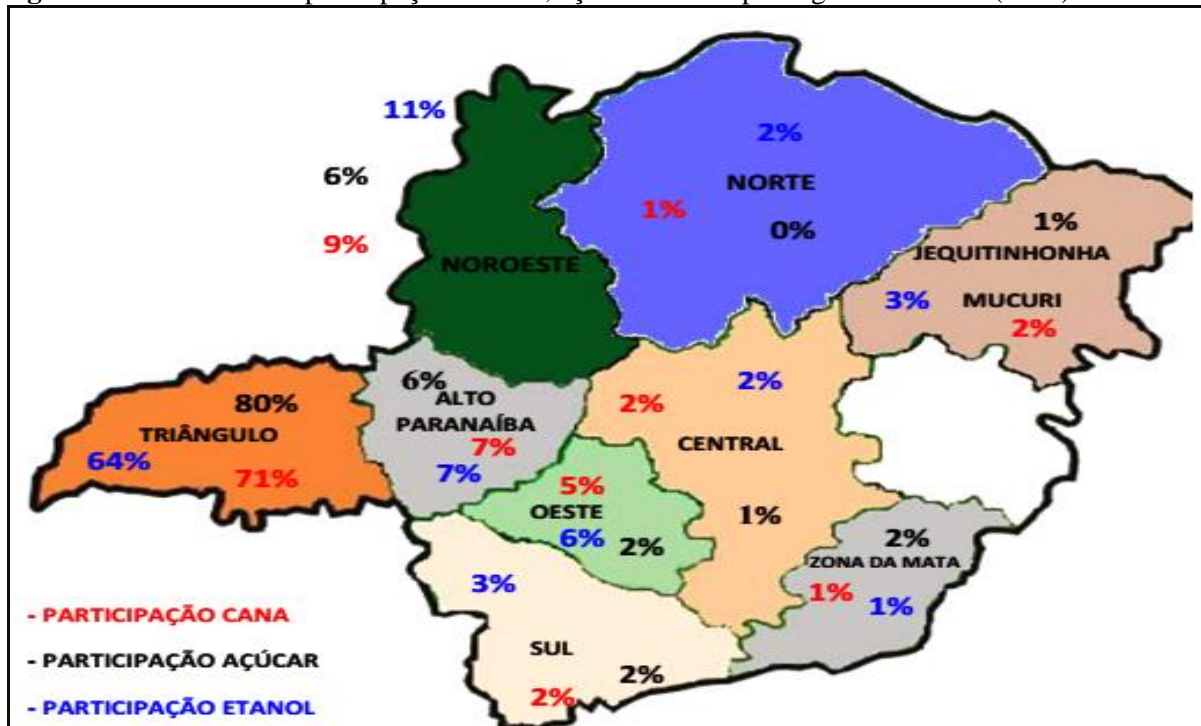
de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das Veredas e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as grandes regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 7).

Ainda segundo Thomaz Júnior (2010), a interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses.

O discurso do governo e do setor canavieiro de que é necessário investir em energia limpa e menos poluente tem gerado um alto investimento de capital para a expansão desenfreada da cultura da cana-de-açúcar em Minas Gerais e no Brasil. Mas a que custo essa expansão vem se dando no território? Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

Esse crescimento na produção de cana-de-açúcar no estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, o aumento da produção de etanol e açúcar evidencia o potencial produtivo do Estado, conforme podemos observar na figura 2.

Figura 2 - Minas Gerais: participação de cana, açúcar e etanol por região do Estado (2015).

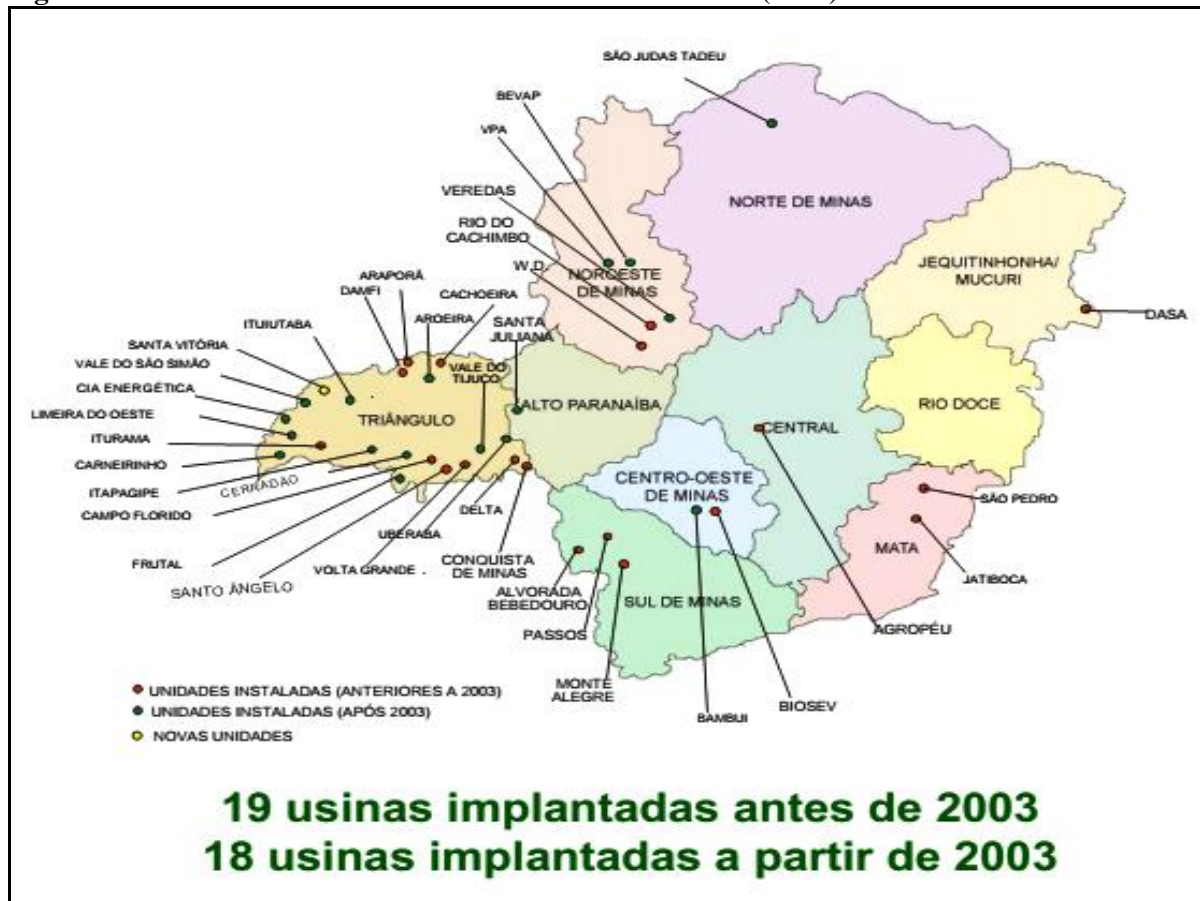


Fonte: SIAMIG/SINDAÇÚCAR/MG (2015).

A figura 2 permite verificar que o Triângulo Mineiro se destaca na produção de cana, etanol e açúcar, sendo responsável por 71% da produção de cana, 80% da produção de açúcar e 64% da produção de etanol. Esses dados reforçam o potencial produtivo dessa região, colocando o estado de Minas Gerais no terceiro lugar no ranking da produção nacional.

O Estado de Minas Gerais possui 37 agroindústrias canaveiras instaladas no seu território. Até o ano de 2003, havia apenas 19 agroindústrias canaveiras funcionando no estado. Após 2003, são instaladas mais 18 agroindústrias. Dessas, 23 produzem açúcar e etanol, 12 produzem apenas etanol e 2 somente açúcar conforme figura 3.

Figura 3 - Perfil do setor canaveiro no estado de Minas Gerais (2015)



Fonte: SIAMIG/SINDAÇÚCAR/MG (2015).

A espacialização das agroindústrias canaveiras em Minas Gerais, com maior concentração no Triângulo Mineiro, reforça o potencial que essa região possui na produção de cana-de-açúcar do estado. Conforme Thomaz Júnior (2010),

o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados/retornos obtidos são complementados/potenciados pelo

acesso às melhores terras (planas, férteis, localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso a água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea, sobretudo os aquíferos Caiuá-Bauru e Serra Geral, no Centro Sul do País, índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da planta (cana-de-açúcar, soja etc.). (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 3).

Quem possui as melhores terras, bem localizadas e, portanto, favoráveis ao desenvolvimento da atividade canavieira acaba sendo mais bem remunerado. (OLIVEIRA, 2009). Nesse sentido, temos as disputas por terras que envolvem os trabalhadores camponeses e as agroindústrias canavieiras. Essa dominação e controle da terra e da água tem gerado fissuras e fragmentações. Mas é nesse campo de rupturas e disputas que os trabalhadores (assalariados, posseiros, ribeirinhos, camponeses etc.) constroem suas organizações e põem em práticas lutas de resistência e pleiteiam por meio de diversas ações acesso à terra, reforma agrária, emprego e, mais recentemente, acesso a água. (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

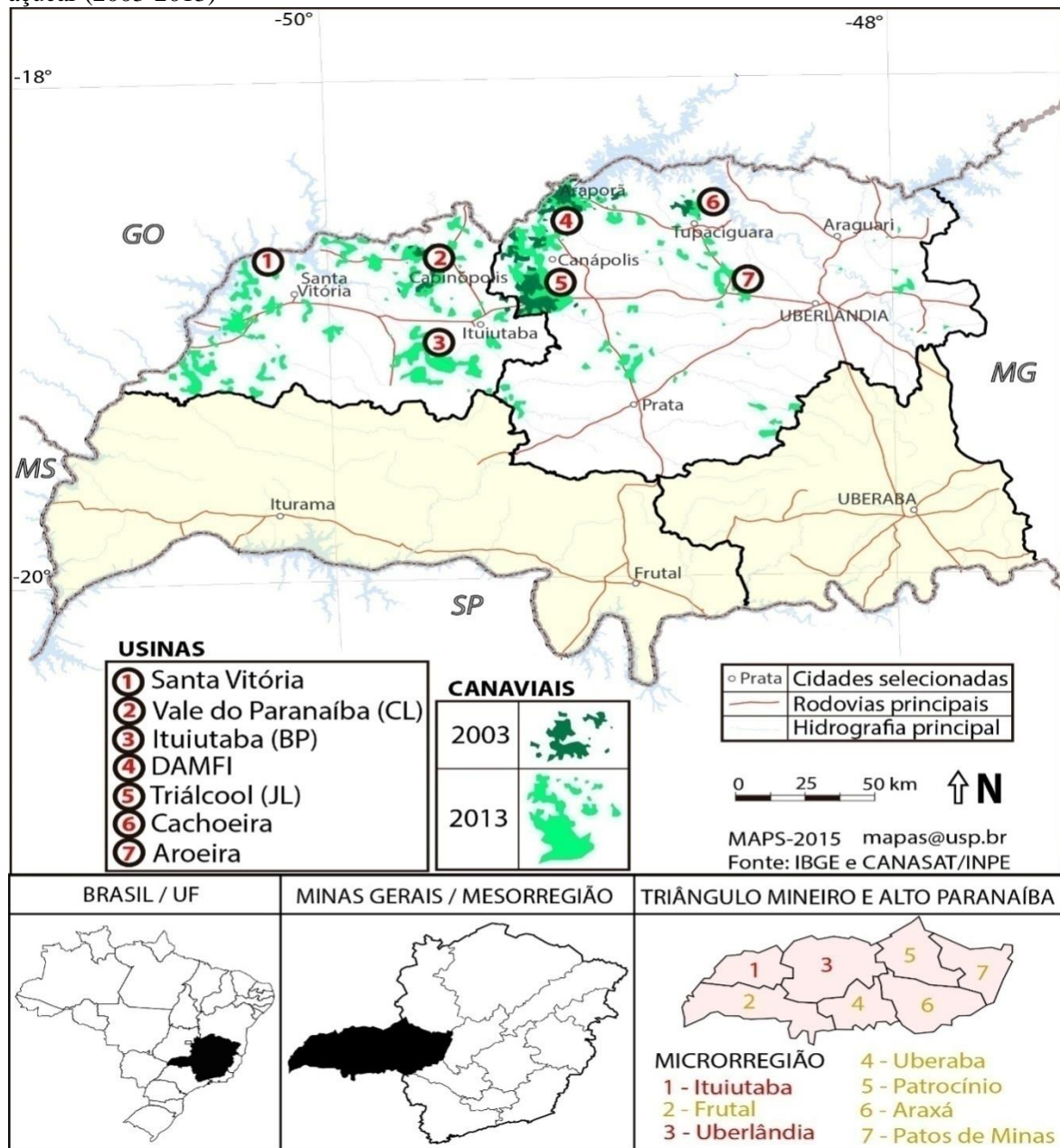
A (re) inserção da cana-de-açúcar no Estado de Minas Gerais a partir da década de 1990 vem (re) desenhando o espaço agrário desse Estado e (re) definindo o território com desdobramentos sociais e ambientais que precisam ser pensados a luz da Geografia porque coloca em risco a soberania alimentar e aumenta ainda mais as desigualdades no campo e na cidade.

No próximo item trataremos, com mais detalhes sobre as agroindústrias canavieiras situadas na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG), destacando as agroindústrias canavieiras LAGINHA/AS - Unidades Triálcool e Vale do Paranaíba, ambas pertencentes ao grupo alagoano João Lyra.

3.2 A cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) e os rebatimentos no território e no trabalho

A Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) é constituída pelos municípios de Cachoeira Dourada, Ituiutaba, Santa Vitória, Gurinhatã, Capinópolis, Ipiaçú e Canápolis, conforme Mapa 1. Essa região vem se afirmando como uma localidade de alto potencial produtivo de cana-de-açúcar porque oferece as condições necessárias para o desenvolvimento dessa cultura, pois além de possuir solos férteis, com destaque para o latossolo vermelho-amarelo rico em ferro e um clima tropical com estações bem definidas, possui um relevo que facilita a logística e o escoamento da produção de cana-de-açúcar nessa região.

Mapa 1 – Microrregião Geográfica de Ituiutaba e de Uberlândia (MG): espacialização da cana-de-açúcar (2003-2013)



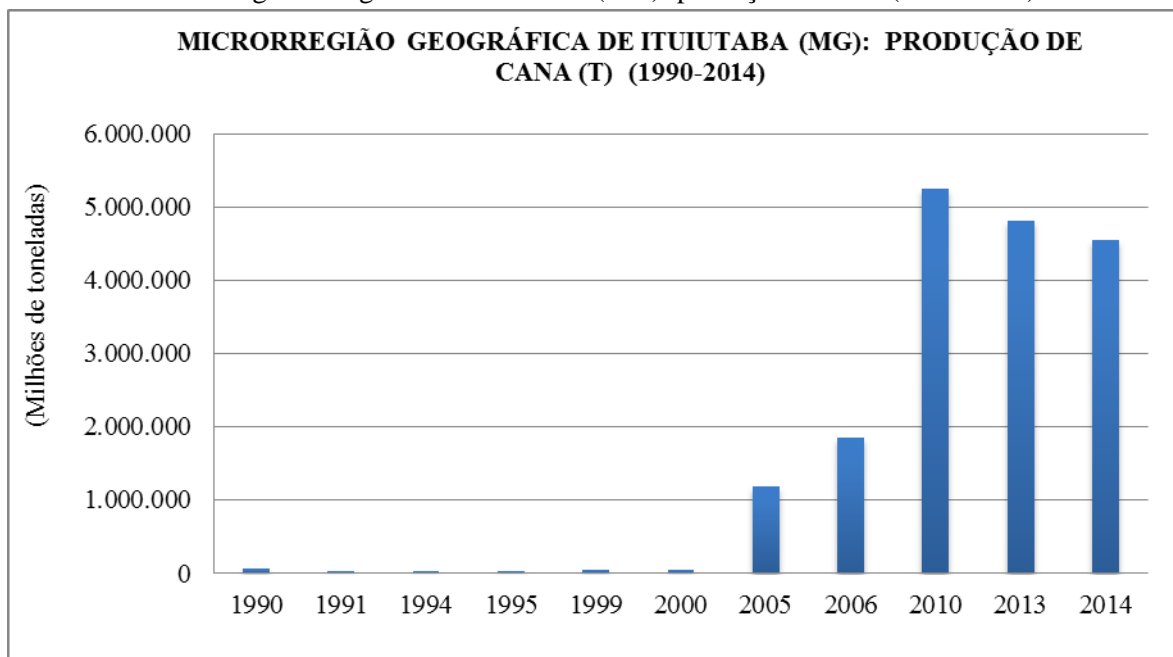
Fonte: IBGE (2015). Org. Silva, L. C. S. (2015). Elaboração: Sampaio, M. A. P. (2015).

Os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Ituiutaba vêm conseguindo alavancar seus números, mesmo naqueles em que não existem agroindústrias canavieiras em seus territórios como é o caso de Ipiacú, Cachoeira Dourada e Gurinhatã. Dentre os motivos desse processo podemos destacar os altos investimentos para expandir essa monocultura o que afeta diretamente o pequeno agricultor que acaba por ser expropriado de pequenas e médias propriedades, abrindo espaço para o avanço da cultura canavieira e o aumento da concentração de terras que, na opinião de Carvalho (2009):

os resultados desse processo, além das mudanças nas relações de trabalho, residiram, principalmente, na degradação e perdas das terras de pequenos agricultores, visto que os objetivos eram direcionados para a ampliação da matéria-prima em extensas áreas plantadas, sendo esses pequenos agricultores postos a margem do processo. Além do crescimento das matérias primas, outro ponto importante reside no direcionamento para o aumento da escala de produção, objetivando ampliar o capital, influenciando diretamente na concentração fundiária e na especulação de terras. (CARVALHO, 2009, p. 90).

O gráfico 9 apresenta a produção em toneladas da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba nos anos 1990 a 2012.

Gráfico 9 - Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): produção de cana (1990-2014)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2015) - **Org.:** Silva, L. C. S. (2015)

A entrada do capital internacional no setor agroindustrial canavieiro no Brasil, em especial na Microrregião Geográfica de Ituiutaba a partir da década de 1990 provocou a redução das áreas destinadas à agricultura camponesa, prejudicando o homem do campo, que enfrenta cada vez mais dificuldades de permanecer neste espaço, visto que as políticas governamentais forçam sua expulsão em decorrência de se priorizar a agroindústria destinada à produção de monoculturas voltadas à exportação, em detrimento da agricultura familiar/camponesa, levando esse camponês a tornar-se mão-de-obra nas agroindústrias, além de trabalhar em outras atividades seja no campo ou na cidade, visto que o mesmo não detém os meios de produção, vendendo sua força de trabalho aos detentores, geralmente a um custo muito baixo, conforme argumenta Santos (2009):

O capitalismo, entendido como categoria de interpretação histórica, constitui um sistema em que a força de trabalho transforma-se em mercadoria, sendo comprada e vendida como qualquer objeto de troca. Esta situação viabiliza-se pela concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe – os capitalistas que produzem o seu capital, com a exploração de outra classe – a dos trabalhadores, que destituídos dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, como fonte de subsistência. (SANTOS, 2009, p. 41).

Nesse sentido, a autora (SANTOS, 2009) defende que o capitalismo enquanto um sistema econômico e que visa somente o lucro, considera a força de trabalho como mercadoria, pois esta deve ser explorada ao máximo, quando essa força de trabalho não for mais útil torna-se descartável, sendo substituída por outra, como mercadoria que perde sua validade. Ou seja, a força de trabalho humana só é interessante até o momento em que o capitalista, dono dos meios de produção, consegue ter lucros à custa desse trabalhador que vende sua força de trabalho como o único meio de sobrevivência.

A entrada do capital agroindustrial canavieiro na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) provocou (re) arranjos socioespaciais no campo e nas cidades dessa região. No campo, a agricultura camponesa foi forçada a vender ou arrendar suas terras para o plantio de cana comprometendo a produção de alimentos e empurrando esses trabalhadores para morarem na cidade. Na cidade, houve uma concentração de pessoas seja de agricultores camponeses que arrendaram suas terras, sejam de trabalhadores migrantes que saíram da região Nordeste em busca de trabalho nessas agroindústrias canavieiras.

3.3 A British Petroleum (BP) - Unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda

A Agroindústria British Petroleum (BP), unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda. se instalou na região de Ituiutaba com a aquisição da Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA) a partir de 2011. Nessa empresa praticamente não existe o corte de cana-de-açúcar de forma manual, visto que a mesma é mecanizada e sua produção voltada ao mercado externo.

Durante pesquisa de campo na agroindústria canavieira BP, em outubro de 2012, foi relatado que a mesma possui cerca de dois mil funcionários efetivos e aproximadamente mil terceirizados. Cada setor conta com pelo menos sete empregados em cada um dos três turnos, existindo comunicação entre os setores. Para compor o quadro de funcionários dessa empresa é necessário possuir algumas qualificações, dentre elas: para o setor administrativo exige-se ensino superior e boa comunicação e saber defender a imagem da empresa.

Conforme relato verbal do gerente de operações da British Petróleo, o senhor Genildo Santos, a empresa enfrenta dificuldades ao compor o quadro de funcionários em determinadas áreas, pois não existe mão de obra qualificada na cidade onde se localiza essa unidade, fato que contribui para que o quadro de funcionários qualificados seja em grande parte do estado de São Paulo. Constatamos que a mesma pretende investir em longo prazo na região com uma estimativa de se produzir o triplo até o ano de 2020 do que atualmente é produzido (Foto 1).

Foto 1 - Agroindústria British Petroleum (BP) - Unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda (2014)



Fonte: Sampaio, M. A. P (2014).

A unidade Ituiutaba tem a capacidade de processar 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar a cada safra, além de possuir uma capacidade de produção de 450 a 500m³ de álcool. A empresa possui autossuficiência na geração de energia elétrica, gerando 400 Megawatts ao dia e vendendo seu excedente a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), através do vapor procedente da queima de bagaço nas caldeiras. A decisão pela prioridade por determinado produto, açúcar ou etanol é baseado na demanda do mercado externo. Já sobre o tipo de açúcar produzido, essa agroindústria não produz o açúcar branco, produzindo apenas o tipo VHP⁷.

⁷O açúcar VHP é utilizado como matéria-prima para outros processos e destinado ao refino devido a sua alta polarização, podendo ser usado para o consumo, mas geralmente é exportado para vários países para produção do açúcar refinado. Trata-se de um açúcar bruto, que permite aos clientes transformá-lo em diferentes tipos de açúcares para o consumo.

Foi relatado por um de seus representantes que essa Agroindústria utiliza um sistema difusor destinado a moer o caldo da cana, que posteriormente se retira o excesso de caldo para ser utilizado na produção do açúcar.

Dentre as atividades desenvolvidas pela BP, destaca-se o reaproveitamento do vinhoto que é transformado em adubo e utilizado como fertilizante na parte agrícola da empresa, tratamento da água em que determinada quantidade da mesma é utilizada na produção de álcool e o restante utilizado na irrigação da cana-de-açúcar.

A água utilizada por essa Agroindústria no processo industrial, como lavagens de pisos e equipamentos é captado no rio da Prata e a água para o consumo é retirada de poço tubular.

Essa agroindústria canavieira British Petróleo possui uma caldeira com capacidade de produção de vapor de produção de 220 t/ hora, acoplada a 2 lavadores de gases, possuindo dois tanques de armazenamento de etanol com capacidade de armazenamento de 30.000m³, contando ainda com um posto de abastecimento de combustível com capacidade de armazenamento de 90.000 litros, sendo 2 tanques subterrâneos, sendo um de 60.000 mil litros e outro de 30.0000 litros para se armazenar álcool e gasolina.

A implantação da agroindústria canavieira British Petróleo foi cercada de muitas expectativas porque até, então, Ituiutaba (MG) não havia agroindústria canavieira no seu município, e com a chegada da BP, em 2006, o município começa a ganhar destaque na produção de cana-de-açúcar na região.

3.4 Agroindústria Canavieira Triálcool

A agroindústria Canavieira Lajinha S/A - Unidade Triálcool, situada no município de Canápolis (MG) foi incorporada ao Grupo João Lyra em 30 de novembro de 1988. Essa agroindústria tem capacidade de produção e distribuição superior a 2 milhões de sacas de cana-de-açúcar e 90 milhões de litros de etanol ao ano.

Dentre os motivos para a instalação da unidade Triálcool (Foto 2), nesse município, está a proximidade com duas importantes cidades, situada a 20 quilômetros de Ituiutaba e 100 quilômetros de Uberlândia, o que facilita a logística e o escoamento de sua produção, além da mesma localizar-se em uma região com grande disponibilidade de terras e solos férteis, o que proporciona a expansão dessa monocultura, com alto índice de precipitação pluviométrica.

Em um balanço divulgado por essa agroindústria canavieira, a unidade Triálcool, em novembro de 2008 possuía 24 fazendas próprias totalizando uma área total de 6.700,34

hectares e 76 fazendas arrendadas de produção de cana-de-açúcar numa área de 23.396,86hectares (Quadro 1), situadas nos municípios de Canápolis, Monte Alegre de Minas e Ituiutaba, todas do estado de Minas Gerais apresentando um valor resultante de reavaliação de ativos em torno de R\$ 168.000.000,00.

Foto 2 - Agroindústria LAGINHA/AS - Unidade Triálcool (2008)



Fonte: LAGINHA-S/A (2008).

A unidade Triálcool arrenda até 70 quilômetros de terras às usinas Alvorada, British Petroleum (BP) e Grupo Andrade, totalizando 700.000 toneladas de cana-de-açúcar. Esta unidade tem uma capacidade de processar 9.600 toneladas ao dia, tendo plantado uma área de 20.000 hectares na safra 2011/2012.

Essa Agroindústria geralmente comercializa de forma antecipada sua produção, possuindo flexibilidade para optar em produzir açúcar ou álcool, conforme a necessidade do mercado, além disso, a empresa é autossuficiente na produção de energia, transformando térmica em elétrica, através de geradores e vendendo o excedente a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Quadro 1 - Imóveis rurais próprios - Usina Triálcool (2008)

Nº	Nome/Fazenda
01	Piripá
02	Vera Cruz J. L.
03	Porteira Nova
04	Cutia
05	Soledade N. Sul
06	Água Azul
07	Pirapitinga Mata II
08	Córrego da Cutia
09	Cascalho Rico I
10	Cundungo B.
11	Pasto Meio
12	Grande
13	Bebedouro
14	Soledade II
15	Olaria
16	Natureza
17	Meeiros
18	Córrego dos Bois
19	Marupiara
20	Água Limpa
21	Germina
22	Ribeirão Monte Alegre
23	Mata Velha
24	Água Azul II
Área total: 6.700,34 ha	

Fonte: Laginha S/A (2008).

A grande quantidade de áreas de terras destinadas à produção de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Triálcool, nos revela o domínio sobre a água e a terra por parte dessas agroindústrias com desdobramentos na vida dos trabalhadores camponeses que, como dito anteriormente, são forçados a arrendar suas terras e migrar para a cidade e se tornar um novo proletário nos centros urbanos. Essa realidade é o reflexo das políticas públicas que privilegia os grandes latifundiários e, nesse caso, o capital agroindustrial canavieiro do país, em detrimento da agricultura familiar comprometendo a produção de alimentos no campo.

No ano de 2014 o grupo João Lyra decretou falência de todas as suas unidades produtivas em alagoas e em Minas Gerais e a agroindústria canavieira Triálcool permanece fechada aguardando decisão judicial para ser vendida ou arrendada por outro grupo canavieiro.

3.5 Agroindústria Canavieira Vale do Paranaíba

A agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, territorializada no município de Capinópolis (MG), faz parte do grupo alagoano João Lyra e foi inaugurada em 2003. Considerada moderna em relação às outras unidades do Grupo João Lyra, a Vale do Paranaíba possui um sistema de moagem por meio do processo de difusão⁸ onde o caldo da cana é extraído por meio de difusores. Com relação a colheita da cana-de-açúcar nos canaviais, esta ainda era realizada pelo corte manual, empregando centenas de trabalhadores nessa atividade considerada degradante conforme estudos recentes feitos por vários pesquisadores como Silva (1999), Santos (2009), Thomaz Júnior (2002, 2004, 2005) e Silva (2013).

Por meio de relatório divulgado pelo Grupo João Lyra, a usina Laginha Agroindustrial S/A - unidade Vale do Paranaíba, (Foto 3) situada no município de Capinópolis (MG), pertencente à região do Triângulo Mineiro foi adquirida pelo grupo em 2003.

De acordo com o grupo, essa unidade foi montada com tecnologia inovadora indo do plantio ao aproveitamento e transformação da matéria-prima com utilização de difusores. A mesma possui capacidade de 2,5 milhões de sacas anuais de cana-de-açúcar, além de produzir 110.000 m³ de álcool. A produção de 2007/2008 ficou em torno de 1,6 milhões de sacas de cana e 89.000 m³ de álcool.

⁸ A difusão consiste na condução da cana em aparelhos conhecidos como difusores, a fim de que a sacarose dissorvida ao material fibroso seja diluída e removida por lixiviação ou lavagem num processo de contracorrente. Visando reduzir a quantidade de água necessária, é feita uma operação de retorno do caldo diluído extraído. Assim, ao final da operação, quando o bagaço se apresenta exaurido ao máximo, faz-se a lavagem com água fresca. O líquido obtido dessa lavagem, contendo alguma sacarose que se conseguiu extrair do bagaço, é usado na lavagem anterior por ser um pouco mais rico e, assim sucessivamente. Esse retorno pode ser efetuado de cinco a 20 vezes, dependendo do grau de esgotamento desejado. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_103_22122006154841.html. Acesso em: junho de 2016.

Foto 3 - Agroindústria Laginha S/A - unidade Vale do Paranaíba (2008)



Fonte: Laginha S/A (2008).

Ainda, segundo o Grupo João Lyra, essa Agroindústria canavieira é totalmente automatizada opera através de difusores, proporcionando uma maior eficiência e rendimento em sua produção, e sua tecnologia permite produtividade de sacarose e baixo custo em manutenção, conforme mencionado anteriormente, além de possuir grande área irrigada e alto índice de produtividade agrícola devido ao aproveitamento da água utilizada no processo industrial e pela energia elétrica produzida nessa unidade.

Segundo dados do Grupo João Lyra⁹, a unidade Vale do Paranaíba, a mesma possui 14 fazendas próprias (Quadro 2) e mais 95 imóveis arrendados situados nos municípios de Capinópolis e Ituiutaba (MG), que apresentavam em novembro de 2008, um valor resultante de reavaliação de ativos no valor de R\$ 140.000.000,00 com uma área total de 3.225,95 hectares, já seu patrimônio em máquinas, equipamentos e veículos leves e pesados que compõem a unidade mencionada em novembro de 2008 possuía um valor resultante de reavaliação de ativos em torno de R\$ 177.000.000,00.

⁹ www.grupojl.com.br

Quadro 2 - Agroindústria canavieira Vale do Paranaíba: imóveis rurais próprios (2008)

Nº	Nome/Fazenda
01	Vale do Paranaíba
02	Queixada
03	Primavera
04	Queixada II
05	Barriguda
06	Redenção
07	Santo Antônio
08	Córrego da Queixada
09	Bonanza
10	Quilombo
11	Córrego das Flores I
12	N. Sra. Aparecida
13	Córrego das Flores II
14	Sertãozinho V
Área Total: 3.225,95 há	

Fonte: Laginha - S/A(2008).

Conforme dados da Secretaria de Agricultura de Capinópolis (MG) a maior parte das terras da agroindústria Vale do Paranaíba é arrendada. O município de Capinópolis (MG) é conhecido pela sua produção de soja, milho e sorgo e, com a chegada da cana-de-açúcar, há uma significativa redução dessas áreas de soja, milho e sorgo conforme estudaremos no capítulo 4 deste trabalho.

Essa agroindústria canavieira também permanece fechada, resultado da falência do grupo João no ano de 2014. Os trabalhadores dessas agroindústrias foram demitidos e não receberam seus direitos trabalhistas. Dessa forma, muitos trabalhadores ingressaram na Justiça do Trabalho para reclamarem seus direitos trabalhistas, como Fundos de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS) e demais direitos devidos pela empresa.

3.6 Companhia Energética Vale Do São Simão

A Companhia Energética Vale do São Simão (Foto 4), situada no município de Santa Vitória foi incorporada ao Grupo Andrade em 2007 e iniciou suas atividades em maio de 2010. Segundo o grupo, a agroindústria canavieira, já no ano de sua inauguração, iniciou sua primeira safra completa com expectativa de produção de 2 milhões e 200 mil sacas de cana-de-açúcar e 47 milhões de etanol.

Segundo informações coletadas no site¹⁰ da empresa, a mesma gera energia elétrica comercializando o excedente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), através da queima do bagaço. Além disso, está em construção uma linha de transmissão de 10 quilômetros ligando a usina à CEMIG.

Foto 4 – Agroindústria canavieira Vale do São Simão (2010)



Fonte: Grupo Andrade (2010).

Segundo informações coletadas no site¹¹ da empresa, a mesma gera energia elétrica comercializando o excedente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), através da queima do bagaço. Além disso, está em construção uma linha de transmissão de 10 quilômetros ligando a usina à CEMIG.

O Grupo Andrade, até o ano de 2010 havia sido investido na unidade de Santa Vitória, 450 milhões de reais com previsão de investimento de 1 bilhão até 2014, o que alavancará sua produção de 2 milhões para 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Algumas agroindústrias como a Triálcool e Vale do Paranaíba, pertencentes ao grupo João Lyra (falido desde 2014), realizavam a colheita da cana-de-açúcar manualmente com o trabalho de milhares de trabalhadores que migravam todos os anos para essa atividade do corte de cana.

¹⁰ www.grupoandrade.com.br

¹¹ www.grupoandrade.com.br: Acesso em: outubro de 2015.

As agroindústrias canavieiras British Petróleo e Vale do São Simão realizam a colheita da cana com máquinas colheitadeiras que substituem até 100 trabalhadores. A mecanização do corte de cana tem sido tema de vários debates no meio acadêmico porque milhares de empregos foram eliminados aumentando a massa de desempregados. Esses trabalhadores precisam ser recolocados no mercado de trabalho e poderem continuar vivendo. Outro problema é a baixa escolaridade desses trabalhadores. Sem uma escolaridade e sem qualificação profissional, esses trabalhadores serão vítimas do desemprego e terão que se submeter a outros tipos de trabalho mais degradante do que o corte de cana.

Na próxima seção discutiremos o processo de territorialização da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG). Essa agroindústria canavieira, pertencente ao grupo João Lyra, decretou sua falência em 2014, resultado da crise econômica mundial iniciada em 2008. Sua falência em 2014 resultou na demissão de milhares de trabalhadores, entre eles, migrantes da região Nordeste.

4 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: o município de Capinópolis (MG)

Entendo que a geografia é o estudo de como o arranjo do espaço reflete e ao mesmo tempo organiza as relações de troca metabólica que o homem e a natureza estabelecem entre si no curso da história. É um campo de saber que está assim numa relação orgânica constante com o processo de trabalho – o trabalho ontológico e o trabalho histórico-concreto – enquanto essência dessa relação de troca. É pelo trabalho que o homem muda da condição de ser natural em ser social. Assenhoreia-se como sujeito de seu caráter de autopoiesis comandando o auto fazer-se natural no vir-a-ser do auto fazer-se social de si mesmo. Dialectiza história natural e história social. E assim põe-se como homem que se harmoniza a si mesmo, historicizando a natureza ao tempo que naturicizando a sociedade, pelo processo do trabalho. É onde o espaço entra na troca metabólica do trabalho como uma economia política do espaço. (MOREIRA, 2014, p. 7).

Esse capítulo visa analisar as transformações socioespaciais no município de Capinópolis (MG), no período de 2003 a 2014, considerando os processos de expansão da cana-de-açúcar por meio da instalação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, pertencente ao Grupo canavieiro João Lyra, bem como os desdobramentos na vida dos trabalhadores migrantes que chegam ao município para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar.

A base principal da economia de Capinópolis (MG) está na agricultura. Bastante diversificada, a agricultura no município está concentrada na produção da soja, do milho e da cana-de-açúcar. Essa última passa por um processo de decadência em função da falência, em 2014, da agroindústria Vale do Paranaíba, pertencente ao Grupo canavieiro Alagoano João Lyra.

A cana-de-açúcar foi introduzida no município no início do século XXI, com a chegada do Grupo João Lyra nessa região. Ela trouxe mudanças significativas que foram sentidas não somente no campo, mas também na cidade. O primeiro reflexo se deu na paisagem rural do município que se transformou em um “mar de cana”. A outra mudança se deu na cidade com a chegada de centenas de trabalhadores migrantes no ano de início das atividades da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba que saíram do Nordeste para o trabalho no corte de cana nas lavouras da Usina Vale do Paranaíba territorializada no município. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (2016), a Vale do Paranaíba empregava, em média, oitocentos trabalhadores apenas no corte de cana no período de safra.

A cana-de-açúcar chega com a promessa de “progresso” e desenvolvimento para região, pois gerou emprego e renda para a população local e para os migrantes recém-chegados na cidade. Segundo dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 2000, a população de Capinópolis era de 14.403 habitantes. No Censo Demográfico de 2010, a população da cidade passou para 15.290, caracterizando um aumento populacional de mais de 800 pessoas. Esses dados reforçam a tese de que a cidade recebeu centenas de trabalhadores com a chegada da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município.

A cidade de Capinópolis (MG), até então desconhecida no cenário nacional e estadual da produção de cana-de-açúcar, vislumbra o progresso e o desenvolvimento social e econômico do município graças à cana.

As contradições do “progresso e desenvolvimento” da região advinda da cana logo foi sendo percebida e sentida pela população, principalmente pelos efeitos socioambientais, como a poluição através da queimada da palha da cana para facilitar o corte, trazendo problemas de saúde para a população e a precarização das relações de trabalho envolvendo os cortadores de cana. Os problemas ambientais geravam também, problemas de saúde pública causados pela queima da cana. Segundo relato verbal do Secretário de Agricultura do município de Capinópolis (MG), o Sr. Wagner Juvêncio da Silva, “esses problemas de saúde aconteciam, com maior frequência, no período de queimadas da cana-de-açúcar onde a cidade vivia um caos total porque a nuvem preta de pó da cana trazia muitos problemas respiratórios atingindo, principalmente, crianças e idosos” (Informação verbal, janeiro, 2016).

Na opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), os trabalhadores envolvidos no corte de cana desempenhavam um trabalho precário por que o corte de cana era por produção, ou seja, teria que cortar no mínimo 10 toneladas de cana/dia para obter um rendimento melhor ao final do mês. Criava-se um ambiente de disputa, onde na qual Silva (1999) atesta que

Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade. (SILVA, 1999, p. 86).

Ainda segundo a autora (SILVA 1999), produzem-se, gradativamente, as representações, as imagens, as figuras do "bom", do "mau", do "vagabundo" entre os trabalhadores. Essa lógica de captura da subjetividade do trabalhador cria em seu imaginário a auto diferenciação como “bons” e “maus” cortadores de cana, resulta em disputa que contribui para sua autodestruição física e psicológica.

A cidade de Capinópolis (MG) não estava preparada para receber esse contingente de trabalhadores, pois é uma cidade pequena com uma população de 15.290 habitantes segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Conforme constatamos na pesquisa de campo, esses alojamentos eram alugados pelos próprios trabalhadores. Eles moravam em número de até 10 trabalhadores por alojamento, que na verdade, eram casas localizadas na periferia da cidade de Capinópolis (MG). Segundo Oliveira e Oliveira (2014, p. 10), “o maior número de migrantes reside nos bairros Campos Elíseos e Semíramis, que está no extremo nordeste da cidade, distantes do centro, área com valor imobiliário menor que outras áreas da cidade”.

Na próxima seção, discute-se o processo de formação espacial do município de Capinópolis (MG).

4.1 O processo histórico e a formação espacial de Capinópolis (MG)

A formação socioespacial dos municípios brasileiros está atrelada a atividade econômica ali existente. O município de Capinópolis (MG) era um Distrito pertencente ao município de Ituiutaba e, graças aos esforços políticos dos seus moradores, esse distrito se emancipa de Ituiutaba.

. Os arranjos socioespaciais que constituem a dinâmica histórica desse município evidenciam sua vocação para o setor agropecuário.

A Geografia se preocupa não somente com o espaço, entendido como o local da atuação da sociedade, mas também com a conotação temporal, que imprime uma configuração diferenciada, no decorrer do tempo, a cada evento geográfico, seja ele um rio, uma fábrica, uma propriedade agrícola, uma cidade. Entender e caracterizar os eventos geográficos também variou no tempo e as mudanças nas formas de interpretar o espaço e as distribuições espaciais determinaram conjuntos de procedimentos e de temáticas distintos. (FERREIRA, 2001, p. 40).

O processo histórico e a formação espacial de Capinópolis (MG)¹² se inicia quando os primeiros colonizadores foram donos de sesmarias: Alferes José Rodrigues da Silva, Da. Francisca Ângela da Silva e José Luciano Teixeira, como os primeiros a se fixarem nessa região, por volta de 1810. Como a região era vasta, a sesmaria ainda não era toda conhecida pelos colonos. Acredita-se que os índios foram saindo pouco a pouco da região e sendo

¹²As informações do processo histórico de Capinópolis foram adquiridas do site oficial da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico: <http://www.capinopolis.mg.gov.br/web/index.php/acidade/historia>. Acesso em: março 2016.

dizimados pelas investidas de várias bandeiras que vinham limpar o local da presença dos índios (Prefeitura Municipal de Capinópolis, 2016).

No dia 09 de janeiro de 1893, saíram de São João Del Rei, sul de Minas, o Sr. Joaquim Maximiano, sua esposa Maria Francisca e quatro filhos, com tropa de animais cargueiros, aqui chegando no dia primeiro de março de 1893, acampando primeiramente na beira de um córrego, hoje denominado Córrego do Capim, próximo ao local onde hoje se encontra a ponte de saída para o município de Cachoeira Dourada (Prefeitura Municipal de Capinópolis, 2016).

Vieram morar nesta região, também, vindos das Ilhas dos Açores, pertencentes a Portugal, a família do Sr. Manoel Tavares, que construiu um belo casarão na região denominada Grama. Também a Sra. Conceição Francisco Barbosa, que veio da divisa de Minas com o estado de São Paulo em 1989 e construiu um belo casarão na região dos Baús (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS, 2016).

Como nesse tempo essas terras estavam abandonadas, os mesmos se apossaram de uma área e foram adquirindo outras, formando vários latifúndios (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS, 2016).

Depois de alguns meses, o Sr. Joaquim Maximiano de Almeida resolveu construir um ranhão, de madeira, no local onde hoje é a fazenda do Sr. Joaquim de Almeida, onde seria sua sede principal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS, 2016).

O Sr. Joaquim Maximiano de Almeida, na época com 31 anos de idade e sua esposa Da. Maria Francisca de Jesus, 27 anos de idade, tiveram quatro filhos. Começou o plantio de café na região onde permaneceu. Seu filho Jerônimo Maximiano da Silva nasceu no dia 28 de fevereiro de 1896, na região denominada Baús, hoje, Fazenda Ideal. Essas terras foram adquiridas pelo seu pai. Desde menino auxiliava seu pai no plantio e colheita de café e outros produtos para serem vendidos em Uberlândia e Uberaba. O transporte desses produtos era feito em carro de bois. Aos 22 anos de idade, Jerônimo Maximiano da Silva casou-se com Maria Silvério do Prado, filha de Luiz Bento Parreira e de Matilde Severino da Silva, da região do Córrego do Açude. Recebeu terras por doação de seu pai Joaquim Maximiano de Almeida. Em 1921 aumentou sua área rural adquirindo terras de Francisco Isaías da Silva e outros. Nessa época o plantio de café, mandioca, cana, milho e arroz se desenvolveram em sua propriedade e a aglomeração de pessoas foi aumentando em torno da Fazenda Ideal.

O capim Jaraguá era nativo e servia para a alimentação dos animais, daí surgiu o nome do lugar “Capim”. As construções das casas eram de pau-a-pique e foram aumentando fazendo com que o arraial do Capim crescesse também.

Nos fins do século XIX e meados do século XX, com a vinda de negros de origem escrava, nordestinos, imigrantes libaneses, japoneses e italianos começaram no Capim as bases de uma nova povoação.

Em 1927 o local da sede do Município era de propriedade do Sr. Jerônimo Maximiano da Silva, que resolveu lotear uma parte da propriedade para a fundação de um povoado. No dia 05/07/1927 foi concluído o levantamento topográfico com o engenheiro agrônomo José Cirilo de Paula, que foi contratado para esse fim, e foram vendidos vários lotes, mas como os compradores não se preocupavam em construir, o Sr. Jerônimo Maximiano da Silva resolveu readquirir os lotes e ele mesmo tomou novas iniciativas para o progresso do local.

A comunicação com o município de Ituiutaba era feita por meio de estrada de bois. Para trazer o primeiro veículo ao Arraial do Capim, um Ramona (camionete) ano 1927, foi construído um trecho de estrada ligando a estrada do Córrego do Açude, passando pelo lado direito do Bauzinho e pelo Baú Velho. Na propriedade de Jerônimo Maximiano da Silva foi construído um engenho de cana de açúcar. As canas para o engenho eram transportadas em carros de bois.

Com a instalação do Distrito e do Cartório do Registro Civil e casamento, Jerônimo Maximiano foi o Juiz de Paz e fez o primeiro casamento no Distrito do Arraial do Capim.

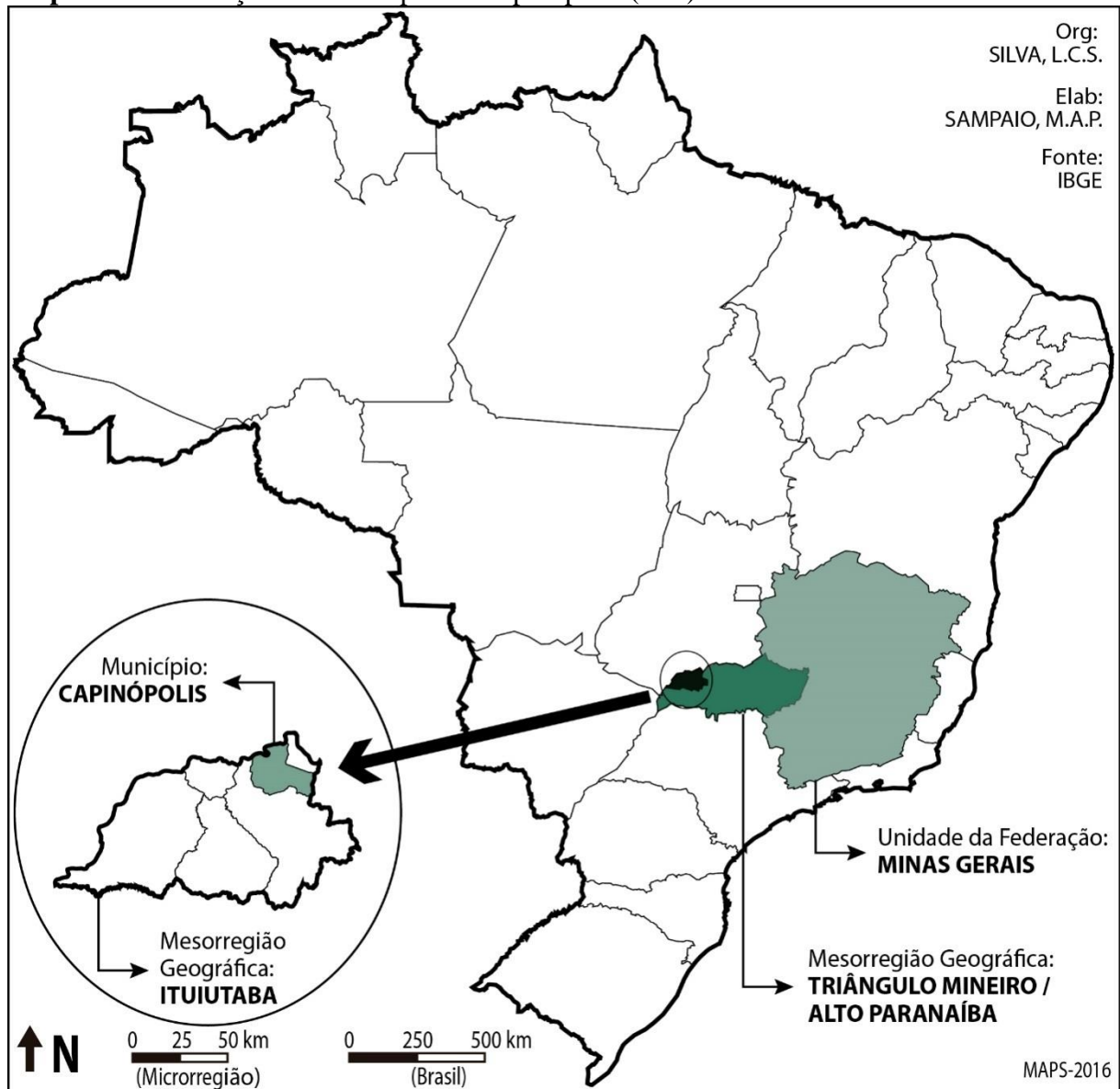
Em 1937 construiu o prédio do primeiro grupo escolar, em 1940, com a ajuda de todos, a capela de São Pedro e um dos seus genros, o campo de aviação.

Em 31 de dezembro de 1943, através da Lei nº 1058, com território sob jurisdição de Ituiutaba (MG) criou-se o Distrito Arraial do Capim. Sua instalação deu-se a primeiro de janeiro de 1944. Explica-se o nome devido a uma coroa de capim Jaraguá existente no local onde seria no novo povoado.

Em 12 de dezembro de 1953, através da Lei Estadual nº 1039 elevou-se a Município com o nome de Capinópolis com o distrito sede e o distrito de Cachoeira Dourada.

A estrutura da formação social determina a estrutura do espaço, mas é a conjuntura política de cada momento constituída pela correlação de força entre as classes sociais do lugar, que comanda seus movimentos, processos e formas (MOREIRA, 2014).

Segundo o IBGE (2010), o município de Capinópolis (MG) possui uma área territorial de 620,716km² e está localizado na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, Oeste do Estado de Minas Gerais. Faz divisa com as cidades de Ituiutaba, Cachoeira Dourada e Canápolis (Mapa 2).

Mapa 2 – Localização do município de Capinópolis (MG) – 2016

Fonte: IBGE (2016). Org.: Silva, L.C.S. (2016). Elaboração: Sampaio, M.A. P. (2016).

Segundo a Prefeitura Municipal de Capinópolis¹³ (MG), o município, no aspecto físico, apresenta um relevo com 90% de sua área plana e 10% ondulado. Na vegetação, as áreas recobertas pelos solos mais profundos apresentam vegetação de Cerrado, enquanto as áreas dissecadas remanescentes da floresta tropical subcaducifólia¹⁴ e caducifólia, variação que depende da capacidade de armazenamento de água nos solos. Na infraestrutura, o município possui serviços de Rede de Abastecimento de Água, realizado pela COPASA, atendendo a 95% da população. Rede de coleta de esgoto. Rede de distribuição de energia

¹³Disponível em: <http://www.capinopolis.mg.gov.br/web/index.php/acidade/historia>. Acesso em: março 2016.

¹⁴Floresta típica do ambiente entre a zona úmida costeira e o ambiente semiárido, apresenta como característica importante uma razoável perda de folhas (decídua) no período seco, em metade das árvores que a compõe. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29004-o-que-e-uma-floresta/>. Acesso em: novembro de 2016.

elétrica, realizada pela CEMIG, atendendo a 100% da população, rede de telefonia fixa realizada pela CTBC, e móvel também realizada pela CTBC e por diversas outras operadoras. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos atendendo, também, a toda a municipalidade.

Na próxima subseção estaremos discutindo a mobilidade dos trabalhadores nordestinos em direção ao município de Capinópolis (MG) em busca de trabalho na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba.

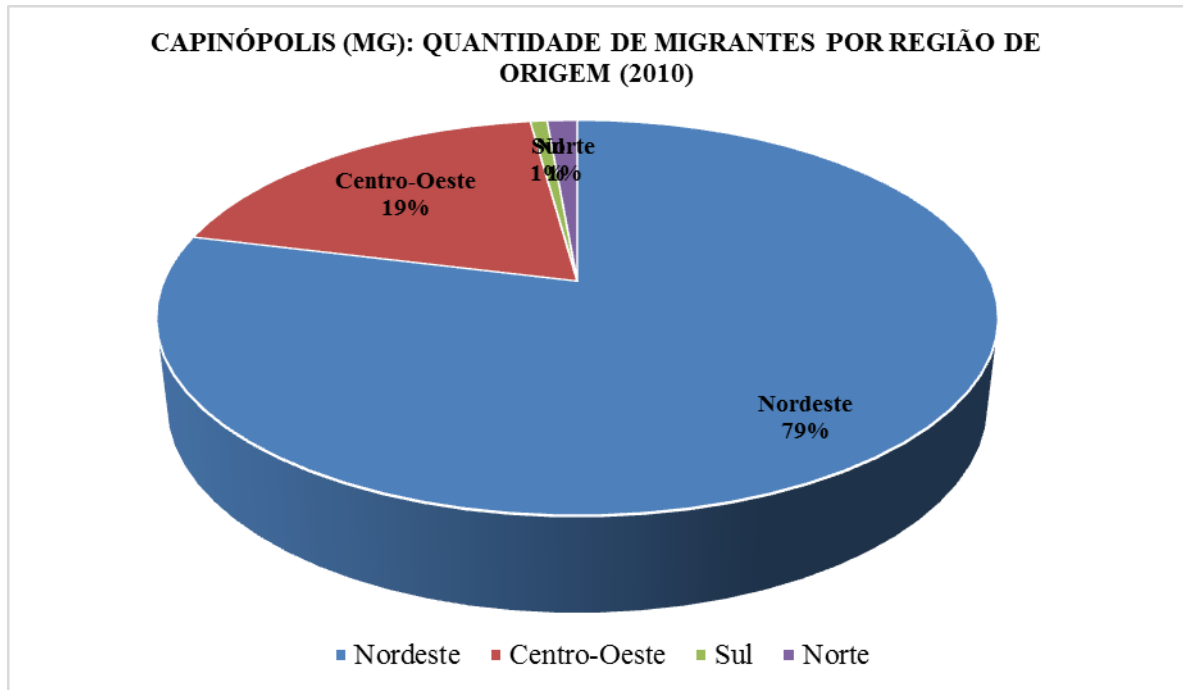
4.2 A mobilidade dos trabalhadores migrantes nordestinos para a agroindústria Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG)

A mobilidade de trabalhadores nordestinos em direção ao Sudeste para o trabalho nas lavouras de cana é resultado da falta de emprego e uma forma de fugir da seca que castiga esses trabalhadores e suas famílias. Sem opções de trabalho, esses trabalhadores são motivados por agenciadores a viajar para a região Sudeste para desenvolver a atividade do corte de cana nas agroindústrias canavieiras dessa região. A chegada desses trabalhadores não é bem vista pela população local que os vê como uma “ameaça” e os tratam com preconceito devido ao seu sotaque e aos seus costumes. Lembrando também que parte desses trabalhadores trazem suas famílias e amigos, o que gera um crescimento nas cidades.

O tímido crescimento populacional da cidade de Capinópolis (MG) se deve à chegada de trabalhadores da região Nordeste, especificamente dos estados de Alagoas e Pernambuco. Migram em busca de trabalho alimentados pela ideia de melhorar de vida desempenhando funções diversas na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba instalada nesse município.

Segundo o IBGE, em 2010 o município de Capinópolis (MG), possuía uma população de 15.290 habitantes. Dessa população, 2.348 são oriundos da Região Nordeste, 565 da Região Centro-Oeste, 23 da Região Sul e 41 da Região Norte, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Capinópolis (MG): quantidade de migrantes por região de origem (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, (2010). Org.: Silva, L.C.S. (2016).

A presença de migrantes nordestinos no município de Capinópolis (MG) está relacionada ao processo de transformação pelo qual passa o município em razão da expansão da cana-de-açúcar na região.

O fenômeno da migração de trabalhadores para trabalhar na agroindústria Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), se dá também em outros municípios brasileiros. Percebe-se uma mobilidade do capital e do trabalho numa dimensão nunca vista e que precisa ser pensada a luz da Geografia do trabalho, uma vez que é uma mobilidade do capital e do trabalho. Na visão de Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão ao modo de produção capitalista. Alves (2007) defende que

é necessário deixar claro que a migração é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas. Considera-se expulsão todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa as condições de reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para sobrevivência. (ALVES, 2007, p. 47).

Na opinião de Alves (2007), a migração é um fenômeno de expulsão quando esta visa a busca por melhores condições de sobrevivência. Sobrevivência que o faz sair da sua terra em busca de trabalho e da sua existência e de sua família. A situação do migrante que sai para o trabalho no corte de cana-de-açúcar nas regiões produtoras, principalmente a região

Sudeste, leva consigo sonhos de ter sucesso na empreitada do corte de cana. Migrar nesse contexto é uma situação de vida ou morte. Segundo Gaudemar (1977, p. 190), a migração pode se configurar como liberdade negativa onde o trabalhador não tem diante de si outro meio de sobrevivência que não seja vender a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre.

A mobilidade da força de trabalho migrante nordestina para o município de Capinópolis (MG) se deu em função da mobilidade do capital agroindustrial canavieiro do Grupo João Lyra no início do século XXI.

Vieram centenas de trabalhadores para o trabalho no corte de cana-de-açúcar bem como o trabalho em outras atividades. Nesse caso específico, ou os trabalhadores migram para o trabalho no corte de cana-de-açúcar em condições precárias, muitas vezes, ou ficam em suas terras e passam fome. Oliveira e Oliveira (2014) defende que

o movimento migratório em todo seu processo rege os deslocamentos sobre o território, atuando diretamente e indiretamente nas dinâmicas socioespaciais, com impactos na economia, na cultura, na identidade, no mercado de trabalho e no movimento do capital, desconsiderando assim, os interesses individuais do migrante, sendo a motivação econômica o principal elemento motivador das migrações, inteiramente relacionada à égide da venda da força de trabalho, o que também significa a alienação ao capital. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 3).

Nessa visão, o movimento migratório se traduz pela busca de melhores condições sociais e de consumo, evidenciando uma motivação econômica da saída dos trabalhadores para outras regiões do país. Esse fenômeno nos desafia a pensar geograficamente a mobilidade do capital e do trabalho e nos mostra que formas precárias de trabalho são práticas recorrentes pelas agroindústrias canavieiras colocando o trabalhador em condições desumanas de trabalho. Carvalho (2007) chama atenção para essa mobilidade da força de trabalho que é superexplorada pelo capital.

Se no cultivo da soja a demanda de força de trabalho nos cultivos era reduzida, no cultivo da cana-de-açúcar a tendência dominante é a de utilização de grandes contingentes de força de trabalho assalariada temporária. Essa demanda de força de trabalho se, por um lado, redistribui salários para uma grande massa de trabalhadores desempregados ou em situação de emprego precário, por outro lado, como é usual nos cultivos da cana-de-açúcar no Brasil, a superexploração do trabalho e a prática de trabalho em situação similar às dos escravos se amplia e se consolida. (CARVALHO, 2007, p. 14).

Vale lembrar que essa migração é do tipo sazonal aonde os trabalhadores vem para trabalhar por uma safra que dura em média de 5 a 7 meses nos meses que de abril a dezembro, dependendo da safra da agroindústria. Na visão de Martins (1984),

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar para o outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estarem lugar nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1984, p. 145).

Na opinião de Martins (1985), “o trabalhador migrante não sabe o que é e o que vai ser. Parece ser duas pessoas ao mesmo tempo. O ir e o vir coloca esses trabalhadores na condição de vulneráveis socialmente configurando presas fáceis para a exploração do capital”.

Na pesquisa de campo realizada em janeiro de 2016¹⁵, constatamos que a realidade vivenciada pelos trabalhadores migrantes do município de Capinópolis (MG) é muito peculiar, pois a dinâmica de exploração e dominação do capital agroindustrial canavieiro se dá na mesma medida, ou seja, segue o modelo de exploração engendrado pelo capital.

Os artifícios de dominação e de alienação do trabalhador para que este não perceba que está sendo explorado pelo capital se dá pela “captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital.” (ALVES, 2011, p. 111). Outra situação vivenciada pelos migrantes é a sua rejeição por parte dos nativos da região que cria barreiras de cunho sociocultural sendo taxados de “lagoa” no caso dos migrantes em Capinópolis (MG) ou de “baianadas” conforme verificou Silva (1999, p. 19), “[...] aos migrantes, recai sobre eles o peso de serem de "fora", de "mineirada", de “baianada”, enfim, de serem negados.” Recai ainda sobre esses migrantes os índices de violência, como roubos e assassinatos o que, segundo os nativos, justificaria seu comportamento discriminatório e preconceituoso adotado por esse grupo.

Aqueles que vivenciam a exclusão são considerados marginais, mendigos ou pingaiadas¹⁶. Vettorassi (2007, p. 125) explica que,

Os nativos munidos de alto poder de coesão, atribuem aos de fora (migrante e, principalmente negro ou pardo) todos os males de sua sociedade, em especial os índices de criminalidade. O nativo utiliza divisões (de classe, cor/raça, naturalidade, etc.) para justificar a criminalidade existente nas cidades, esse mesmo nativo tende a transferir para os “de fora” os pontos negativos existentes em sua comunidade, com o intuito de preservar sua auto-identidade; é uma forma de defesa que se fundamenta no ataque. (VETORASSI, 2007, p. 125, grifo do autor).

¹⁵ Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2016 com ex cortadores de cana da Agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, em um total de dez trabalhadores.

¹⁶Sujeito cachaçeiro, bebum, chegado numa cana.

Na visão do autor (VETORASSI, 2007), recai sobre os migrantes a culpa pelas mazelas da sociedade e dos problemas relacionados aos crimes e roubos, entre outros problemas existentes. É uma visão míope e carregada de preconceitos e racismo quando condenam os migrantes por não serem nativos e por isso devem ser tratados como forasteiros e intrusos, e assim, não são bem-vindos. Uma intolerância sem sentido e que deve ser repensada uma vez que todos têm o direito de morar em qualquer região do país. Na opinião de Santos (2009),

Assim, o ato de pertencer e o se sentir pertencedor/pertencente a um território pode ser tanto espontâneo - do ponto de vista cultural das relações sociais, o que não significa um ato expectante ou contemplativo, porque em sua relação com a natureza, o homem a traz para si, logo, a interação é constante - como condicionado, quando entendido a partir das relações sociais de produção. Ou seja, nascer em um lugar, a casa, a família, a escola, é um pertencer que faz parte de um enraizamento territorial que se aprofunda à medida que ocorre o contato com a diversidade. Aí está a geograficidade que, embora, a princípio, óbvia nas apreensões da Geografia, pode passar despercebida por geógrafos também despercebidos. (SANTOS, 2009, p. 160).

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de grupo, no caso dos migrantes podem destacar a estatura, o sotaque, ou até a forma de comportar-se e essa estigmatização pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

A dinâmica populacional sentida no município de Capinópolis (MG), impulsionadas pela chegada da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, nos permite compreender quão complexa é essa relação entre os habitantes locais e os de fora, os migrantes. Uma relação nem sempre amistosa e tranquila, pois é carregada de preconceito e discriminação por parte dos habitantes locais que apresenta resistência em aceitar o migrante que se territorializa em sua cidade.

No próximo subitem discutiremos os efeitos sociais e ambientais causados pela expansão da cana-de-açúcar no município de Capinópolis (MG) bem como as razões pelas quais esse município foi escolhido para que fosse implantada a agroindústria Vale do Paranaíba do grupo João Lyra em 2003.

4.3 Transformações socioespaciais no município de Capinópolis (MG) decorrentes da expansão da cana-de-açúcar

As transformações socioespaciais recentes no município de Capinópolis (MG) impulsionadas pela territorialização da cana-de-açúcar tinham como propósito atender a

demanda nacional e mundial de etanol como combustível. O custo para se produzir combustíveis a partir da cana-de-açúcar tem sido muito alto porque não se observa os efeitos sociais e ambientais advindos desse processo de expansão da cana-de-açúcar para a obtenção do etanol. Carvalho (2007), nos alerta sobre as condições incompatíveis com as práticas sociais e ambientais para atender a essa demanda pelo agrocombustível.

Sem dúvida que há uma demanda mundial crescente por agrocombustíveis e que o Brasil apresenta condições favoráveis para participar de maneira importante no atendimento dessa demanda. No entanto, as formas como cresce a oferta de agrocombustíveis no Brasil, em especial a de etanol combustível, revela desde logo uma inadequação entre o aumento da oferta de etanol e a afirmação da soberania popular no país. Continuam sendo reproduzidas aquelas condições e práticas econômicas, sociais e ambientais absolutamente incompatíveis com o que se afirma pela noção de desenvolvimento de mecanismos limpos e sustentáveis de incremento das fontes renováveis de energia. (CARVALHO, 2007, p. 5-6).

A década de 1990 marca o início dessa expansão desenfreada da cana-de-açúcar no território brasileiro financiada pelos bancos estatais como BNDES. Esse avanço da cana-de-açúcar vem alterando as formas de uso do solo, onde segundo Oliveira (2009),

com a intensificação do uso e exploração da terra e do trabalho do homem nos últimos anos, a nova dinâmica territorial e produtiva do agronegócio canavieiro no Brasil, consolida a compreensão de que o capitalismo está manifestando também no campo sua forma mais avançada: o capital industrial e financeiro, alterando assim, a dinâmica historicamente construída nas áreas onde agora se hegemoniza e, ameaçando formas diferenciadas de uso da terra. (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

Na visão da autora (OLIVEIRA, 2009), o capital agroindustrial canavieiro, no seu processo de expansão, se apropria da terra e do trabalho. Nesse sentido, o modelo de dominação do capital agroindustrial canavieiro sobre o território, vem gerando grandes transformações no campo, no primeiro momento com monocultura da cana-de-açúcar.

Um novo (re) ordenamento espacial e territorial construído pelo capital agroindustrial canavieiro é sentido na região pela alteração do uso do solo e pelas mudanças nas relações de trabalho até então, construídas. Oliveira (2009) alerta para esse novo desenho que se configura no campo brasileiro destacando que,

esse novo desenho que se configura no campo brasileiro, encabeçado pelo processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades processadoras, é fruto da necessidade de auto-expansão do sistema metabólico do capital, que se materializa de modo particular, porém de forma hegemônica através do capital agroindustrial canavieiro. (OLIVEIRA, 2009, p. 114).

Sendo assim, o território não é uma mera localização. A agroindústria canavieira não se localiza pura e simplesmente em uma base física qualquer. Antes, há uma seletividade espacial, e a partir desta há o exercício do controle sob os elementos necessários para realizar

nesta porção espacial elegida, a produção sucroalcooleira em patamares diferenciais (THOMAZ JÚNIOR, 2012).

A escolha do município de Capinópolis (MG), no Triângulo Mineiro, para a implantação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, pertencente do Grupo João Lyra se deu em função, primeiramente, das condições físicas por possuir um solo adequado para o cultivo da cana-de-açúcar, mas também pela mão de obra barata. Thomaz Júnior (2012) evidencia que,

há uma busca intensa pela territorialização do setor nos municípios sediados por pequenas cidades, onde o valor da reprodução da força de trabalho é muito menor que nas cidades maiores, o que permite ao agroindustrial extrair uma maior taxa de mais valia, se levado em consideração que durante uma safra canavieira se utiliza de milhares de trabalhadores nas diversas funções do processo produtivo. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 134).

Na visão do autor (THOMAZ JÚNIOR, 2012), essa estratégia faz com que esses grupos diminuam os custos de produção e, assim, aumente seus lucros. No caso do grupo João Lyra, a implantação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG) em 2003, seguiu essa lógica, uma vez que Capinópolis é um município pequeno com pouco mais de 15.000. Dessa forma, fica mais fácil o domínio e a exploração, pelo capital agroindustrial canavieiro, dos recursos naturais, como o solo, a água, bem como do trabalho pela exploração da força de trabalho dos trabalhadores envolvidos nessa atividade.

Na próxima seção, vamos compreender o processo de implantação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba e os desdobramentos socioespaciais resultante desse processo

4.4 Implantação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba e o discurso do progresso

O final da década de 1980 e início da década de 1990 deram-se início ao processo de expansão dos grupos canavieiros nordestinos em direção ao Centro-Sul do país para implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras, especialmente no Triângulo Mineiro. Nessa corrida por novos territórios para a implantação de novas unidades produtoras de cana-de-açúcar, se destacam os grupos alagoanos. Oliveira (2009) nos ajuda a compreender essa dinâmica do processo de expansão do capital agroindustrial canavieiro no país:

Diríamos ainda que esta nova dinâmica apresentada pelo capital agroindustrial canavieiro decorre, como destacamos anteriormente, do movimento geral do capital em escala nacional e planetária, que busca por meio da racionalização da produção e

do processo de trabalho novos patamares de acumulação. Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva e a adoção de padrões flexíveis de acumulação (a exemplo do modelo toyotista) constituem o caminho para a consolidação de sua condição enquanto “sujeito” sócio-histórico. (OLIVEIRA, 2009, p. 114, grifos da autora).

Segundo a autora (OLIVEIRA 2009), vários grupos alagoanos implantaram agroindústrias canavieiras no Centro-Sul, mas o Grupo João Lyra foi o primeiro grupo alagoano a adquirir uma agroindústria canavieira em Minas Gerais, expandindo sua área de atuação.

O primeiro grupo alagoano a chegar a Minas Gerais foi o **João Lyra**, ainda nos anos 1980. Dono de três unidades em Alagoas (Laginha, Uruba e Guaxuma) o grupo comprou naquela época a unidade Triálcool, em Canápolis (MG), a qual foi ampliada, passando a moer atualmente em média 1,3 milhões de toneladas de cana. Em 2003, o grupo inaugurou uma segunda unidade em Minas Gerais, a Vale do Paranaíba. Naquele ano (safra 2003/2004) por estar em fase de teste moeu apenas 300 mil toneladas de cana, porém possui capacidade para moer 2 milhões a 2,5 milhões de toneladas. (OLIVEIRA, 2009, p. 117, grifos da autora).

A agroindústria canavieira Laginha Agroindustrial S/A - unidade Vale do Paranaíba (Foto 1), situada no município de Capinópolis (MG), no Triângulo Mineiro, foi incorporada ao Grupo João Lyra em 2003. Além da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, o Grupo possui mais quatro agroindústrias canavieiras, duas no estado de Minas Gerais e três no estado de Alagoas.

De acordo com o Grupo João Lyra¹⁷, essa unidade agroindustrial foi montada com tecnologia inovadora, executando desde o plantio até o aproveitamento e a transformação da matéria-prima com a utilização de difusores. A unidade possui capacidade de 2,5 milhões de sacas anuais de cana-de-açúcar, além de produzir 110.000m³ de álcool. A produção de 2007/2008 ficou em torno de 1,6 milhões de sacas de cana e 89.000m³ de álcool.

¹⁷Grupo João Lyra. **USINAS**. Disponível em: <<http://www.grupojl.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Foto 5 - Município de Capinópolis (MG): agroindústria Laginha S/A - Unidade Vale do Paranaíba (2016)

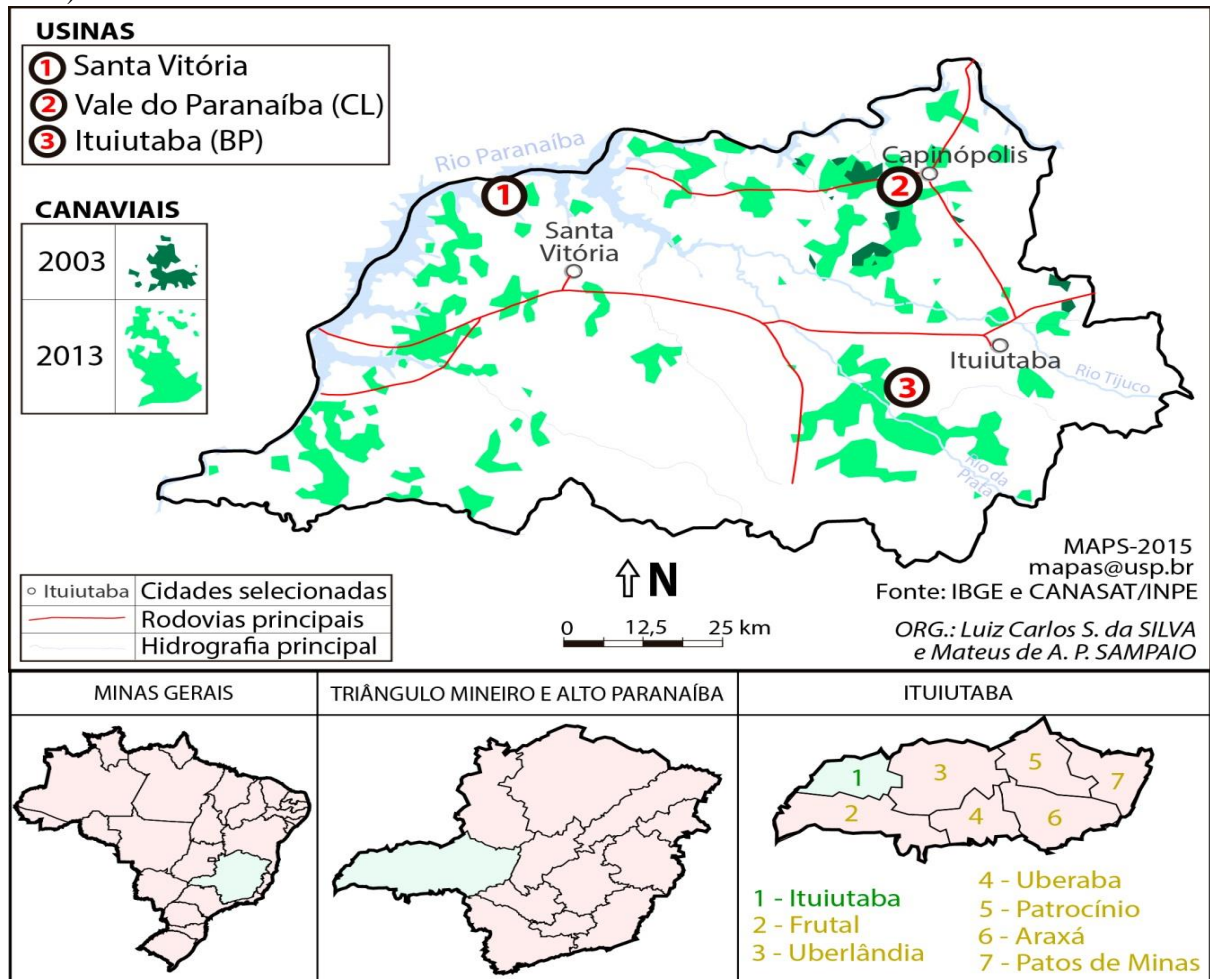


Autor: Silva, L.C.S. (2016).

A escassez de terras em Alagoas e a busca pela expansão de seus negócios levaram o Grupo João Lyra a adquirir a agroindústria canavieira Triálcool, no município de Canápolis (MG), em 1988, e a Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), em 2003.

O Mapa 3 mostra a dinâmica das áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, com destaque para o município de Capinópolis (MG), no período compreendido entre 2003 e 2013.

Mapa 3 – Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): evolução da área de cana-de-açúcar (2003-2013)



Fonte: IBGE e CANA SAT/INPE (2015). Org. Silva, L. C. S. (2015). Elaboração: Sampaio, M. A. P. (2015).

A expansão da área plantada de cana-de-açúcar no município de Capinópolis, apresentada no Mapa 3, evidencia uma investida do capital agroindustrial canavieiro nessa região (re) ordenando o espaço urbano e rural pelas disputas territoriais com outras culturas existentes, como a soja e o milho.

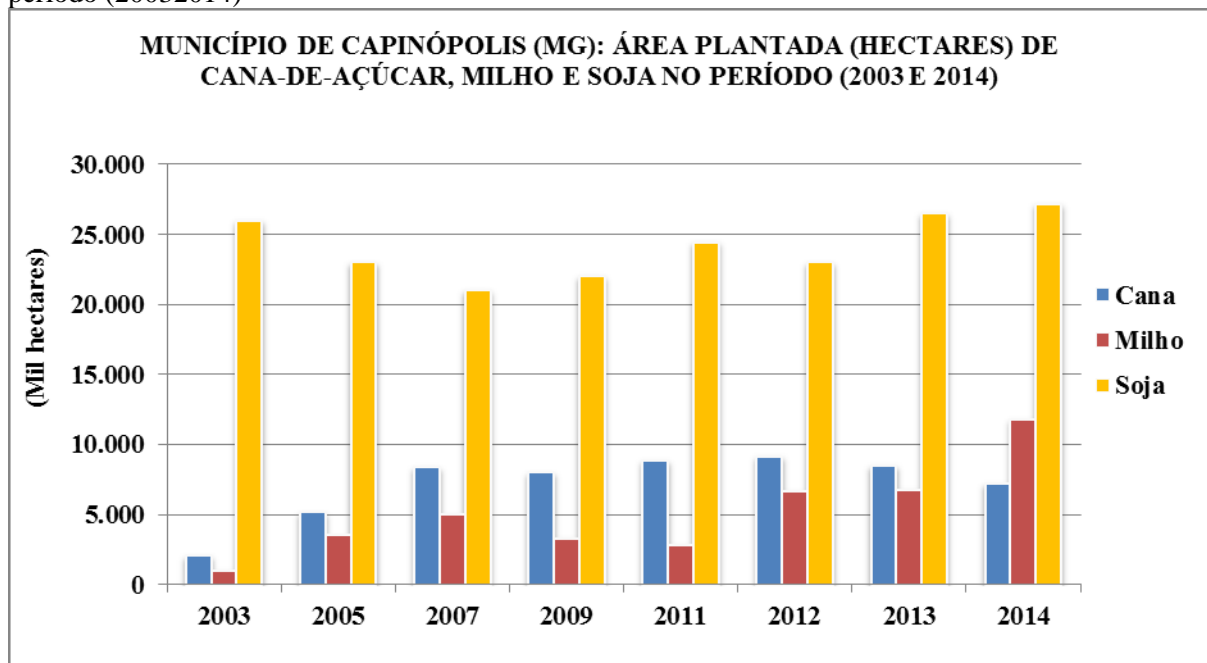
O município de Capinópolis (MG) sempre foi dominado pelas culturas da soja e do milho e a cana-de-açúcar começa a ganhar espaço porque se apresentou como mais lucrativa para os arrendatários do município. Dessa forma, a cana foi se expandindo para além dos limites do município.

Thomaz Júnior (2010) afirma que “[...] em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças.” O autor (THOMAZ JÚNIOR, 2010) ainda defende que,

é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Então, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica - portanto aptas à mecanização -, e entre os próprios trabalhadores, são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 5).

No Gráfico 11, é possível analisar, a partir de 2003, como a produção de cana-de-açúcar foi aumentando em relação às culturas de soja e milho na região. Apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro.

Gráfico 11– Município de Capinópolis (MG): área plantada (ha) de cana-de-açúcar, milho e soja no período (2003-2014)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2016) - Org.: Silva, L.C.S. (2015).

O Gráfico 11 mostra que a área plantada de soja sempre esteve a frente da área de plantada de cana-de-açúcar, mostrando que, mesmo com o avanço da cana sobre esse município, a soja e o milho sempre foram cultivadas na maior parte das terras agricultáveis do município de Capinópolis. É possível também analisarmos que a área destinada à produção de milho sempre esteve abaixo da área de produção de cana-de-açúcar no período mencionado, superando-a somente em 2014. Segundo Oliveira (2009) “[...] a área plantada com cana-de-açúcar da Vale do Paranaíba compreende cerca de 21.000 mil hectares, dos quais 20% eram própria, 70% arrendada e 10% de fornecedores.” Ou seja, a área plantada de cana-de-açúcar não respeitava a fronteira do município, pois necessitava de mais terras para sua expansão

avançando sobre os municípios vizinhos, como Canápolis, Ipiaçú e Ituiutaba. Na opinião de Castro (1984),

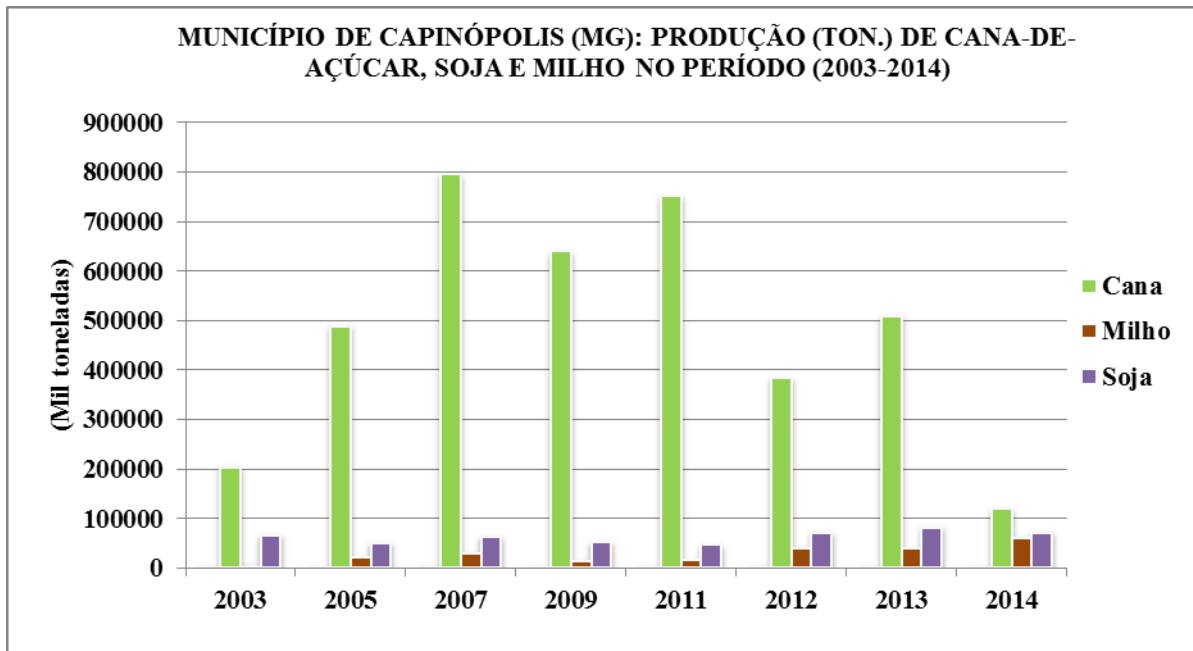
[...] a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. (CASTRO, 1984, p. 116).

Em sua investida, o capital agroindustrial canavieiro age de forma selvagem consumindo terra e capital humano, expulsando os agricultores camponeses de suas terras e (re) definindo os territórios para, dessa forma, criar as condições de perpetuação do seu domínio sobre o espaço, sobre a água e toda riqueza ali existente. Carvalho (2009) faz uma crítica ao modelo de expansão da cana-de-açúcar no Brasil porque esse modelo impõe uma ruptura das formas de vida tradicionalmente construídas pelos agricultores camponeses, os verdadeiros donos da terra.

Os resultados desse processo, além das mudanças nas relações de trabalho, residiram, principalmente, na degradação e perdas das terras de pequenos agricultores, visto que os objetivos eram direcionados para a ampliação da matéria-prima em extensas áreas plantadas, sendo esses pequenos agricultores postos a margem do processo. Além do crescimento das matérias primas, outro ponto importante reside no direcionamento para o aumento da escala de produção, objetivando ampliar o capital, influenciando diretamente na concentração fundiária e na especulação de terras. (CARVALHO, 2009, p. 90).

Quando comparamos a produção, em toneladas das culturas de cana-de-açúcar, soja e milho, constatamos a superioridade da cana-de-açúcar sobre a soja e o milho conforme podemos verificar no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Município de Capinópolis (MG): produção de cana-de-açúcar, soja e milho (ton.) no período (2003-2014)



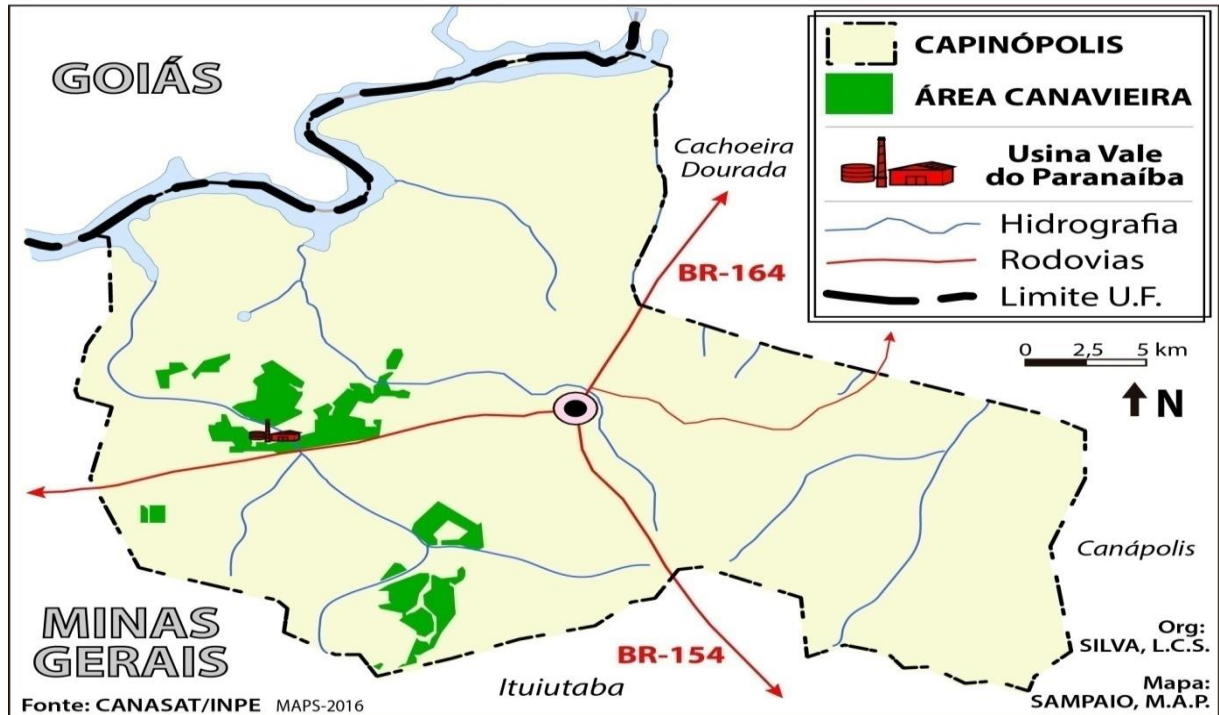
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2015) - Org.: Silva, L.C.S. (2015).

Nota-se, que a produção de cana-de-açúcar vem (re) ordenando o território em Capinópolis (MG) para atender as demandas por etanol e açúcar do mercado nacional e internacional.

Ainda no Gráfico 12, é possível analisarmos uma queda elevada da produção de cana-de-açúcar no município de Capinópolis (MG) entre 2012 e 2014. Essa queda da produção de cana-de-açúcar é resultado da crise econômica mundial iniciada em 2008 com reflexos diretos no setor canavieiro do país. Essa crise aliada à má gestão resultou na falência do Grupo João Lyra e o fechamento de todas as suas agroindústrias canavieiras no estado de Alagoas e no estado de Minas Gerais, especialmente a agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, instalada em Capinópolis (MG), objeto da nossa pesquisa.

A partir da leitura do mapa 4 é possível analisamos o que sobrou da área plantada e cana-de-açúcar dois anos após a falência da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba reforçando a queda da produção de cana apontado, anteriormente, no Gráfico 12.

Mapa 4 – Município de Capinópolis: área plantada de cana-de-açúcar da Agroindústria Canavieira Vale do Paranaíba (2016)



Fonte: CANASAT/INPE MAPS – 2016. Mapa: Org.: Silva, L.C.S, (2016) - Sampaio, M.A.P, (2016)

A expansão da cana-de-açúcar sobre áreas onde havia o domínio da plantação de milho, soja e sorgo, começa um processo de decadência em função da crise econômica enfrentada pelo grupo João Lyra e que afetou diretamente a agroindústria canvieira Vale do Paranaíba, com reflexos na vida dos trabalhadores envolvidos nessa atividade conforme discutiremos na próxima seção.

4.5 Crise econômica do Grupo João Lyra e os rebatimentos na vida dos trabalhadores

Para entendermos a crise enfrentada pelo grupo João Lyra, precisamos entender a crise estrutural do capitalismo que se manifesta nos diversos setores econômicos do país e do mundo. Nessa lógica, a crise é essencial do capitalismo que se (re) inventa a cada período de crise porque passa. Na visão de Santos (2010), ao descrever o novo padrão de acumulação do capital e as novas determinações sobre o trabalho que

Podemos assimilar, portanto, diante desse novo quadro histórico, que a crise estrutural do capital, manifestada desde o início dos anos de 1970, desencadeou um processo de reorganização que se expandiu amplamente para reconfigurar, econômica, política, cultural e socialmente todas as estruturas de suporte do metabolismo social do capital para garantir incondicionalmente a ampliação dos seus ciclos reprodutivos de acumulação. (SANTOS, 2010, p. 89).

Nessa premissa, podemos afirmar que é do capitalismo a capacidade de reorganização mesmo em meio a uma crise estrutural vivenciada nos variados momentos da história.

O desenvolvimento da agroindústria canavieira do país passou por vários momentos de ascensão de decadência resultante de períodos de crises no âmbito nacional ou internacional. A recente crise econômica de 2008, iniciada nos Estados Unidos e se espalhando por todo o planeta afetou o consumo de etanol e açúcar diminuindo a procura e desencadeando um processo de falência de dezenas de agroindústrias canavieiras em várias regiões do país, principalmente no Centro-Sul.

O setor canavieiro como mencionado anteriormente, que havia se expandido de forma assustadora no começo do século XXI, viu ameaçado seu avanço em decorrência da crise financeira mundial iniciada em 2008, quando dezenas de agroindústrias canavieiras entraram com pedido de recuperação judicial e outras entraram em processo de falência. As dificuldades enfrentadas pelo setor decorrente da crise financeira e a dificuldade de acessar créditos por meio de bancos públicos contribuiu para o declínio do setor canavieiro, afetando, principalmente as empresas endividadas. Mendonça, Pitta e Xavier (2012), atestam:

O ciclo de crescimento mais recente da indústria canavieira durou de 2003 até a crise financeira de 2008. Neste período, as empresas contaram com créditos privados em dólar e, principalmente, com empréstimos do BNDES. O setor também utilizava mecanismos financeiros, como derivativos cambiais, para compor seus lucros. Os impactos da crise de 2008/2009 combinaram a impossibilidade de acessar créditos para rolagem de dívidas com prejuízos com derivativos cambiais. Muitas usinas faliram, o que aprofundou o processo de aquisições e fusões com empresas multinacionais. (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 20).

Os autores (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012) reforçam a tese de que, a partir do momento em que a crise se instala, a dificuldade de conseguir empréstimos torna-se um grande problema para as agroindústrias canavieiras. O setor entra no processo de letargia devido ao momento econômico porque passava em 2008 e nos seguintes.

a crise se refletiu na queda da produção de cana-de-açúcar na safra 2011/2012. Com a redução da produção de etanol, em 2011 o Brasil teve de importar etanol de milho dos Estados Unidos. Este fato tem importante simbolismo, já que o Brasil vendeu uma imagem internacional de que se tornaria a “arábia saudita do etanol”. O principal argumento das usinas para justificar a queda na produtividade foi a incapacidade de investirem na renovação de canaviais, em adubação e tratamentos culturais. Uma forma de compensar a diminuição desses investimentos foi a expansão territorial do monocultivo de cana. Apesar da crise, o BNDES continuou a financiar as usinas e, no início de 2012, disponibilizou uma linha de crédito subsidiado para a renovação de canaviais no montante de R\$4 bilhões.² (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 20-21, grifos dos autores).

Esse fato evidenciou de forma clara que o setor agroindustrial canavieiro enfrentava um momento de estagnação no seu processo produtivo, uma vez que já não era possível captar recursos e investimentos que lhe permitisse continuar com a expansão, até então, vista.

É de fundamental importância observar que, apesar das denúncias, das falências e inadimplência, o BNDES, através do programa BNDES Prorenova¹⁸ que tem como meta incentivar a produção de cana-de-açúcar por meio de financiamentos à renovação dos canaviais antigos e à ampliação da área plantada, continua a financiar a agroindústria canavieira. Segundo a União Nacional dos Produtores de Cana (ÚNICA), as empresas do setor canavieiro argumentam que a disponibilidade de créditos é insuficiente e pressiona o Estado para receber mais subsídios, dada sua incapacidade de reprodução sem o entrelaçamento com o sistema financeiro.

A agroindústria canavieira no Brasil sempre foi beneficiada por vultosas quantias de dinheiro na forma de empréstimo para sua expansão, especialmente no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse incentivo dado pelo governo ao setor canavieiro resultou na maior expansão da produção de cana-de-açúcar na história recente do país. A produção de cana-de-açúcar, conforme mencionado no capítulo 3 desta pesquisa, que era de 400.000.000 milhões de toneladas em 2003, chegou a 700.000.000 milhões de toneladas em 2010.

A aposta no setor canavieiro para a obtenção da energia limpa por meio da produção de etanol chegou a um patamar considerável. Essa ascensão da produção de cana-de-açúcar viabilizada pelo Estado por meio de empréstimos para o setor despertou o interesse de vários Grupos de capital estrangeiros para investir no setor canavieiro do país. Conceição (2013), nos alerta para a contradição que vem sendo acentuada nos últimos anos pelo monopólio das agroindústrias produtoras de agrocombustíveis.

Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise as políticas agrícolas nacionais e locais fazem coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 5).

Era um momento de grande expectativa para os empresários que enxergava uma oportunidade de lucros e de expandir seus negócios através da produção de cana-de-açúcar em expansão no território brasileiro. Na visão de Conceição (2013),

¹⁸O BNDES criou um novo programa para incentivar a produção de cana-de-açúcar por meio de financiamentos à renovação dos canaviais antigos e à ampliação da área plantada.

o capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 3).

Nessa lógica, o capital agroindustrial canavieiro foi extremamente beneficiado pelo Estado, se tornando hegemônico no processo de dominação pela expropriação da terra e do trabalho, causando o aumento do desemprego no campo, além de forçar os agricultores camponeses a se tornarem operários nas cidades. Na opinião de Oliveira (2009),

não é difícil definir quem domina e influencia nesse processo, se apreendermos essa questão sob a perspectiva das estratégias de produção/reprodução e, portanto, de valorização do capital no espaço, ancoradas nas ações do Estado, no controle social e no subjugo do trabalho aos desmandos do capital, e como essas relações se territorializam no espaço. (OLIVEIRA, 2009, p. 305).

Esse modelo de dominação pelo capital agroindustrial canavieiro vem criando novas arrumações no espaço e nos territórios com rupturas nas formas de organização social até então, estabelecidas. Conforme Santos (2009, p. 65), os grandes conglomerados do capitalismo mundial instalam-se em diferentes pontos do planeta, por causa de uma série de atrativos e, com o apoio dos Estados Nacionais, ocasionam (re) ordenamentos do território e rebatimentos nas relações sociais de trabalho.

Mesmo com a ajuda através de empréstimos pelo banco estatal BNDES, muitas agroindústrias entraram em colapso financeiro sendo obrigadas a abrir falência ou entrarem na justiça com pedido de recuperação judicial que foi o caso do Grupo João Lyra¹⁹, em 2008.

Esse grupo, com sede no estado de Alagoas, possui cinco usinas de grande porte: Laginha, Uruba e Guaxuma, em Alagoas, além da Triálcool e Vale do Paranaíba, em Minas Gerais. Juntas, estas são responsáveis por uma produção de mais de 300 mil metros cúbicos de álcool e de mais de 6,5 milhões de sacas de açúcar dos tipos VHP²⁰, cristal e refinado.

Segundo Silva (2015) ao estudar a crise financeira do grupo João iniciada em 2008, afirma que,

a crise financeira no Grupo João Lyra desencadeou uma série de problemas desde calotes aos fornecedores de cana até atrasos no pagamento dos salários dos trabalhadores cortadores de cana, motivo de várias paralisações e greves nos canaviais das agroindústrias Triálcool, situada no município de Canápolis e Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis e o fechamento da BR 365 em junho de 2012. O bloqueio dessa rodovia na tarde do dia 18 de junho de 2012 foi a forma que os trabalhadores encontraram para pressionar o empresário João Lyra e o Ministério Público do Trabalho a resolverem o problema, pois centenas de trabalhadores

¹⁹Grupo João Lyra, 2013. Disponível em: <http://www.grupojl.com.br>. Acesso em: março de 2016.

²⁰Idem.

canavieiros, principalmente, os trabalhadores migrantes piauienses que eram trazidos pela empresa, eram os mais prejudicados em razão do atraso nos salários. (SILVA, 2015, p. 7-8).

Aliado a essa situação, os trabalhadores eram explorados nos canaviais quando eram obrigados a trabalharem no corte de cana no regime de salário pago por produção, forçando-os a trabalhar no limite de suas forças físicas, denotando exploração do trabalho pelo capital agroindustrial canavieiro. Martins (2002) argumenta que a superexploração do trabalhador se manifesta de diversas de formas e sob vários aspectos,

no limite, a superexploração se manifesta sob a forma de escravidão, em particular, quando os mecanismos culturais e ideológicos do auto-engano, da ilusão igualitária nas relações de trabalho, são corroídos pela realidade crua da superexploração, da exploração do trabalho como extorsão e privação. (MARTINS, 2001, p. 156-157).

Dessa forma, vale mencionar que os trabalhadores ao aderirem às greves e manifestações para conseguirem receber seus salários atrasados, eram coagidos pela usina e muitos eram demitidos, conforme relatou o presidente do Sindicato Rural de Capinópolis (MG), o Sr. Alan Cunha. Segundo o Sr. Alan, os trabalhadores, além de lutarem pelos seus direitos, são ameaçados pela empresa de que não serão recontratados na safra seguinte sob a justificativa de que esses trabalhadores são “arruaceiros e bagunceiros”.

Foto 6 - Protesto de trabalhadores das agroindústrias Vale do Paranaíba e Triálcool do Grupo João Lyra: Rodovia 365, próximo à Ituiutaba (MG) – 2012.



Foto 7 - Protesto de trabalhadores das agroindústrias Vale do Paranaíba e Triálcool do Grupo João Lyra: Rodovia 365, próximo à Ituiutaba (MG) - 2012.



As Fotos 6 e 7 mostram os protestos, um realizado em junho de 2012 pelos trabalhadores em razão dos constantes atrasos no pagamento dos salários. Esse protesto teve como finalidade chamar a atenção do poder público por meio de atos pacíficos e justos, uma vez que estão lutando pelo direito de sobrevivência, pelo direito de receberem pelo seu trabalho. Segundo relato de um trabalhador, que participou da manifestação: “a água e a energia já foram cortadas, o homem dono da casa foi quem ligou por conta dele e nós estamos devendo para ele e comida nós não temos mais além disso temos dois meses de aluguel atrasados”. (Informação verbal, 2012). Outro trabalhador, que também estava na manifestação assim descreveu sua situação: “estou com dois meses de aluguel atrasados e doido para liberar nós para ir para casa porque não dá para ficar aqui passando fome na terra dos outros. Quero que liberem nosso salário para a gente ir embora para o Piauí. O dia está passando e a gente com fome em casa e tem que comprar a massa de cuscuz que é mais barato e já mandei vender as galinhas que eu tinha no Piauí para poder eu ir para casa, vou embora e vou dar baixa no meu estado”. (Informação verbal, 2012).

Esses relatos reforçam o momento de desespero dos trabalhadores que, além de estarem passando necessidades, sofrem também por não poderem voltar para seus estados, principalmente, Alagoas, Pernambuco e Maranhão, pois se sentem desiludidos e decepcionados com tal situação de descaso por parte da empresa e também do Ministério Público do Trabalho que deveriam agir de forma mais eficiente na resolução do problema da falta de pagamento dos seus salários que, pelos relatos, estavam insuportáveis. Segundo Mendonça (2002),

Pensar geograficamente a relação metabólica entre o homem e a natureza e suas configurações sócio-territoriais significa perceber uma nova sociabilidade construída a partir da relação capital x trabalho. A reestruturação produtiva do capital processada nos últimos 20 anos do século XX, portadora de novas formas de produção e de trabalho resultou em alterações profundas no processo de acumulação e (re) produção de capitais e em uma verdadeira metamorfose nas relações de trabalho, com consequências danosas para os trabalhadores, bem como para o movimento sindical e operário, e para a classe trabalhadora de forma geral. (MENDONÇA, 2002, p. 1).

Nessa relação metabólica elencada pelo autor, a relação de dominação do capital sobre o trabalho e sobre a natureza se dá de uma forma danosa para os trabalhadores. Se configura em uma relação desigual porque se assenta na lógica perversa da exploração para extrair a mais-valia. Santos (2009) reforça essa tese ao afirmar que,

O capitalismo, entendido como categoria de interpretação histórica, constitui um sistema em que a força de trabalho transforma-se em mercadoria, sendo comprada e vendida como qualquer objeto de troca. Essa situação viabiliza-se pela concentração

dos meios de produção nas mãos de uma classe – os capitalistas que produzem o seu capital, com a exploração de outra classe – a dos trabalhadores, que destituídos dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, como fonte de subsistência. (SANTOS, 2009, p. 41).

Nesse sentido, é primordial repensar a lógica perversa do capital enquanto um sistema que tem na exploração do trabalhador, sua fonte de lucro, sua capacidade de reprodução e de perpetuação.

Em 2014, ano em que foi decretado a falência do grupo João Lyra, aconteceram várias greves dos trabalhadores nos estados de Alagoas e Minas Gerais como meio para pressionar o empresário João Lyra e a Justiça do trabalho para que fossem resolvidas as pendências dos salários atrasados. Roberta Colen, do jornal eletrônico G1²¹ publicou uma reportagem onde mostrou os trabalhadores da agroindústria canavieira Laginha Agroindustrial, pertencente ao Grupo João Lyra, fechando a rodovia AL 101 Norte, em Alagoas, como protesto para receber salários atrasados.

Foto 8 - Trabalhadores protestam por salários atrasados (2014)



Foto: Roberta Cólén/G1.

Trabalhadores da Usina Laginha, que pertence ao Grupo João Lyra, bloquearam por quase duas horas a rodovia AL-101 Norte, no bairro de Guaxuma, em Maceió, na manhã dessa quinta-feira (22/05/2014). O protesto é por conta de salários que, segundo eles, não são pagos desde dezembro de 2013. Os manifestantes colocaram um ônibus atravessado na pista. Uma longa fila de veículos se formou rapidamente nos dois sentidos da via (G1, maio, 2014).

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/05/trabalhadores-da-usina-laginha-protestam-por-salarios-atrasados.html>. Acesso em: maio de 2016.

"Somos pais de família e não podemos mais passar fome. Falta de tudo na nossa casa. Até hoje não recebemos um centavo e nem uma satisfação." (Informação verbal, Gilberto Oliveira da Silva²², 2014).

Em meio a essa situação dramática vivenciada pelos trabalhadores do grupo João Lyra nos estados de Alagoas e Minas Gerais, Adelino Júnior publicou uma matéria no "*Pontal em Foco*"²³ onde o empresário alagoano João Lyra acusou os trabalhadores de vândalos: "vivo no meu escritório cercado por vândalos que querem toda hora perseguir, fazer isso e aquilo." E não posso apelar ao governo. O mínimo que pode acontecer é o governo se avacalhar e virar vândalo também." (Pontal em Foco, 24 jun. 2014).

A crise do capital agroindustrial canavieiro afetou diretamente as empresas que apresentavam com dificuldades financeiras, e o grupo João Lyra dava sinais de que falência seria iminente. Infelizmente, a falência desse grupo teve desdobramentos negativos na vida dos trabalhadores porque esses perderam seus empregos, tendo que viver com a consequente escassez de alimentos, e assim, foram forçados a migrar novamente para outras regiões onde possam encontrar emprego e condições de sobrevivência conforme dados apresentados na próxima seção.

4.6 Fechamento da agroindústria Vale do Paranaíba e seus desdobramentos no trabalho

A crise econômica mundial iniciada em 2008 trouxe sérios efeitos na economia dos países, especialmente nos países emergentes que tem na produção agrícola, a base de sua economia. Nesse contexto, o Brasil se insere nesse modelo de economia por seu potencial na produção agrícola, principalmente de soja, milho e cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar. Esse último tem sido o mais afetado com a crise mundial iniciada em 2008, pois a maior parte da produção de açúcar e etanol era para exportação.

Com a crise mundial, diminuiu a demanda pelo etanol e pelo açúcar o que desencadeou um processo de falência e quebra de dezenas de agroindústrias canavieiras, principalmente aquelas que já apresentavam alguma dificuldade financeira ou que estavam em recuperação judicial²⁴, como foi o caso do grupo João Lyra que entrou na Justiça com um

²²Trabalha como jardineiro no escritório do Grupo JL.

²³ Disponível em: <http://pontalemfoco.com.br/joao-lyra-diz-que-trabalhadores-do-grupo-que-lutam-para-receber-salarios-atrasados-sao-vandalos/>. Acesso em: junho 2016.

²⁴ Possibilidade de reestruturação das empresas economicamente viáveis que passem por dificuldades momentâneas, mantendo os empregos e os pagamentos aos credores. Um dos grandes méritos apontados nessa legislação é a prioridade dada à manutenção da empresa e dos seus recursos produtivos. Ao acabar com a concordata e criar as figuras da recuperação judicial e extrajudicial, a nova lei aumenta a abrangência e a

pedido de recuperação judicial em novembro de 2008. Iniciava-se o processo de falência de um dos maiores grupos canavieiros do nordeste do país.

Segundo o jornal eletrônico Correio de Uberlândia (2014)²⁵, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) decretou a falência do Grupo João Lyra, formado por cinco usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar naquele estado e em Minas Gerais. Ainda cabe recurso no processo. O grupo é de propriedade do deputado João Lyra (PSD-AL).

As duas usinas mineiras estão nos municípios de Capinópolis e Canápolis. Ambas estão paradas atualmente por causa da entressafra. Mas de acordo com as lideranças sindicalistas nas localidades, a decisão, pelo menos por enquanto, não muda a situação vivida por trabalhadores, ainda que muitos ainda cobrem salários atrasados das empresas. Os sindicatos não informaram quantas pessoas estão sem receber.

O município de Capinópolis (MG), onde está instalada a agroindústrias canavieira Vale do Paranaíba, vem passando por sérias dificuldades financeiras. Segundo a Prefeita desse município, Dinair Isaac “centenas de trabalhadores perderam seus empregos e não receberam seus salários colocando suas famílias em estado de desespero porque não tem como sobreviver na cidade com a usina fechada.” (Informação verbal, 2016).

A agroindústria canavieira Vale do Paranaíba está completamente abandonada (Foto 8), enquanto se trava uma batalha judicial com 276 ações na Justiça do trabalho de Ituiutaba (MG). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), a maioria dessas ações é trabalhistas movidas pelo sindicato de forma coletiva e de forma individual para receberem seus direitos trabalhistas como rescisão contratual, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Seguro Desemprego.

flexibilidade nos processos de recuperação de empresas, mediante o desenho de alternativas para o enfrentamento das dificuldades econômicas e financeiras da empresa devedora.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/297012/recuperacao-judicial>. Acesso em: maio 2016.

²⁵ Disponível em: <http://www.correioeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/tj-al-decreta-falencia-do-grupo-joao-lyra-que-tem-2-usinas-no-triangulo/>. Acesso em: junho 2016.

Foto 9 – Município de Capinópolis: abandono da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016).



Autor: Silva, L.C.S, (2016).

Conforme o Jornal eletrônico Tudo em Dia²⁶, “a Prefeita de Capinópolis, Dinair Isaac que já se reuniu com o Ministério Público há alguns meses (2015), tem se mostrado preocupada com o que vem ocorrendo, não só com os produtores rurais prejudicados, como também com os trabalhadores, e a influência negativa que a situação tem trazido para o comércio local, além dos fornecedores que tem muito dinheiro para receber. ” A prefeita argumenta ainda que “[...] não é somente o valor econômico que as usinas representam para a região, mas o seu fechamento provocou o desemprego para centenas de famílias, que estão nos municípios da região”.

Na pesquisa de campo, realizada entre janeiro e fevereiro de 2016, visitamos vários bairros da cidade de Capinópolis (MG) à procura de trabalhadores da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba para coletar dados que nos permitisse entender os desdobramentos sociais da falência dessa agroindústria na vida desses trabalhadores que ainda residem na cidade. Nas entrevistas realizadas com os dez (10) trabalhadores que se dispuseram em nos conceder entrevista foi possível perceber que os mesmos estão desempregados ou desempenhando outras atividades temporárias como a despendoador de milho²⁷ na Monsanto²⁸. Na opinião do

²⁶ Disponível em: <http://www.tudoemdia.com/2014/08/dinair-isaac-recebe-dirigentes-da-massa-falida-grupo-joao-lyra>. Acesso em: maio de 2016.

²⁷ É o profissional que remove os pendões dos pés de milho antes de estarem prontos para polinizar a seda. O propósito do despendoamento é fazer a polinização cruzada, formando sementes de milho híbridas. Disponível em: http://www.ehow.com.br/pendoes-milho-fatos_66766. Acesso em: maio de 2016.

Sr. José Remo Oliones Nogueira, que desenvolve a atividade de despendoador de milho na Monsanto, “esse tipo de trabalho é temporário com duração média de seis meses. ” (Informação verbal, 2016).

Partindo dessa realidade vivida pelos trabalhadores, percebemos uma fragmentação do trabalho desencadeando uma (des) realização do trabalho em função da redefinição de profissões e qualificações exigida desses trabalhadores, bem como readaptações e se subjugando aos diferentes tipos de trabalho ainda mais precários. Thomaz Júnior (2012) avalia essa problemática defendendo a seguinte tese:

Quando nos ocupamos com (des) realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da Constante redefinição de profissões, habilitações, inserções autônomas et. estremada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 12).

Assim como no corte de cana-de-açúcar nas agroindústrias canavieiras, o trabalho como despendoador de milho é um trabalho que exige muito esforço físico por parte do trabalhador que é pago por produção conforme Figura 4.

Figura 4 – Despendoadores de milho no Estado de Goiás (2015).

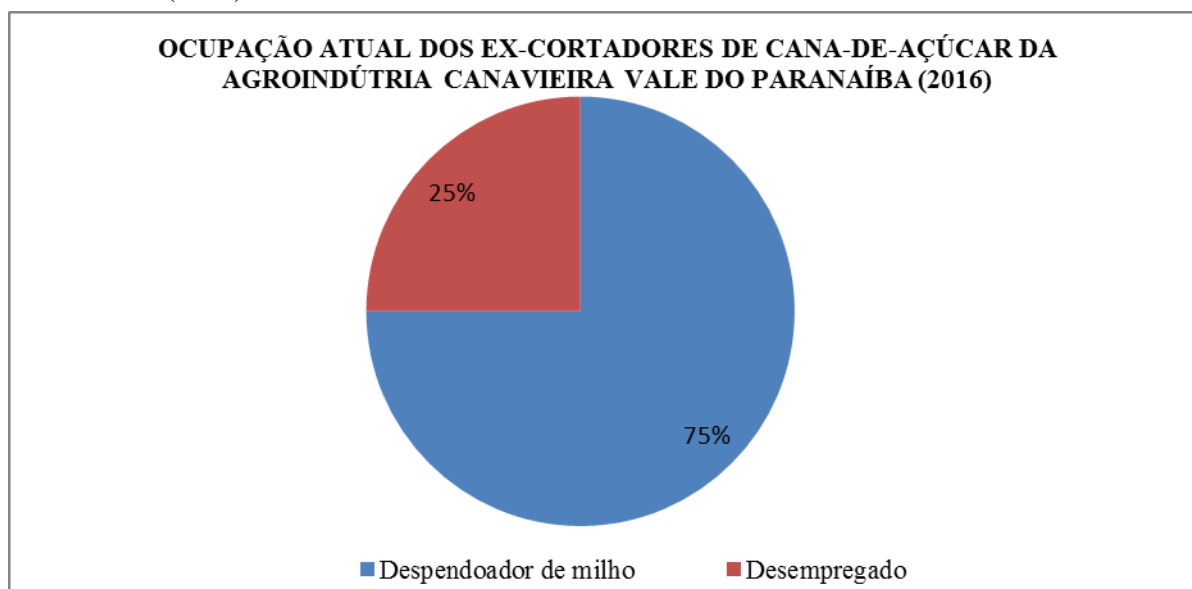


Fonte: Agrolink.com.br.Org.: Silva, L.C.S. (2016).

²⁸A Companhia Monsanto é uma empresa multinacional de agricultura e biotecnologia. Sediada nos Estados Unidos, é a líder mundial na produção do herbicida glifosato, vendido sob a marca *Roundup*. Também é, de longe, o produtor líder de sementes geneticamente modificadas (transgênicos), respondendo por 70% a 100% do *market share* para variadas culturas. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_\(empresa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_(empresa)). Acesso em: maio de 2016.

O Gráfico 13 mostra que 75% dos entrevistados estão desenvolvendo a atividade como despendoador de milho, enquanto 25% permanecem desempregados no período da pesquisa de campo.

Gráfico 13 - Ocupação atual dos ex-cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)



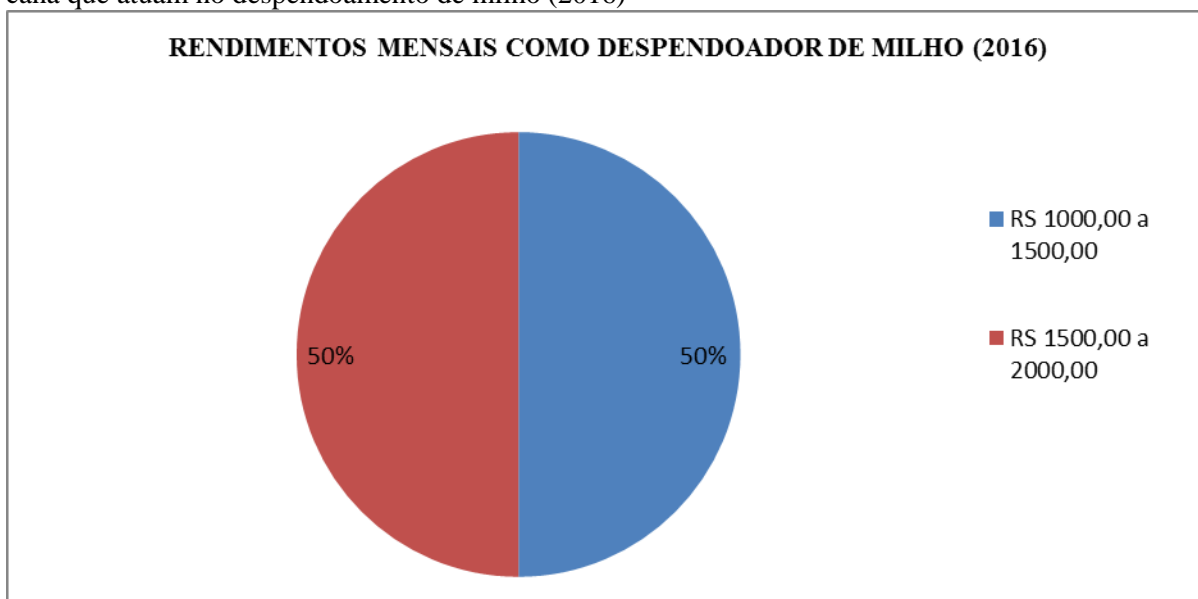
Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Org.** Silva, L.C.S. (2016).

O Gráfico 13 mostra uma realidade dramática em que estão vivendo os poucos trabalhadores migrantes que insistiram em permanecer na cidade de Capinópolis (MG), pois a única forma de sobrevivência para esses trabalhadores é o trabalho nos despendoamento de milho para poder sustentar sua família e poder sobreviver.

Conforme relato dos trabalhadores entrevistados²⁹ que atuavam no despendoamento de milho, em um total de dez (10) despendoador de milho dura no máximo três meses, enquanto a safra de cana-de-açúcar na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba durava em média de 5 a 7 meses, dependendo da quantidade de toneladas de cana a ser colhida naquela safra. O rendimento médio dos trabalhadores que despendoavam milho variava entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00 por mês, conforme Gráfico 14.

²⁹ Os relatos foram feitos durante a pesquisa de campo nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

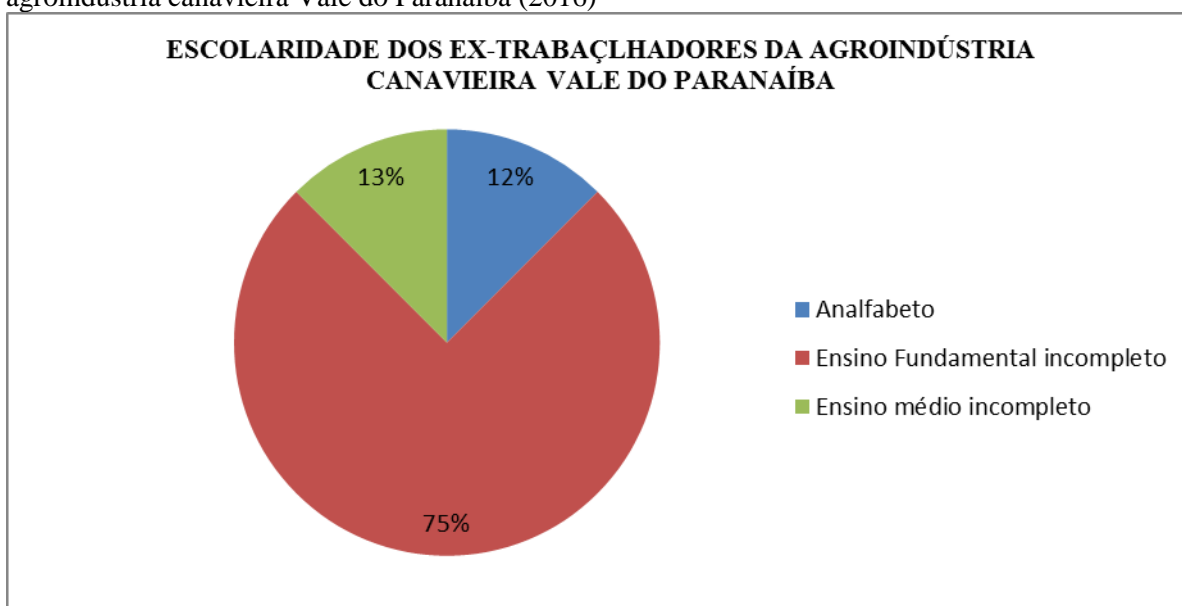
Gráfico 14 – Município de Capinópolis (MG): rendimento mensal dos ex-trabalhadores do corte de cana que atuam no despendoamento de milho (2016)



Fonte: Pesquisa de campo (2016) - **Org.:** Silva, L.C.S. (2016)

A falta de oferta de emprego na cidade e a dependência desses trabalhadores dos empregos oferecidos pela agroindústria (falida), principalmente o corte de cana está relacionado à sua escolaridade, pois na pesquisa de campo observamos que 75% desses trabalhadores não terminaram o ensino fundamental. Os trabalhadores que possuem o ensino médio incompleto somam 13%. Já os trabalhadores analfabetos somam 12%, conforme Gráfico 15.

Gráfico 15 – Município de Capinópolis (MG): escolaridade dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canaveira Vale do Paranaíba (2016)

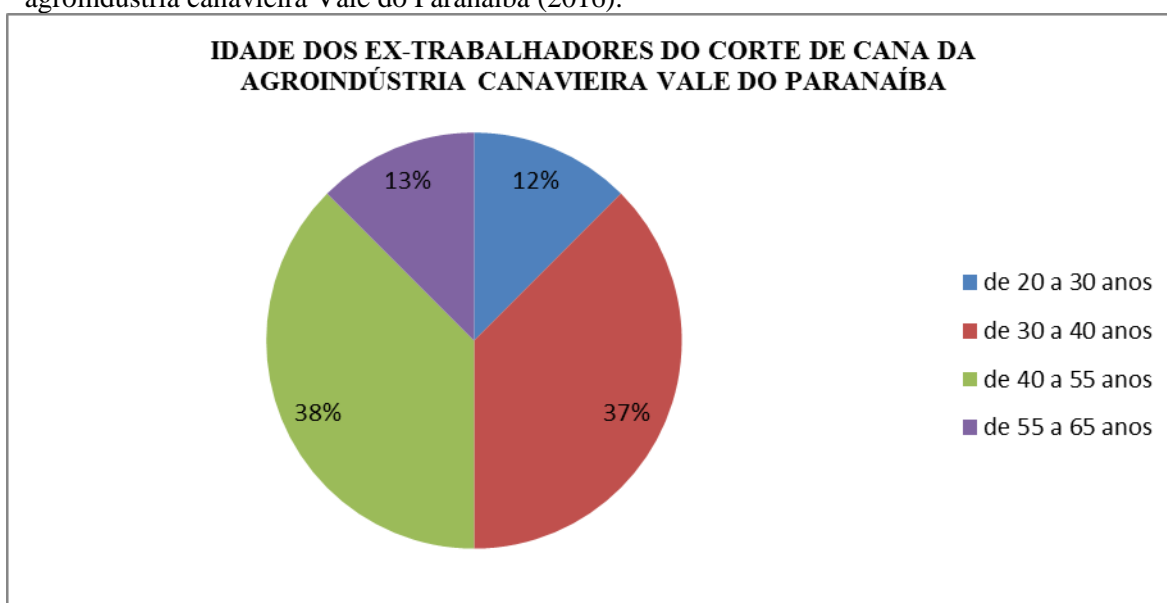


Fonte: Pesquisa de campo, (2016).**Org.:** Silva, L.C.S. (2016).

A baixa escolaridade desses trabalhadores contribuí para dificultar o acesso a empregos com melhores salários e condições de trabalho mais justas.

Além da baixa escolaridade apresentada no gráfico 15, a idade é outro problema enfrentado pelos ex-trabalhadores do Vale do Paranaíba. Dos entrevistados, 12% possui idade entre 20 e 30 anos. Os que possuem idade entre 30 e 40 anos são 13%. Os trabalhadores que estão na faixa de idade entre 40 e 50 anos são 38%. Já os que possuem idade acima de 50 anos são 13% conforme o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Município de Capinópolis (MG): idade dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016).



Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Org.:** Silva, L.C.S. (2016).

Verifica-se no Gráfico 16 que 38% dos trabalhadores estão na faixa de 40 a 50 anos. Os trabalhadores que chegam aos 40 anos já não têm a mesma vitalidade e a produtividade exigida pela agroindústria. Conforme pesquisa realizada por Silva (2005) a saúde desses trabalhadores está comprometida por anos de atividade no corte de cana com o aparecimento de doenças ligadas ao sistema respiratório, em função da inalação do pó da cana e doenças relacionadas ao esforço repetitivo do corpo, desencadeando inflamação na coluna, nos braços e nas pernas. Ainda segundo Silva (2005), ao analisar as condições de trabalhadores migrantes nos canaviais do interior de São Paulo, afirmou que,

Além das mortes ocorridas nos canaviais, há aquelas não registradas, e que ocorrem ao longo de um tempo determinado. Doenças como câncer, provocado pelo uso de veneno, fuligem da cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna, aliadas a quase total impossibilidade de serem tratadas em razão da inexistência de recursos financeiros para a compra de remédios, conduzem à morte física ou social de muitos

trabalhadores, cuja depreciação de suas forças impede-os de continuar no mercado de trabalho. (SILVA, 2005, p. 20).

Segundo a autora (SILVA, 2005), a existência de homens e mulheres, ainda na idade produtiva, com problemas graves de coluna, doenças de pele e outras, constituindo-se em verdadeiros descartados do mercado de trabalho.

Na entrevista realizada com esses trabalhadores, ao perguntarmos se eles gostariam de voltar ao trabalho do corte de cana, 75% dos entrevistados respondeu que sim, pois no corte de cana eles ganhavam mais do que na atividade de despendoadores milho, conforme Gráfico 15. Esses dados nos revelam que a atividade do corte cana-de-açúcar ainda é apontada como a melhor opção considerando a remuneração do trabalho, mesmo sendo uma atividade que exige muito esforço físico por parte do trabalhador conforme afirmou Silva (1999).

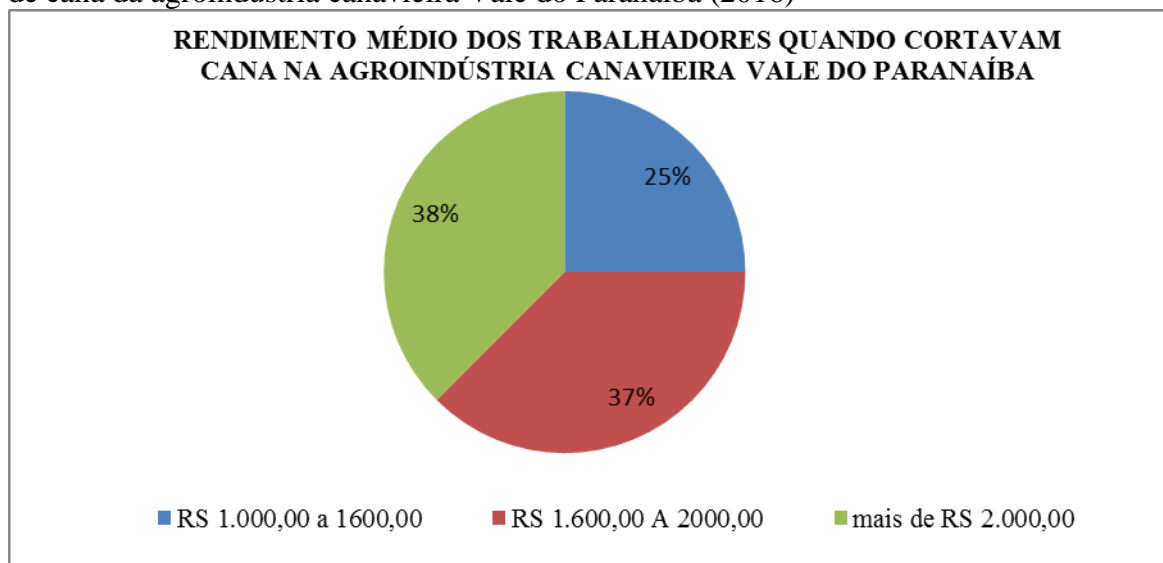
Gráfico 17 – Município de Capinópolis (MG): ex-trabalhadores do corte de cana e expectativas de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, (2016). Org.: Silva, L.C.S. (2016).

Quando perguntamos qual o valor que eles ganhavam com o corte da cana na agroindústria Vale do Paranaíba, 25% afirmaram que ganhava em média entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.600,00. Os que afirmaram ganhar de R\$1.600,00 a R\$ 2.000,00 foram 37%. Já os que afirmaram ganhar mais de R\$ 2.000,00 foram 38% conforme o gráfico 18.

Gráfico 18 – Município de Capinópolis (MG): rendimento médio dos trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba (2016)



Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Org.:** Silva, L.C.S. (2016).

Há um processo de desterritorialização do trabalhador migrante que precisa buscar outras regiões que possam lhe garantir o emprego e a possibilidade de sobrevivência. Segundo Haesbaert (2004),

É importante lembrar, contudo, que o simples fato de o pobre “desterritorializado” ter a opção da mobilidade, ou, em outras palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de “capital espacial” frente àquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, fluidez, à ideia ou perspectiva de mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 251, grifos do autor).

Os trabalhadores migrantes territorializados em Capinópolis (MG) foram forçados a migrar novamente para cidades vizinhas para trabalharem em outras atividades após o fechamento da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba. Segundo o Sr. Josuel da Silva,

o fechamento da usina foi péssimo porque deixou muitas pessoas desempregadas. Muitos trabalhadores foram embora. Alguns voltaram para Alagoas, outros foram para o estado de Goiás para as cidades de Goverlândia, Inascelândia, Quirinópolis, Rio Verde e para os estados do Mato Grosso do Sul. (Informação verbal, Sr. Josuel da Silva, fev. 2016).

Os relatos do Sr. Josuel da Silva nos ajudaram a elaborar um fluxograma da dispersão dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar da agroindústria Vale do Paranaíba para o estado de Goiás, bem como para as cidades vizinhas de Capinópolis como Ituiutaba (MG). A Figura 3 mostra a dispersão dos trabalhadores do corte cana da Vale do Paranaíba.

essa mobilidade do trabalho forçada pela destituição dos meios de sobrevivência e influenciada pela dinâmica do capital em seu processo de valorização conduz à desterritorialização e, conseqüentemente a uma nova territorialização. Porém, as condições em que essa nova territorialização se realizam são tanto ou mais precárias do que as que resultaram na desterritorialização, haja vista sob a reestruturação produtiva e mundialização do capital e do trabalho cada vez mais precarizado, fragmentado, multifacetado. (OLIVEIRA, 2009, p. 413).

Nessa perspectiva, o trabalhador se vê desprotegido e se submete a trabalhos extremamente precários, insalubres e mal remunerados e em condição análoga à escravidão. As promessas de altos ganhos nos canaviais se transformam em pesadelo para esses trabalhadores. É a classe social que vive do trabalho e que dele depende sua existência social. Antunes e Alves (2004), ao discutir a classe que vive do trabalho, afirma que

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos (as) trabalhadores(as) assalariados(as). (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 9).

Os autores (ANTUNES; ALVES, 2004) reforçam que a alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário e precarizado.

O fechamento da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG) teve reflexos negativos na vida dos trabalhadores da cidade, especificamente, dos trabalhadores migrantes que perderam seus empregos e passaram a viver de forma precária pela escassez de alimentos e tendo que migrar temporariamente para outras cidades para conseguir emprego.

No próximo subitem, vamos entender o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG) na defesa desses trabalhadores que permanecem desempregados e passando dificuldades financeiras.

4.7 O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG) em defesa dos ex-trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba

As contradições contemporâneas da relação metabólica entre capital e trabalho nos dá a dimensão do processo em curso do modelo de dominação do capital sobre o trabalho extraindo do trabalhador a mais-valia da venda da sua força de trabalho. Tal condição deve

ser repensada à luz da lógica da resistência por meio da organização sindical frente ao processo de dominação econômica e social do trabalho. Sua força de resistência às investidas do capital reside na sua força de organização sindical. Essa organização bem como sua força de resistência dependerá das articulações construídas nessa organização. Marx (2004) afirma que, no bojo do amadurecimento da organização sindical da Inglaterra do século XIX, o sindicato atuava como centro de resistência à usurpação do capital.

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2004, p. 123).

Marx (2004d) defende ações mais efetivas do sindicato no sentido de fazer frente ao sistema para efetivar a emancipação final da classe operária, tendo como meta principal a extinção do sistema de trabalho assalariado.

Thomaz Júnior (2005) afirma que há um esforço do sindicato no sentido de encaminhar as reivindicações das lutas dos trabalhadores rurais.

É a partir dessa realidade que os sindicatos (da forma como foram concebidos pelo Estado) vêm tentando se organizar para encaminhar e conduzir reivindicações e as lutas dos trabalhadores rurais, no intuito de contemplar e “viabilizar” a diversidade de interesses e antagonismos que se colocam concretamente nos seus quadros, criando e recriando uma estrutura orgânica que reproduz a contradição estrutural do sistema capitalista, isto é, o confronto entre capital e trabalho internamente ou a unidade da diversidade. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 78-79, grifos do autor).

A situação dos trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG), estão sobrevivendo à duras penas porque com o fechamento da usina, centenas deles não receberam seus salários que já haviam 4 meses que não recebiam e assim, vivem desempregados ou subempregados em atividades temporárias como construção civil ou no despendoamento de milho (conforme mencionado anteriormente).

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Capinópolis (MG), o Sr. Alan Cunha Santana explicou que;

o impacto social foi muito grande porque a usina era uma ateria do município porque gerava diretamente mais ou menos 3.000 mil empregos em uma cidade com 15.000 mil habitantes além de que os trabalhadores além de perder os empregos, não receberam os salários atrasados nem as verbas rescisórias dos últimos 4 meses de salários e as pessoas ficaram à deriva até o mercado de trabalho absorver alguns. Outros voltaram para suas cidades de origem, outros estão na cidade

desempregados, trabalhando em outras atividades, ou seja, o impacto social foi muito grande aqui na cidade. Já os trabalhadores eram oriundos da região Nordeste do país dos estados de Alagoas, Piauí, Maranhão e nos últimos anos, do Norte de Minas Gerais, mas a maioria era migrante. Os trabalhadores que ficaram na cidade ingressaram em outras empresas. Outros foram trabalhar em outras usinas da região e outros foram para a construção civil, enfim, para serviços temporários. (Informação verbal, Sr. Alan Cunha, jan. 2016).

Com relação aos trabalhadores que não receberam seus salários atrasados referente ao tempo de serviço prestados na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis argumentou o seguinte:

Quando houve o fechamento da usina, o sindicato trabalhou no intuito de primeiramente conseguir a baixa do CTPS do pessoal. Foram várias idas ao Ministério do Trabalho, na Justiça do Trabalho em Ituiutaba (MG), até que conseguimos um agendamento e feito a baixa na CTPS do pessoal e conseguimos a liberação do saldo do FGTS que havia sido depositado, apesar de estar vários anos atrasado e a liberação do Seguro Desemprego. Depois começamos várias idas a Alagoas, quando o processo ainda estava na primeira instância. Muitas informações que foram colocadas na sentença do Dr. Mauro Baldini que era o primeiro Juiz, foram levadas aqui por nós, pelo sindicato. Então sempre estamos mantendo contato com os administradores judiciais. Hoje a usina está em uma situação de ser vendida a qualquer momento. E também, paralelo a isso, nós começamos a manter contato com outras usinas, usinas do interior de Goiás. Chegamos no passado a levar um pessoal para conseguir um intermédio para o pessoal trabalhar na usina de Anicuns e na usina de Araporã. Vamos fazendo esse trabalho visando ajudar o trabalhador. (Informação verbal, Sr. Alan Cunha, jan. 2016).

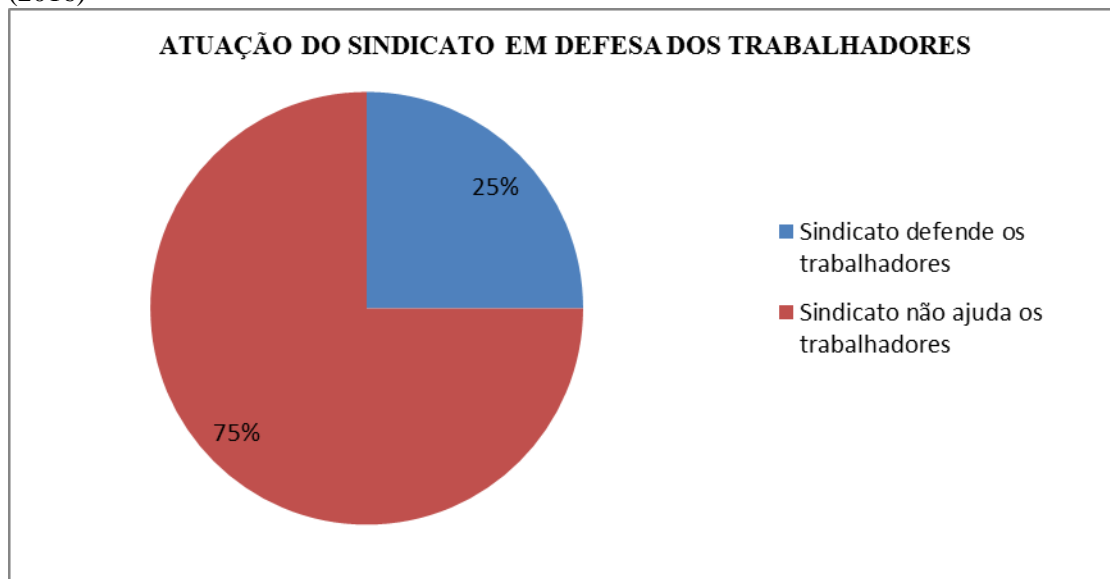
Observa-se nesse relato verbal do Sr. Alan Cunha as dificuldades de se encontrar soluções que amenizem o sofrimento dos trabalhadores que perderam seus empregos. Santos (2009) evidencia que a estrutura sindical exerce um papel de mediador da relação capital e trabalho.

A estrutura sindical exerce o papel de mediadora da relação capital x trabalho e, dessa forma, ora atende aos interesses do capitalista e, ora atende às reivindicações dos trabalhadores, visto que ela existe no interior do próprio movimento do capital, onde o capitalista tem as leis do mercado a seu favor. (SANTOS, 2009, p. 276).

Na visão da autora (SANTOS, 2009), a organização sindical pode lutar por melhores salários, mas ainda neste momento, confirma-se a condição de exploração e dependência da classe trabalhadora para com o capital. Nesse sentido, o sindicato deve atuar no sentido de minimizar essa dependência e buscar fazer frente ao capital em defesa do trabalhador.

O Gráfico 19 retrata a insatisfação dos trabalhadores com relação à atuação do sindicato, na qual 75% dos dez (10) entrevistados acreditam que ele não ajuda na defesa dos seus direitos. Apenas 25% acreditam que o sindicato atua em defesa dos seus direitos.

Gráfico 19 – Município de Capinópolis (MG): Município de Capinópolis (MG): opinião dos trabalhadores sobre a atuação do Sindicato em defesa dos seus direitos (2016)



Fonte: Pesquisa de campo (2016). Org.: Silva, L.C.S. (2016).

Thomaz Júnior (2005) considera que os avanços conquistados pelo engajamento dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais não foram suficientes para consubstanciarem projetos específicos.

Frente a esse quadro, os avanços conseguidos a partir da mobilização dos trabalhadores, com ênfase para os rurais, dos mais diferentes pontos do país, assim como o crescimento do número de sindicatos filiados à CUT e o acúmulo das reflexões sobre a conjuntura e das táticas utilizadas pelo capital nos diferentes momentos da produção - viabilizados por um conjunto amplo de seminários, cursos etc - em especial os desdobramentos para a agroindústria, não foram o bastante para consubstanciarem projetos específicos para os trabalhadores ligados à agroindústria sucro-alcooleira. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 93).

Mendonça (2004, p. 350) afirma que, historicamente, os trabalhadores brasileiros foram vistos como uma classe sem ação política concreta, pois, não se viam tão pouco se consideravam atores políticos.

Carvalho (2016, p. 65) argumenta que, o sindicato, enquanto categoria que deveria defender o interesse dos trabalhadores vem perdendo poder de mobilização e sindicalização. Com isso, aumentam-se os níveis de exploração, a redução salarial, bem como a falta de greves como um instrumento de pressão contra o capital.

A atuação do sindicato dos trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba não foi efetivo no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores como o recebimento dos salários atrasados em função da morosidade da Justiça do Trabalho em fazer cumprir a lei para o grupo João Lyra ressarcir os trabalhadores que ainda estão sem receber

seus salários desde a falência desse grupo em 2014. Isso é o resultado explícito da inoperância da Justiça do Trabalho e a falta de vontade por parte do empresário João Lyra, proprietário das agroindústrias canavieiras na região, em resolver a situação dramática que viveu e ainda vivem centenas de trabalhadores que sofrem as maiores humilhações que um ser humano, principalmente pela perda do emprego e consequente falta de condições básicas de sobrevivência.

Conforme mencionado anteriormente, as 227 ações na Justiça do Trabalho impetradas pelo sindicato e pelos próprios trabalhadores visa receber seus salários e demais direitos trabalhistas que a empresa não saldou. A Vara da Justiça do Trabalho no estado de Minas Gerais e no estado de Alagoas vem travando uma verdadeira batalha nos tribunais para tentar vender ou arrendar as unidades para saldar as dívidas trabalhistas.

Com grande influência política no estado de Alagoas, o empresário João Lyra tem mostrado sua força através dos seus advogados no sentido de frear várias ações da Justiça de Alagoas que havia decretado a venda da massa falida³⁰ para pagar não apenas os trabalhadores, mas também os credores.

Segundo Adelino Júnior, em uma matéria publicada pelo “*Jornal em foco*”³¹, “uma comitiva formada por autoridades de Ituiutaba e cidades da região se deslocaram diversas vezes a Alagoas para sensibilizar o judiciário para a venda, informando a difícil situação vivenciada por esses municípios e após a decisão de venda os advogados do grupo impetraram recurso alegando suspeição como forma de ganhar tempo e tentar reverter a decisão da venda. ” (Jornal em Foco, 9 de jun. 2015). Ainda segundo Adelino Júnior, o vereador e presidente da Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais (FETAEMG), Sr. José Divino, afirmou que “É lamentável a decisão tomada no caso, porque com tantas famílias passando por dificuldades, com a degradação das unidades que estão acabando com o tempo desvalorizando a cada dia mais, com um processo de falência que se arrasta há tantos anos, agora que achávamos que iria resolver, vem o TJ e muda tudo aumentando ainda mais o sofrimento daqueles que aguardam receber o que lhes são devidos pelo grupo empresarial e que só será resolvido com a venda.” (Jornal em Foco, 9 de jun. 2015).

³⁰ Massa falida é o acervo ativo e passivo de bens e interesses do falido, que passa a ser administrado e representado pelo síndico. Embora seja apenas uma universalidade de bens, e não uma pessoa jurídica, a massa falida tem capacidade de estar em juízo como autora ou ré. A massa falida divide-se em **massa ativa** (créditos e haveres) e **massa passiva** (débitos exigíveis pelos credores). Forma-se no momento em que é decretada a falência. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/administracao/falencia>. Acesso em: maio de 2016.

³¹ Disponível em: <http://pontalemfoco.com.br/vereador-jose-divino-fala-sobre-venda-do-grupo-joao-lyra>. Acesso em: maio de 2016.

Enquanto a Justiça do Trabalho não assumir uma postura mais eficiente em defesa desses trabalhadores cortadores de cana, vamos continuar assistindo ao desespero e a situação dramática vivenciada por esses trabalhadores. É preciso devolver a esses trabalhadores a dignidade perdida pelo descaso e pela falta de sensibilidade por parte do empresário João Lyra que impede o processo de venda e assim, prorroga o sofrimento desses trabalhadores que sofrem com leniência dos agentes da justiça e pelo frágil poder de mobilização das lideranças sindicais. A luta pela dignidade e por justiça social devem ser os pilares da luta desses trabalhadores para que assim, possam encontrar sentido de realização pelo trabalho.

Oliveira (2009) defende que o trabalho, apesar de estar moribundo, pode se configurar como fundamental para a humanidade.

Acredita-se que apesar das barreiras sociais obstarem a busca de uma vida cheia de sentido e de o trabalho encontrar-se moribundo, ainda assim o trabalho se constitui um elemento fundamental para a humanidade, tendo em vista ser este uma possibilidade de emancipação social, embasando a ação política dos trabalhadores e apontando perspectivas para uma sociedade mais igualitária. (OLIVEIRA, 2009, p. 401).

A luta pela emancipação apontada pela autora (OLIVEIRA, 2009) deve ser constante porque as investidas do capital no sentido fragmentar o trabalho para, assim, cooptar os direitos dos trabalhadores e manter sua dominação. Thomaz júnior (2009) afirma que

tudo isso em meio à velocidade/voracidade imposta pelo metabolismo societário do capital, que se ajusta a cada situação e lugar, em conformidade com as realidades econômicas, políticas, particularmente no que se refere ao acúmulo de força e resistência dos trabalhadores e de suas entidades de organização (os sindicatos, as centrais, as associações, as cooperativas, os movimentos sociais, de maneira geral) e até os combalidos partidos, que, solitária e fragilmente, ainda defendem alguns lampejos emancipatórios de classe da classe trabalhadora, e de socialismo. (THOMAZ JÚNIOR, 1997, p. 13).

O autor (THOMAZ JÚNIOR, 2009) alerta para a necessidade de se criar uma maior e mais organizada base de resistência ao metabolismo societal do capital que consegue se adaptar conforme as realidades econômicas e políticas bem como a resistência dos trabalhadores. Santos (2009, p. 304) aponta que “os sindicatos se constituem em importantes entidades de representação dos trabalhadores que têm papel de grande relevância nas lutas que se configuram no território e na emancipação social.”

A falta de estrutura dos sindicatos e a frágil articulação política dos seus representantes junto aos órgãos judiciais são fatores importantes a serem analisados para o fracasso dos esforços cuja meta é a resolução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores desempregados. Dessa forma, reafirmamos que é sobre o trabalhador recaem todas as

consequências do processo de falência de uma empresa. As ações na justiça são morosas quando envolve os trabalhadores. Esses são os mais fragilizados e desprovidos de condições financeiras e de representatividade no contexto das lutas por direitos e condições de vida mais humanas. São assaltados todos os dias pela ação perversa do capital agroindustrial canavieiro que usurpa seus direitos e os condenam a uma vida de sofrimento na esteira da precarização do trabalho e, nesse caso particular dos trabalhadores da Vale do Paranaíba, em sem-trabalho, portanto, excluídos do processo produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar geograficamente os ditames do processo de expansão da cana-de-açúcar e os seus desdobramentos sociais e ambientais nos ajuda a entender sua lógica e sua perversidade como consumidora de terras e trabalho subjugando o homem e a natureza à sua lógica de destruição. Balizar a economia no modelo de exploração da terra e do trabalho escravo foi o início do mau caminho escolhido pelo nosso país para tentar se desenvolver social e economicamente.

Percebemos que a consolidação da economia canavieira no país foi o resultado de um processo de exploração da terra e do trabalho no mais perverso e atrasado modelo de desenvolvimento. Nesse modelo de desenvolvimento, a devastação de matas e a escravização de índios e negros pelo trabalho escravo, era condição no projeto de exploração do Brasil colônia.

A consolidação do setor canavieiro no país só veio a se concretizar na segunda metade do século XX com a atuação do Estado por meio da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933 para controlar e planejar a produção de cana-de-açúcar no país. Em seguida, em 1973, foi criado Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). Esse programa surge para atender a demanda interna e externa de álcool como fonte de energia limpa e renovável, pois o Brasil apresentava as condições necessárias para sua produção em grande escala, como terras férteis, mão de obra barata e tecnologia.

A combinação desses três fatores foi fundamental para colocar o país entre os maiores produtores de álcool do mundo assumindo a 2ª posição no ranking ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Esse ranking mundial esconde os efeitos ambientais e sociais causados pela expansão canavieira do país. Podemos mencionar a devastação de biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado que ainda estão sendo devastados para dar lugar à cana-de-açúcar que, como percebemos não trás progresso para o país nem melhores condições de vida para o seu povo. Ao contrário, gera desigualdades e conflitos no campo porque camponeses são expulsos de suas terras pelos latifundiários e empresários do setor canavieiro.

A década de 1990 foi crucial para a reestruturação da agroindustrial canavieira no país graças às políticas neoliberais adotada pelo Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992). Essas políticas econômicas eram voltadas para a valorização do capital estrangeiro que recebia incentivos para instalação de suas filiais no território brasileiro em detrimento das indústrias nacionais.

Esse modelo de desenvolvimento econômico pautado no desmonte da indústria nacional com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro ficou conhecido como políticas neoliberais. Aliado a essa política, havia uma grande procura do mercado estrangeiro pelo etanol brasileiro, o que reforçou o apoio financeiro do governo brasileiro visando aumentar a produção de cana-de-açúcar para atender essa demanda do mercado estrangeiro.

Com a reestruturação da agroindústria canavieira no país, alguns estados foram beneficiados, entre eles, Minas Gerais, que recebeu agroindústrias canavieiras oriundas dos grupos alagoanos João Lyra a partir de 1989, Carlos Lyra e Tércio Wanderley na década de 1990. O Triângulo Mineiro foi a região do estado que mais recebeu agroindústrias canavieiras graças aos fatores naturais, como relevo, clima, localização e a mão de obra envolvida nessa atividade.

A territorialização da agroindústria Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG) em 2003 trouxe mudanças na relação campo e cidade. Novas formas de produção do espaço rural e urbano se impuseram a partir do domínio do capital agroindustrial canavieiro liderado pelo grupo alagoano João Lyra. A geração de 3.000 empregos diretos e indiretos segundo o sindicato dos trabalhadores rurais do município foi um fator de grande importância econômica e social para o pequeno município de Capinópolis (MG), que alimentou a esperança de que a cidade entraria em um novo círculo de desenvolvimento social e econômico patrocinados pela expansão da agroindústria canavieira na região.

Além da geração de empregos para a população da cidade, o aumento da arrecadação de impostos a partir da instalação da agroindústria canavieira. Havia uma euforia muito grande na cidade, pois a cidade, até então desconhecida no cenário regional e nacional, desponta como um dos municípios produtores de cana-de-açúcar da região entre 2003 e 2011.

A agroindústria canavieira que, até então, era motivo de orgulho para os políticos e para a população capinopolense, começa a ser questionada a partir do momento que se percebeu os seus efeitos negativos. Dentre esses efeitos negativos, estão as queimadas no período de safra ocasionando problemas respiratórios em função da fuligem e do pó gerados a partir da queima da cana para a colheita.

Outro aspecto relevante da inserção da cana-de-açúcar no município de Capinópolis se deu nas relações de trabalho. Segundo relato do presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), o Sr. Alan Cunha, os 800 trabalhadores envolvidos no corte manual de cana eram migrantes dos estados de Alagoas, Pernambuco e Maranhão.

A crise mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008, resultou no processo de falência do grupo João Lyra, desencadeando o fechamento da agroindústria canavieira Vale

do Paranaíba no município de Capinópolis (MG). A crise do capital agroindustrial canavieiro afetou diretamente as empresas que já apresentavam dificuldades financeiras, e o grupo João Lyra dava sinais de que a falência seria iminente. A falência desse grupo canavieiro teve desdobramentos negativos na vida dos trabalhadores porque estes perderam seus empregos, tendo que viver com a consequente escassez de alimentos, e assim, forçados a migrar novamente para outras regiões onde pudessem encontrar emprego e condições de sobrevivência.

A atuação do sindicato dos trabalhadores do corte de cana da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba não foi efetivo no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores como o recebimento dos salários atrasados em função da morosidade da Justiça do Trabalho em fazer cumprir a lei para o grupo João Lyra ressarcir os trabalhadores que ainda estão sem receber seus salários desde a falência desse grupo em 2014. Isso é o resultado explícito da inoperância da Justiça do Trabalho e a falta de vontade por parte do empresário João Lyra, proprietário das agroindústrias canavieiras na região, em resolver a situação dramática que viveu e ainda vivem centenas de trabalhadores que sofrem com a perda do emprego e consequente falta de condições básicas de sobrevivência.

São na Justiça do Trabalho impetradas pelo sindicato e pelos próprios trabalhadores que querem receber seus salários e demais direitos trabalhistas que a empresa não saldou. A Justiça do Trabalho do estado de Minas Gerais e do estado de Alagoas vem travando uma verdadeira “quebra de braço” para tentar vender ou arrendar as unidades para saldar as dívidas trabalhistas e fazer justiça em favor dos trabalhadores do corte de cana da Agroindústria Canavieira Vale do Paranaíba.

Enquanto a Justiça do Trabalho não assumir uma postura mais eficiente em defesa desses trabalhadores cortadores de cana, vamos continuar assistindo ao desespero e a situação dramática vivenciada por eles. É preciso devolver a esses trabalhadores a dignidade perdida pelo descaso e pela falta de sensibilidade por parte do empresário João Lyra que impede o processo de venda e assim, prorroga o sofrimento desses trabalhadores que sofrem com leniência dos agentes da justiça e pelo frágil poder de mobilização das lideranças sindicais. A luta pela dignidade e por uma vida mais justa e digna deve ser a bandeira de luta desses trabalhadores para que assim, possam encontrar sentido de realização pelo trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canvieira e seu impacto ecológico social. Editora UNESP, 1994. 250 p.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995. 135 p

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, G. A. P.; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ALVES, G. A. P. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório – São Paulo : Boitempo, 2011. 164 p.

Barros Pinheiro Machado, Fúlvio. Brasil, **A Doce Terra**. Disponível em: <http://www.toneis.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=55>. Web. Acesso em: 28 abr.. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) “BNDesProrenova apoia com r\$ 4 bi renovação e implantação de canaviais”. BNDes, 22/06/2013. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/energia/20120111_prorenova.html. Acesso em: 20 de abril. 2015.

CARVALHO, H. M. **Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil.2007**. Disponível em:<www.landaction.org/spip/spip.php?article190>. Acesso em: 29 jun. 2013.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348 p.

CONCEIÇÃO, A. L. ESTADO, CAPITAL E A FARSA DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO. **Meridiano** - Revista de Geografia, v. 01, p. 81-104, 2013.

DELGADO, N. G. AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DESAFIOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO MEIO RURAL. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 15, p. 85-129, 2012.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. Atlas, São Paulo. 1995. 293 p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, v. 16, p. 39-70, 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 248 p.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. p.

GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do mercado interno : a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucazeiras tradicionais no Brasil. **Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), v. v.38, p. 815-848, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: 1990-2001**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?>>. Acesso em: 22 de abr..de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: 2001-2013**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?>>. Acesso em: 22 de abr. 2015.

JAPIASSU, H. MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 212 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento da pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. v. 1. 112 p

_____. **A escravidão na sociedade contemporânea – a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho**. Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, ano XI, n. 21, mar. 2001

MARX, K. MARX, K. **O capital: crítica da economia política – O processo de circulação do capital**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro PRIMEIRO, v. , 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 572 p.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004d. p. 71-123.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade

Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) FCT – UNESP, 2004, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. L. ; PITTA T., F. ; XAVIER, V. C. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. Sao Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 1.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E COMÉRCIO (MAPA) **Produção de cana-de-açúcar 1960-1989**. Acesso em 20 abr. 2015.

MOREIRA, R. Bioenergia, sentido e significado. **Revista da ANPEGE**, v. 3, p. 43-56, 2007.

MOREIRA, R. **Formação espacial brasileira - uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012. v. 1. 334 p.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 586 f. Tese (Doutorado em Geografia) FCT – UNESP, 2009, Presidente Prudente, 2009.

OLVEIRA, L. P. **Evolução Urbana e Condições de Moradia em Capinópolis** (Trabalho de conclusão de Curso). Ituiutaba. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Curso de Geografia, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. 354 p.

SANTOS, J.C. **Dos canaviais à “etanolatria”**: o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2009. 375 f. Tese (Doutorado em Geografia) PPGE – UFU, Uberlândia, 2009.

SANTOS, M.(Org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, L.C.S. MENDES, de E. P. P. **A crise no setor canavieiro na microrregião geográfica de ituiutaba (mg): o caso do grupo João Lyra**. In. **Encontro Nacional da Ampege. 2015, Presidente Prudente – São Paulo**.

SILVA, M, AM. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 370 p.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p.2-39, 2005.

SZMRECSANYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil. (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979. 539 p.

SOUZA, Andrêza Gomes;CLEPS, Junior, J. **Reprodução do Capital Sucroalcooleiro no Estado de Minas Gerais e Transformações Recentes no Espaço Agrário do Triângulo**

Mineiro. In: 12do. Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevideo. 12do. Encuentro de Geografos de America Latina. Montevideo, Uruguay, 2009. v. 1. p. 1-15.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana:** a relação capital-trabalho e o movimento sindical. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. 388 p.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Pegada** (UNESP. Impresso), Presidente Prudente, v. esp, n. Especial, p. 4-26, 2002.

_____. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira Brasil. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 11, p. 3-33, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-43.htm>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Movimento sindical e praxis política na agroindústria Sucro-Alcooleira. **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona, v. 5, n.5, p. 1-10, 1997.

_____. Os desafios para o movimento sindical, no cenário de (re) definições do capital e reformas jurídico-institucionais causas das mudanças climáticas na terra. **Ciência Geográfica**, v. 3, n.7, p. 10-14, 1997

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA DE AÇÚCAR-ÚNICA. Produção por Produto. **ÚNICA**. Disponível em<<http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=31&tipoHistorico=2>>. Acesso em abril. 2016.

VETTORASSI, A. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes:** trabalho e trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 119-153.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG)

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: **“TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)”**

Mestrando: Luiz Carlos Santos da Silva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Quais foram os impactos socioeconômicos na vida dos trabalhadores com o fechamento da usina Vale do Paranaíba?
2. Quem e são e o que fazem atualmente os ex-cortadores de cana da usina Vale do Paranaíba?
3. Quais são as ações do sindicato em defesa dos trabalhadores que ainda não receberam seus direitos trabalhistas?

**Apêndice B – Roteiro de entrevista com o secretário de agricultura e pecuária de
Capinópolis (MG)**

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: **“TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)”**

Mestrando: Luiz Carlos Santos da Silva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Quais foram as consequências da falência da Usina Vale do Paranaíba para o município de Capinópolis, especialmente para a agricultura?
2. Quais foram os impactos socioeconômicos para a cidade e para os trabalhadores?
3. Quais são as ações empreendidas pela prefeitura e pela secretaria de agricultura e pecuária para reverter ou amenizar os prejuízos econômicos e sociais advindos do fechamento da usina Vale do Paranaíba?

Apêndice C – Roteiro de entrevista com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Ituiutaba (MG)

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: **“TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)”**

Mestrando: Luiz Carlos Santos da Silva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Quais são os pontos positivos e negativos da instalação de usinas de cana na região de Ituiutaba?
2. Gostaria que o Senhor falasse do Grupo João Lyra nessa região destacando o seu momento de ascensão e de sua falência.
3. Quais foram as razões da falência do Grupo João Lyra?
4. Quais foram os impactos socioeconômicos na vida dos trabalhadores com o fechamento da usina Vale do Paranaíba e Triálcool?
5. Como eram as relações de trabalho envolvendo os cortadores de cana-de-açúcar nas usinas do João Lyra?
6. Quais são as atividades desenvolvidas pelos ex-cortadores de cana dessas usinas?

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS –
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Pesquisa: “TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)”**

Anexo A: Roteiro de entrevista – Trabalhadores que desempenharam a atividade de cortadores de cana na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba em Capinópolis (MG) em anos anteriores

Data: ___/___/___

1-Nome do entrevistado _____

1.1- Qual a sua idade? _____

1.2- Qual o seu estado civil? _____

Solteiro () Casado () Outro () Especificar _____

2- Escolaridade: _____

3- Estado de origem ? _____

3.1 Cidade de origem ? _____

3.2 A moradia (Capinópolis) é: própria () Alugada () Outra () Especificar _____

3.3- O senhor pretende retornar à sua região/cidade de origem:

() sim

() não

Porquê? _____

3.3- A família veio com o senhor para Capinópolis?

() sim () não

3.3.1- Em caso afirmativo a família veio desde o início com o senhor ou posteriormente?

Explique o processo:

4- Quanto tempo trabalhou na usina Vale do Paranaíba?

4.1- Trabalhou em outra usina do Grupo João Lyra?

() sim () não Quais:

5- Em termos de regime de trabalho recebia como:

() diarista () por hora () com salário fixo () por produção
() outros

6. No corte da cana ganhava por:

() metros
() ruas
() toneladas

7- O que acha do trabalhador cortador de cana ser substituído pelas colheitadeiras:

() bom () ruim () não tem opinião sobre o assunto

8- Na sua opinião, o que é mais difícil para o trabalhador cortador de cana:

() ganhar por produção () ficar o dia todo exposto no sol () Ser um trabalho muito cansativo e pesado

9- Tem ainda salário, direitos trabalhistas para receber da usina Vale do Paranaíba?

() sim () não

10- Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar o trabalho do cortado de cana?

11- Qual sua profissão atual ou atividade que exerce atualmente?

12- Qual é o seu rendimento mensal?

12.1 recebe mais ou menos do que quando trabalhava como cortador de cana?

() mais () menos

13.- Qual era o seu rendimento mensal quando trabalhava como cortador de cana?

13.1- Gostaria de mudar de emprego? () não () sim . Qual:

13.2- Voltaria a trabalhar como cortador de cana? () sim Não ()

Por que ?

13.3- Atualmente em termos de regime de trabalho, o senhor recebe como:

() diarista () por hora () com salário fixo

() outros

14- É registrado, com carteira assinada:

() Sim () Não Por que?

15. O senhor tem férias, 13º salário e seguro desemprego?

() sim () não

() férias e 13º sim, seguro desemprego não, pois é contrato

() outra respostas

16- As condições de trabalho são adequadas?

() Sim () Não Porque?

17- Já sofreu algum acidente de trabalho?

() Sim () Não

Em caso afirmativo teve assistência médica por parte da empresa?

() Sim () Não

18.1- Foi falta de equipamentos de proteção individual (EPIS)?

() Sim () Não

18.2- Quais os acidentes de trabalho mais comuns no seu setor de trabalho?

19- A empresa faz alguma exigência para contratar mão-de-obra?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual (is) exigência (s)?

20- O senhor é filiado a algum sindicato?

Sim Qual?

Não Porque?

20.1- O que o senhor pensa do sindicato?

21- Já fez greve para melhorar as condições de trabalho? Sim Não

21.1- Quem a liderou:

O sindicato Qual?

os próprios trabalhadores

outros

21.2 A greve atingiu os objetivos: sim não em partes

22. O que o senhor pensa do fechamento da usina Vale do Paranaíba em Capinópolis?



FORMULÁRIO DE METADADOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BDTD/UFG

(X) Mestrado

() Doutorado

Possui agência de fomento?	(X) Sim () Não	Sigla:	Capes
Título do trabalho:	TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)		
Título em outro idioma:	TERRITORIAL TRANSFORMATIONS OF THE CAPITAL IN THE CANE AGRIBUSINESS IN THE MUNICIPALITY OF CAPINÓPOLIS (MG)		
Data defesa:	(01/07/2016)		

Nome do autor(a):	Luiz Carlos Santos da Silva
Como deseja ser citado:	SILVA, Luiz Carlos Santos da
E-mail:	luizgeo28@gmail.com
Link do currículo Lattes:	http://lattes.cnpq.br/9830426839228068

Orientador(a):	Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes
E-mail:	estevaneufg@gmail.com
Link do currículo Lattes:	http://lattes.cnpq.br/5897723147049284

Co-orientador(a):	
Link do currículo Lattes:	

Nomes dos membros da banca:	
1)	Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (orientadora)
2)	Profa. Dra. Joelma Cristina dos Santos
3)	Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa
4)	
5)	

Palavras-chave:	Agroindústria Canavieira. Relação capital e trabalho. Capinópolis (MG).
Palavras-chave (outro idioma):	Sugarcane Agroindustry. Relationship capital and labor. Capinópolis (MG).
Nome da unidade acadêmica:	Regional Catalão
Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA /CAC/UFG
Área de conhecimento:	Geografia Humana

Resumo:

A recente expansão da cana-de-açúcar no Brasil, iniciada na década de 1990, vem (re) definindo os territórios e alterando a relação capital e trabalho. Novas arrumações socioespaciais são construídas e impostas pelo capital agroindustrial canavieiro no país. Esse processo de transformação do espaço pelo capital agroindustrial canavieiro iniciou, ainda no século XVI, na região Nordeste, com a implantação dos primeiros engenhos e se expandiu para a região Centro-Sul nos séculos XIX e XX. A economia açucareira foi, durante alguns séculos, a principal base econômica do país. O preço pago por esse modelo de desenvolvimento foi muito grande porque provocou efeitos sociais e ambientais negativos. Biomas foram devastados para dar lugar à cana-de-açúcar. O setor canavieiro vivenciou períodos de alta e de baixa produção em função da crise que esteve presente nesse setor da agropecuária brasileira. A crise enfrentada no século XVII foi responsável pela decadência da economia açucareira. Nesses períodos de crise, o Estado beneficiou esse setor liberando grandes quantias em dinheiro na forma de empréstimos. Essa expansão da cana-de-açúcar no Brasil resultou em um processo de migração de trabalhadores para atividade no corte de cana nas agroindústrias canavieiras em várias regiões do país. Nesse intuito, queremos compreender os efeitos sociais na vida dos trabalhadores que migram da região Nordeste do país para o município de Capinópolis (MG) para essa atividade do corte de cana no período de 2003 a 2014. Em 2008, o setor canavieiro é abalado pela crise mundial com reflexos diretos no setor porque reduziu a procura por açúcar e etanol, desencadeando a quebra de várias agroindústrias canavieiras e a consequente demissão de milhares de trabalhadores segundo a União da Indústria da Cana-de-Açúcar. Em Minas Gerais, o grupo João Lyra entrou em processo de falência decretado pelo Juiz do Trabalho de Alagoas, onde fica a sede do grupo João Lyra. Com essa decisão, todas as unidades do grupo foram fechadas. A unidade canavieira Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), foi uma das que fechou as portas. O fechamento dessa agroindústria teve reflexos diretos na vida dos trabalhadores que exerciam atividades no corte de cana nessa empresa.

Abstract:

The recent expansion of the sugar cane in Brazil, which began in early 1990, come (re) defining the territories and changing the relationship between capital and labor. New socioespaciais storage compartments are constructed and imposed by the sugarcane agribusiness capital in the country. This process of transformation of sugarcane agroindustrial capital space began in the 16th century, in the Northeast, with the deployment of the first machines and expanded to the South-Central region in the 19th and 20th centuries. The sugar economy was, for a few centuries, the main economic base of the country. The price paid for this model of development was too big because it caused negative social and environmental effects. Biomes were destroyed to make way for sugar cane. The sugarcane sector experienced periods of high and low production due to the crisis that was present in this sector of brazilian agriculture. The crisis faced in the 17th century was responsible for the decline of the sugar economy. In these times of crisis, the State has benefited this sector by releasing large amounts of money in the form of loans. This expansion of the sugar cane in Brazil resulted in a migration of workers to process the cane-cutting activity in agribusiness canavieiras in various regions of the country. In this order, we want to understand the social effects on the lives of workers who migrate in the Northeast region of the country to the municipality of Capinópolis (MG) to this activity of cutting sugar cane in the period of 2003 to 2014. In 2008, the sugar industry is shaken by the global crisis with direct reflections in the sector because it has reduced the demand for sugar and ethanol, triggering the breakdown of various agribusiness canavieiras and the consequent dismissal of thousands of workers according to industry Union of sugar cane. In Minas Gerais, João Lyra group entered bankruptcy decreed by the Judge of Alagoas, where the headquarters of the João Lyra.

With this decision, all units of the Group were closed. The sugar cane do Paranaíba Valley drive, in the municipality of Capinópolis (MG), was one of the ones who closed the doors. The closing of this agroindustry reflexes straight into the lives of workers who exercised activities in cane cutting in this company.